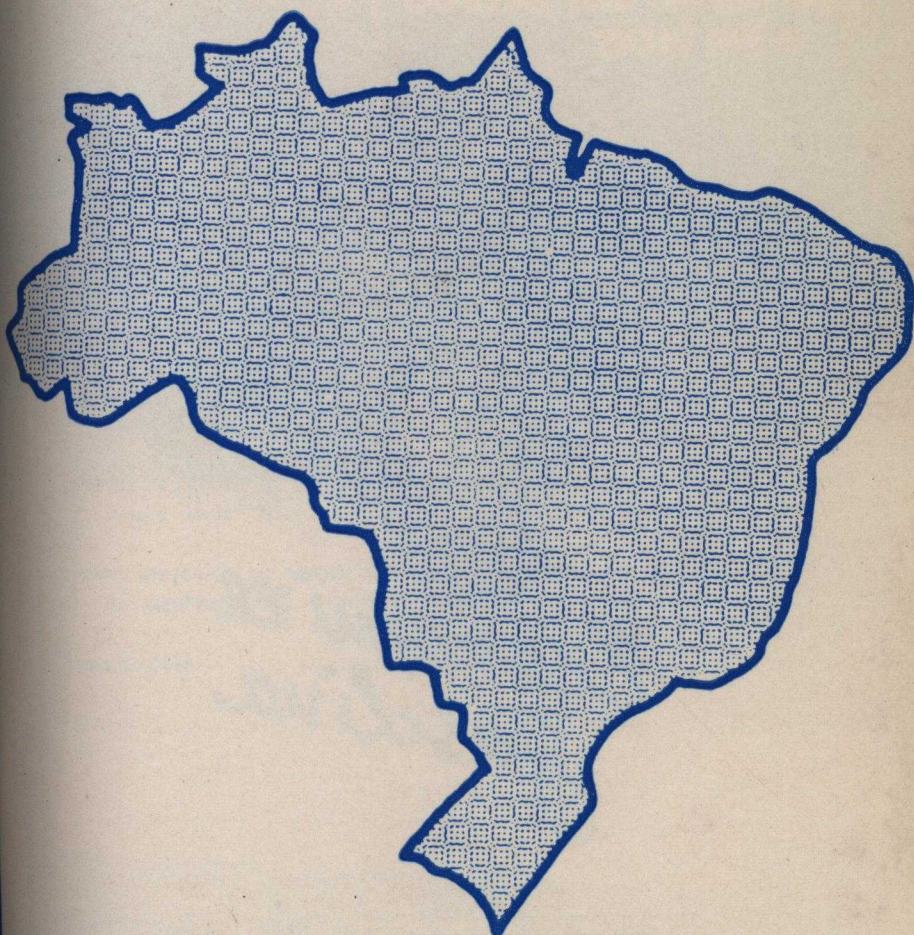


A Defesa Nacional

REVISTA DE ESTUDOS MILITARES E BRASILEIROS



RIO DE JANEIRO • ANO 63 N. 669 • SET./OUT. 1976

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ESTUDOS MILITARES E BRASILEIROS

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

	Págs.
IMPORTANCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL NA SEGURANÇA E NO DESENVOLVIMENTO DO CONTINENTE AMERICANO — Capitão-de-Mar-e-Guerra Guilherme Eugenio Barbosa Domont	3
A GEOLOGIA E A ESTRATÉGIA MILITAR — Professor Koff Coulon	41
10 ANOS DEPOIS (DA PARTICIPAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NA MISSÃO PACIFICADORA DA REPÚBLICA DOMINICANA) — Gen. Div. Carlos de Meira Mattos	49
ECEME: 71 ANOS DE HISTÓRIA — Ten. Gel. Cav. QEMA Roberto Machado de Oliveira Mafra	57
PERFIL HISTÓRICO DO BRASIL, 1822-1972 (A PROPÓSITO DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA) — Professor Nelson de Souza Sampaio	67
INFORMAÇÕES	131
LIVROS	135

Importância Estratégica do Atlântico Sul na Segurança e no Desenvolvimento do Continente Americano

Capitão-de-Mar-e-Guerra

GUILHERME EUGENIO BARBOSA DOMONT *

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de melhor desenvolver e expor o tema proposto para o presente trabalho, o autor fez a si mesmo diversas perguntas, procurando, através da pesquisa e do estudo, encontrar as respostas adequadas.

Inicialmente indagou:

“Como se desenvolvem as relações entre os Continentes Americano e Africano, banhados pelo Atlântico?” — “Há interesses comuns a defender no Atlântico Sul?”

Procurando responder a estas indagações foi desenvolvido o *Capítulo I*, que trata das relações e dos principais problemas existentes entre os dois Continentes.

Em decorrência desses estudos, nasceram outras perguntas:

“Vale a pena defender o Atlântico Sul?”

“Qual a sua importância estratégica?”

“Qual a maior ameaça que paira sobre o Bloco Ocidental nessa região?”

* O CMG Guilherme Eugenio Barbosa Domont é, atualmente, Assessor da Representação Brasileira ante a Junta Interamericana de Defesa (JID), em Washington — EUA.

Respondendo a essas perguntas foram desenvolvidos o *Capítulo II* que procurou conceituar o que denominamos "Poder Marítimo" e o *Capítulo III*, que tentou mostrar a importância do "Transporte Marítimo", não só para a sobrevivência das Américas, mas do mundo em geral.

Depois, no *Capítulo IV*, tentou-se demonstrar a importância estratégica do Atlântico Sul dentro da conjuntura mundial, quais as ameaças que pairam sobre a sua segurança e quais os fatores de força e fraqueza do Continente Americano para enfrentar estas ameaças.

No *Capítulo V* procurou-se delinear qual a importância jurídica e militar para o Sistema Interamericano do Conceito do Mar Territorial com o objetivo de prover sua segurança e permitir o seu Desenvolvimento.

Conclui-se no *Capítulo VI*. Tanto quanto possível procurou-se completar o trabalho com tabelas, a fim de melhor ilustrar as idéias expostas. Finalmente, convém ressaltar que não foi perdida de vista na elaboração do presente trabalho, a ameaça que paira sobre o Mundo Livre nos mares da Terra e que pode ser sintetizada nas palavras do Almirante Waldemar Wendt, Ex-Comandante Supremo das Forças Navais Norte-Americanas na Europa:

"A União Soviética está realizando decididos esforços para arrebatat a supremacia dos Mares ao Mundo Livre. Se não for mantido o alerta constante, os aliados poderão ter sua força marítima neutralizada, quando ela se tornar necessária".

I — RELAÇÕES ENTRE AMÉRICA E ÁFRICA

A posição estratégica da África é excepcional, não só devido à sua proximidade com a Europa e a Ásia, como também pelo fato de ligar-se diretamente com os quatro continentes.

Através do Estreito de Gibraltar e do Canal de Suez, o Continente Africano controla as duas entradas do Mediterrâneo, também de grande importância estratégica.

Outro importante aspecto fisiográfico que deve ser ressaltado é o que permite, através da construção de pouco mais de uma centena de quilômetros de canais artificiais, ligar fluvialmente a costa Este à costa Oeste da África. A entrada se daria pelo rio Congo, cujo leito seria aproveitado e, após, atravessaria a Tanzânia e o Malaui, desembocando em Moçambique. Este projeto de transcendental interesse e importância já está sendo estudado, objetivando-se sua concretização em futuro próximo.

O Continente Africano é atualmente um cadinho em ebulição, onde o Bloco Ocidental e o Bloco Oriental travam uma luta titânica para obter o controle desta vasta região.

Há problemas cruciais na África como o do *nacionalismo*, explorado habilmente pelo comunismo, o do *apartheid* que repugna o mundo civilizado e o das "Províncias Ultramarinas Portuguesas", que choca os países africanos independentes. [O presente trabalho foi escrito antes da independência das Províncias Ultramarinas Portuguesas].

O verdadeiro problema, porém, é o da miséria, o da ignorância e o do subdesenvolvimento.

Tudo isto deve ser considerado, ao ser formulada uma política para a África, uma vez que, muitas vezes, estes problemas são conflitantes entre si.

Outro ponto que não pode deixar de ser considerado, ao ser estabelecida uma política para a África, é o da importância de que se revestem os votos do Bloco Africano na Organização das Nações Unidas, na decisão dos grandes problemas mundiais, que também interessam aos Países Americanos.

Países como o Brasil, por exemplo, possuem com a África afinidades históricas e étnicas, mercê da miscigenação que descrê de qualquer separatismo racial, sintetizada no *lusso-*

tropicalismo expresso por Gilbert Freyre; e afinidade espiritual, alicerçada através da simbiose cultural, da tradição e dos ideais comuns de desenvolvimento.

Por outro lado, como já foi mencionado, há atualmente na costa atlântica da África, três problemas a considerar: o de Angola, o do Aparteísmo na África do Sul e o da Rodésia. O de Angola será aparentemente solucionado com a sua próxima independência, embora não se saiba ainda ao certo qual será o seu destino político. Se sua tendência for esquerdizante, isto poderá propiciar no futuro o estabelecimento de Bases Russas em seu território; no que se refere à África do Sul, face ao problema do Aparteísmo e devido à sua repercussão no seio da Comunidade Africana de Nações, os Países Sul-Americanos não têm aceitado uma maior aproximação, quer política ou militar, com esta Nação.

O mesmo problema vem ocorrendo com a Rodésia, onde uma minoria branca oprime a imensa maioria negra, utilizando a segregação racial. Convém ressaltar que os Países Americanos não aceitaram, de uma maneira geral, o bloqueio comercial proposto na Organização das Nações Unidas, uma vez que ele atingiria, indistintamente, toda a população rodesiana.

A Rússia vem procurando se infiltrar no Continente Africano. Dakar, no Senegal, por exemplo, é um porto onde navios soviéticos sofrem reparos, troca de tripulação, etc., onde, enfim, eles encontram apoio logístico. Convém ressaltar que Natal no Brasil e Dakar no Senegal, são os portos que estão mais próximos entre os dois Continentes e por onde foi estabelecida uma Ponte Aérea durante a 2.^a Guerra Mundial, que serviu para transportar os soldados americanos que lutaram na Europa e na África.

Na verdade, apesar da concorrência exercida muitas vezes pelos produtos africanos no mercado internacional, o intercâmbio comercial entre o Continente Americano e a África vem crescendo continuamente e a via natural para a realização deste intercâmbio, indubitavelmente é o Atlântico Sul.

Dessa forma, verificamos, que se reveste de vital importância a manutenção das vias marítimas que ligam os dois Continentes. E, em decorrência, há necessidade de que seja provida em cooperação, tanto pelos Países Americanos como Africanos, a segurança do Atlântico Sul.

No que se refere, especificamente às duas Grandes Potências: Estados Unidos e Rússia, enquanto constatamos que esta última procura se infiltrar na África e, cada vez mais, fazer sentir sua presença no Atlântico Sul, os Estados Unidos por razões que serão adiante analisadas, aparentemente se retraem, deixando um vácuo que terá que ser preenchido pelas Nações Americanas e Africana, antes que a Rússia o faça.

E elas perguntam, entre surpresas e receiosas: teremos capacidade para fazê-lo?

II — CONCEITO DE PODER MARÍTIMO

Desde priscas eras o homem sempre olhou para o mar como uma porta, através da qual ele poderia prover sua subsistência e palmilhar a larga estrada do progresso. E na verdade, com o avanço tecnológico, suas previsões se confirmaram, sendo hoje os mares considerados uma das maiores fontes de riqueza da humanidade.

Dessa constatação nasceu a necessidade de conquistar e manter o Domínio do Mar, a fim de permitir o acesso de manufaturas e matérias-primas e preservar o uso de seus recursos naturais. Para exercer esse Domínio, entretanto, há que possuir o instrumento necessário, denominado *Poder Marítimo*.

O Poder Marítimo pode ser definido como a integração dos poderes derivados do Poder Nacional, que se relacionam com o mar, a fim de permitir o usufruto de suas riquezas. Assim verificamos que o Poder Marítimo é uma parcela do Poder Nacional que extrai dos campos econômico, militar e

psicossocial, os elementos necessários à sua constituição. Estes elementos podem ser sintetizados da seguinte maneira:

a) Poder Naval — componente militar do *Poder Marítimo*, que é constituído pela Marinha de Guerra e pela infra-estrutura de bases e arsenais que lhe estão afetos e cuja finalidade é prover a segurança dos mares;

b) Meios Económicos — constituídos pela Marinha Mercante; a pesca com suas indústrias; o complexo portuário; a infra-estrutura de reparo e construção naval; a intensidade do comércio marítimo e os meios tecnológicos indispensáveis à exploração racional dos recursos marinhos;

c) Meios Políticos — que, numa concepção elevada, abrangem a diplomacia, os meios jurídicos e a infra-estrutura administrativa, necessários para a execução de uma Política Marítima;

d) Meios Psicossociais — que se referem à *Mentalidade Marítima* da Nação que predispõe e mesmo compele o elemento humano a trabalhar, a pesquisar e a proteger o mar, sempre no sentido de preservar a sua flora e a sua fauna. Este é um fator básico, pois o Homem que com sua inteligência e o seu labor, constitui a célula motora que provê o Desenvolvimento e prevê a Segurança das atividades ligadas ao mar.

Convém ressaltar que as condicionantes acima enumeradas já haviam sido basicamente enunciadas pelo Almirante Alfred T. Mahan, no século XIX, tendo sido tão somente complementadas e atualizadas, face à evolução científico-tecnológica experimentada, desde então, pela humanidade.

Evidentemente, um elemento que deve ser considerado e que, por já estar implícito não foi incluído na enumeração acima, é o que se refere à configuração física do território,

incluindo o relevo da plataforma continental, e a sua posição geográfico-estratégica.

Por outro lado, para que o *Poder Marítimo* possa ser exercido de maneira eficaz há necessidade do estabelecimento de uma *Política Marítima*.

Assm, podemos definir a *Política Marítima* como o instrumento que estabelece as diretrizes, princípios e normas, e coordena todas as atividades que dizem respeito ao mar.

Convém ressaltar que para essa coordenação resultar eficaz, há necessidade de que os elementos setoriais dos diversos campos do *Poder Marítimo* se associem de maneira harmoniosa, permitindo a consecução de uma *Política Marítima* mais adequada ao Desenvolvimento e à Segurança do País.

Concluimos, então, que para uma Nação alcançar *status* de uma *Potência Marítima*, não basta possuir os fatores condicionantes, primeiramente enunciados por Mahan, mas também torna-se imperativo possuir uma Mentalidade Marítima que permita a integração harmoniosa dos elementos constitutivos do Poder Marítimo que, para ser forte, deve ser coordenadamente desenvolvido segundo uma *Política Marítima*, coerente com os *Objetivos Nacionais*.

III — A IMPORTÂNCIA DO TRANSPORTE MARÍTIMO

Se analisarmos a história do Continente Americano, verificamos que a sua descoberta, a ocupação do território e o seu desenvolvimento econômico, deram-se no sentido do litoral para o interior, caracterizando a sua dependência marítima.

Dessa forma, as Nações deste Continente devem o seu progresso, principalmente ao intercâmbio humano, cultural e comercial, realizado através do Transporte Marítimo.

Assim o foi antes, o é hoje e ainda será por muitos anos, pois a realidade geográfica dos mares é uma contingência incontestável que necessita ser vencida. E a ponte, a via mais

importante e mais econômica para a consecução deste desideratum, ainda é o Transporte Marítimo.

Convém ressaltar que além do aspecto geográfico, as vantagens desse tipo de transporte também configuram condições muito boas para o desenvolvimento de uma economia de escala, uma vez que é menor o aumento de investimento necessário em relação aos outros tipos de transporte para prover um determinado aumento de escoamento da produção, naturalmente se otimizadas as técnicas do seu aproveitamento. Se fizermos uma rápida análise da afirmação acima, verificamos que ela decorre de um raciocínio pragmático que pode ser sintetizado no seguinte: A prosperidade do processo produtivo de um País, decorre do volume, quantitativo e qualitativo, do seu intercâmbio comercial, isto é, de vendas e compras de bens de produção e de consumo. Assim, cada vez que conseguimos diminuir os custos e os serviços, logicamente poderemos vender a preços mais competitivos, obtendo, portanto, condições mais propícias para aumentar o volume de vendas e compras. Por outro lado, um dos fatores mais importantes do processo produtivo, diz respeito ao custo do transporte que incide diretamente em todas as fases deste processo, que vai desde a movimentação da matéria-prima até a distribuição do produto acabado aos centros de consumo. E a modalidade de transporte menos onerosa é, indubitavelmente, o transporte marítimo.

Daí decorre a importância histórica que sempre teve este tipo de transporte no desenvolvimento econômico e na prosperidade dos Países Litorâneos.

Poderíamos exemplificar o que foi dito com cifras bastante elucidativas: Para transportar 10.000 toneladas de carga, investimos 4 milhões de dólares na construção de um navio cargueiro. Se utilizarmos o transporte rodoviário, teremos que empregar 500 caminhões de 20 toneladas cada um, para transportarmos o mesmo volume de carga, ao preço de 8 milhões de dólares. No que diz respeito ao combustível e lubrificante, verificamos que a frota de caminhões consu-

mirá 8 vezes mais. E no que se refere à produtividade da mão-de-obra, constatamos que, enquanto o navio é tripulado por 30 homens, os caminhões necessitarão de 1.000 homens. E se analisarmos o problema sob o aspecto das vias de transporte, verificamos que a grande maioria das vias marítimas são dádivas da natureza, prescindindo de construção e conservação. Somente este fato, torna o transporte marítimo 4 vezes mais econômico do que o ferroviário e até 12 vezes mais, do que o rodoviário.

Por outro lado, se nós observarmos a conjuntura mundial, verificamos que há uma carência de matérias-primas, principalmente energéticas, que necessitam ser transportadas por via marítima, a fim de possibilitar o funcionamento adequado da infra-estrutura industrial e agrícola do Mundo Ocidental. E é imperativo que este transporte seja assegurado tanto na paz como na guerra. O progresso tecnológico e o aumento demográfico da população mundial, importarão certamente no aumento da demanda de matérias-primas, tais como o petróleo, minérios, cereais, etc., que terão de ser transportados por via marítima. Na última década, o comércio mundial aumentou em média anualmente de cerca de 10%, sendo que 3/4 partes desse comércio se realizaram pelo mar. Desse total, somente o petróleo participou com mais de 50% do transporte oceânico mundial.

Face ao exposto, como estão participando as Nações Latino-Americanas do transporte marítimo internacional?

Se formos analisar as estatísticas, o quadro não é muito animador, pois verificamos que é grande a dependência desses Países em relação aos Países desenvolvidos, tendo em vista que a sua participação anual no total da carga transportada pela frota mercante mundial, nos últimos dez anos, foi em média de apenas 7,4%. E também na última década a participação percentual nos fretes gerados em dólares pela importação e exportação, foi da ordem de 12%.

Convém ressaltar que as Nações Latino-Americanas têm procurado reagir contra esta situação. Se analisarmos o caso

do Brasil, por exemplo, com 7.400 km de costas e 44.000 km de hidrovias interiores navegáveis e para o qual o transporte marítimo é de vital importância para o seu desenvolvimento e soberania, constatamos que esse País vem realizando um esforço hercúleo para desenvolver uma infra-estrutura nacional de estaleiros para construção e reparação de navios, de modernização e instalação de portos e terminais marítimos. Pelo quadro a seguir, podemos ter uma idéia do incremento da Marinha Mercante Brasileira, devido principalmente à atividade intensa dos estaleiros nacionais, que já estão inclusive construindo navios petroleiros e graneleiros de 131.000 toneladas.

Ano	Marinha Mercante	Aumento
1958	1.200.000 tdw	
1964	1.400.000 tdw	200.000 tdw
1970	2.400.000 tdw	1.000.000 tdw
1975	5.000.000 tdw	2.600.000 tdw

No que se refere aos Estados Unidos, a situação não é muito animadora, conforme podemos constatar pela mensagem recente do Ex-Presidente Nixon ao Congresso do seu País, onde pede providências no sentido de ser reformulada a Política Marítima, face à situação cada vez mais precária em que se encontra a Marinha Mercante Americana, tendo em vista o desenvolvimento acelerado da Marinha Mercante de outros Países, notadamente da URSS, que vem procurando dominar o tráfego marítimo internacional. Este fato torna-se mais grave ainda quando constatamos que os interesses comerciais dos Estados Unidos dependem muito mais do exterior, do que os da União Soviética. A relação entre as mercadorias transportadas por via marítima e o Produto Nacional Bruto é três vezes maior nos Estados Unidos do que na URSS. O Comércio dos Estados Unidos é mais diversificado e depende também muito mais do transporte marítimo. As-

sim, em 1966, por exemplo, o valor total do comércio exterior americano foi de 56 bilhões de dólares e mais de 3/4 das mercadorias foram transportadas por navio, tendo nesse ano o comércio exterior representado 8% do PNB. Esta proporção deverá continuar mais ou menos a mesma na década dos anos 70. Já na URSS, a situação é bem diversa, uma vez que o comércio representou somente 5% do PNB, e deste total apenas 2% correspondem ao transporte marítimo.

Na verdade, 60% do comércio exterior da URSS é terrestre e se realiza com a Europa Oriental, sendo que o comércio fora da Europa mais importante é o realizado com Cuba.

IV — ATLÂNTICO SUL

Aspectos Fisiográficos

1. *Origem*

Segundo Alfredo Wegner, o Oceano Atlântico é de origem recente. Ele surgiu no período carbonífero, do esfacelamento de um grande Continente. Dessa ruptura nasceram a América e a África, tendo a primeira se desviado para W. Daí a semelhança geológica entre os dois Continentes, bem como a correspondência entre o litoral da África e o da América do Sul.

2. *Limites e Superfície*

Setenta e dois por cento da superfície da Terra é ocupada pelas águas. O Oceano Atlântico é menor do que o Pacífico, possuindo a superfície de 51.000.000 de km². O Atlântico Sul situa-se entre o leste da América do Sul e o oeste da África. Ao norte limita-se com o Equador e ao Sul com a Antártida. Convém ressaltar que os limites de um oceano não devem ser estabelecidos levando-se em consideração somente os aspectos geográficos, mas também outros fatores

subjetivos, tais como: Rotas de Comércio e Navegação, Poder Marítimo, Zonas de Segurança, Situação Estratégica, etc.

3. *Relevo Submarino*

Sua topografia é acidentada. E o seu principal acidente geográfico é a cordilheira chamada *Dorsal Mediana*, que divide o Atlântico Sul em duas depressões: a Oriental e a Ocidental. Nessas depressões localizam-se: a Oeste as Bacias Brasileira e Argentina e a leste a Bacia de Angola, que acompanha o litoral africano. Cerca de 70% do relêvo submarino situa-se entre 3.000 e 6.000 metros. A plataforma continental é um prolongamento submerso do Continente, com características geológicas semelhantes e se estende até ser atingida a profundidade de 200 metros. As plataformas continentais ocupam somente 10% dos Oceanos e nas águas que lhe são sobrejacentes se situam a fauna, a flora e grandes riquezas minerais necessárias à vida humana e que podem ser exploradas mais facilmente.

É importante ressaltar que a Plataforma Continental não é uniforme, sendo ampla na foz do Rio Amazonas, estreitando-se no nordeste do Brasil e alargando-se no litoral sul do Continente.

4. *Correntes*

As águas do Atlântico apresentam uma forte salinidade, o que se constitui em fator de riqueza. A sua temperatura varia com a profundidade, sendo a máxima de 28° no Golfo da Guiné.

No Atlântico Sul há correntes quentes como a Sul Equatorial, que nasce no litoral africano e, após, toma a direção oeste até atingir o litoral brasileiro na altura do Cabo de São Roque, onde se bifurca em duas: a das Guianas, que banha o litoral norte, e a do Brasil, que caminha para o Sul até encontrar a corrente fria das Malvinas ou Falklands. Ou-

tra corrente fria é a de Benguela, que caminha do sul para o norte próxima ao litoral africano, até encontrar a corrente Sul Equatorial.

Aspectos Históricos

Pelo fato do Mediterrâneo ser no século XV um *mare nostrum* dos genoveses e venezianos que, juntamente com os mouros, traziam as cobiçadas especiarias do Oriente, a fim de vendê-las ao mercado europeu, os espanhóis e os portugueses foram compelidos a lançarem-se ao Atlântico desconhecido, em busca de novas terras. Sob a égide da Escola de Sagres, iniciou-se, então, o ciclo da navegação oceânica e das descobertas dos grandes navegadores, que deram outra dimensão ao mundo. Mais tarde, no século XVIII, com o advento da propulsão a vapor que propiciou um grande incremento na navegação oceânica, o Atlântico tornou-se a grande estrada marítima do comércio do Mundo Ocidental.

Com isto, a segurança passou a ser um fator de vital importância para a sobrevivência da Europa e do Continente Americano. Na verdade, a 1.^a e a 2.^a Guerras Mundiais, sob o ponto de vista marítimo, constituíram-se em duas gigantescas batalhas pelo Domínio dos Mares, principalmente do Atlântico. E as guerras foram vencidas por aqueles que conseguiram obter e manter esse Domínio, assegurando o fluxo de mercadorias entre si.

É importante ressaltar que na 2.^a Grande Guerra, face ao domínio do Mediterrâneo, exercido pelos italianos, o Atlântico transformou-se na via marítima por onde foi efetuado o abastecimento de armas dos EUA para o Sul da Rússia e para o teatro de operações do Oriente Médio. Desta ciclópica batalha participou a Marinha Brasileira, a quem ficou alocado o patrulhamento da área marítima que vai de Trinidad até o Rio Grande do Sul, com cerca de 5.000 milhas e extensão, assegurando assim, a continuidade do tráfego marítimo.

Após a 2.^a Grande Guerra, a importância estratégica do Atlântico Sul vem sempre crescendo, face ao incremento cada vez maior do transporte marítimo e à conjuntura mundial.

Importância Estratégica

O Atlântico é o mais importante dos Oceanos, uma vez que permite o estabelecimento de comunicações marítimas entre o Continente Americano, a Europa e a África e abre as portas para o acesso à Ásia.

O Atlântico Sul estabelece também uma ponte de ligação com o Oceano Pacífico, através das rotas marítimas do Cabo de Hornos e do Estreito de Magalhães, que passam ao Sul do Continente Americano, e com o Oceano Índico, através da rota marítima que passa pelo Sul da África.

São as linhas de comunicação marítimas mais meridionais do Ocidente.

A importância estratégica do Corredor Atlântico, por outro lado, com 1.400 milhas de largura, entre o Cabo de São Roque no Brasil e a Costa Oeste da África vem aumentando, significativamente, a partir da Segunda Guerra Mundial. É por esse Corredor que o Continente Americano e a Europa comerciam com a África, sendo também por ele que os Americanos do Norte e do Centro e os Europeus, comerciam com os Americanos do Sul.

Ferdinand de Lesseps, ao construir o Canal de Suez, encurtando as rotas marítimas entre o Oriente e o Ocidente, praticamente condenou à extinção o antigo caminho para as Índias, através do Cabo da Boa Esperança, descoberto e palmilhado pelos navegadores portugueses, no século XV. Entretanto, o recente fechamento do Canal de Suez pelo Egito fez reviver a antiga rota marítima devido, principalmente, à necessidade de abastecimento da Europa, dos EUA e da América Latina com o petróleo do Oriente Médio, embarcado no Golfo Pérsico e proveniente dos campos petrolí-

feros do Kuwait, do Irã e da Arábia Saudita. E mesmo que o Canal de Suez seja reaberto à navegação, verificamos que ele não inspirará mais confiança, podendo ser interditado cada vez que ocorrer um conflito no Oriente Médio. Na verdade, com a construção dos super-petroleiros, cujo tamanho não permite sua passagem pelo Canal, não há mais necessidade da utilização do mesmo para transportar o "ouro negro", o que será feito através das rotas oceânicas que contornam o Sul da África e se estendem através do Corredor Atlântico para o Norte e, para Oeste, em direção ao Pacífico.

Por outro lado, se caminarmos para o Norte e olharmos o que ocorre com o Canal do Panamá, tradicional ponte de ligação entre o Atlântico e o Pacífico, vemos que a situação é semelhante. Se o analisarmos sob os aspectos geográfico, econômico e militar, constatamos que a sua posição estratégica é privilegiada, uma vez que o Canal encurta as distâncias entre o Pacífico e o Atlântico, gerando economia de tempo, combustível e permitindo maior e mais rápida mobilidade e abastecimento logístico de tropas que necessitem ser deslocadas em situação de emergência de um oceano para outro, segundo condições que não sejam as de uma Guerra nuclear estratégica. Sendo também uma travessia menor, em relação à rota que demanda o Sul do Continente, inelutavelmente é mais segura no que se refere aos perigos de ataques inimigos, quer aéreos, submarinos ou de superfície, e aos perigos naturais de passagem pelo Estreito de Magalhães e o Cabo de Hornos. Por outro lado, face à possibilidade de um conflito nuclear, às suas limitações materiais e à instabilidade de sua situação política, as deficiências e limitações do Canal são notórias e difíceis de superar. Inicialmente, verificamos que o Canal é muito vulnerável, no que se refere a atos de sabotagem e de bloqueio. Ademais, as restrições materiais são de tal monta, se considerarmos o tamanho de suas comportas (110 pés de largura, 1.000 pés do comprimento e 41 pés máximos de profundidade, variando de acordo com a época do ano), que não permitem a passagem de nenhum

navio aeródromo americano e, cada vez menos, a passagem dos grandes navios mercantes, navegando ou em construção, principalmente, super-petroleiros e graneleiros. Outra limitação técnica, se refere ao limite físico de saturação da passagem de navios em determinado espaço de tempo, não possuindo o canal mais capacidade para atender à demanda crescente de carga entre o Atlântico e o Pacífico. No que concerne à sua situação política, vemos que ela é sumamente instável e se prende às reivindicações nacionalistas do Panamá feitas aos Estados Unidos, que ainda detêm o controle do Canal. Concluindo, as restrições físicas, econômicas, políticas e militares, bem como a vulnerabilidade do Canal do Panamá, fazem com que a rota pelo Sul do Continente se torne cada vez mais necessária e importante.

Se compararmos a rota através do Cabo de Hornos com a rota através do Estreito de Magalhães, constatamos que esta última apresenta vantagens econômicas e de segurança, bem superiores à primeira. Montar o Cabo de Hornos na direção do Atlântico para o Pacífico significa enfrentar condições atmosféricas adversas e o perigo de colisão com icebergues e fortes ventos contrários. Se a travessia for feita do Pacífico para o Atlântico, a situação de ventos se inverte, permanecendo as condições atmosféricas adversas e o risco de colisão com icebergues. Por outro lado, a travessia através do Estreito de Magalhães é mais segura, mais curta cerca de 230 milhas e, embora envolvendo perigos, permite a passagem de navios aeródromos e super-petroleiros. Face ao exposto, verificamos que as perspectivas são de que as rotas meridionais do Atlântico Sul, tanto para o Pacífico como para o Índico, sejam cada vez mais utilizadas. E que, face ao fechamento do Canal de Suez, à fragilidade do Canal do Panamá, ao advento dos super-petroleiros e à própria conjuntura mundial, onde o Hemisfério Ocidental se defronta com uma grave crise energética, a importância estratégica do Atlântico Sul, tanto sob o aspecto militar como econômico, avultará cada vez mais. Convém mesmo ressaltar que há um

grupo de estrategistas que preconiza que, no caso de ocorrer uma nova Guerra Mundial, o centro da Guerra Naval, onde serão travadas as maiores batalhas, será o Oceano Índico, o que se refletirá no Atlântico Sul, uma vez que este se transformará num refúgio ou num abrigo para as Esquadras, onde estas procurarão se reabastecer e recuperar. Todas estas considerações tendem a aumentar a preocupação quanto à questão de quem exercerá no futuro o Domínio do Mar numa área marítima tão importante, cuja segurança já se converteu num problema vital para a sobrevivência do Bloco Ocidental.

Cabe, então, a pergunta:

“Estão os Países banhados pelo Atlântico Sul preparados para arcar com a responsabilidade da manutenção da segurança do tráfego marítimo no referido oceano, no caso de ocorrer uma nova Guerra Mundial?”

Certamente que não.

Neste caso tornamos a perguntar:

“Os Estados Unidos estão conscientes deste fato e, em consequência, sua estratégia tem sido norteadada no sentido de fazer mais presente e agressiva a sua Política Naval para o Atlântico Sul?”

Infelizmente, os fatos não parecem demonstrar terem os americanos do Norte acordado para o perigo que representa o expansionismo naval soviético, cada vez mais presente nos Oceanos, notadamente no Atlântico Sul.

Em decorrência, surge a pergunta:

“Qual a Política e a Estratégia Naval Russa, com relação ao Atlântico Sul?”

Na verdade, o que há no momento é um acelerado expansionismo soviético, no que se refere à Política Marítima Russa, tanto mercante como de guerra.

O Almirante T. H. Moore, afirmou numa palestra realizada em Philadelphia, em 19 de agosto de 1969: "Nos últimos anos os soviéticos descobriram o significado do Poder Marítimo". Porém o que realmente não deve ser perdido de vista é o conceito expresso pelo Contra-Almirante R. de Belot, no seu livro, *O Mar num Conflito Futuro* "Não se pode prever como evoluirá a estratégia, em consequência dos progressos técnicos, ao fim do século. Mas, pode-se acreditar que o domínio do mar, que cobre as três quartas partes do Globo, permanecerá ainda um elemento essencial do poderio das Nações. O Ocidente deve continuar sendo uma talassocracia".

Assim, analisaremos em seguida a nova Política e Estratégia Marítimas da Rússia, bem como, em decorrência, a presença da sua Marinha nos Mares do Mundo e qual a reação dos Estados Unidos e das Nações interessadas, no que se refere especificamente ao problema do Atlântico Sul.

O Poderio Marítimo Russo

É um grave engano acreditar-se que os russos não possuem tradição naval. O escritor inglês, Fred Jane, escreveu no seu livro *The Imperial Russian Fleet. Its Past, Present and Future*, Londres, 1904, o seguinte: "A Marinha Russa pode proclamar uma origem mais antiga do que a Marinha Inglesa. Cem anos antes de Alfredo construir os primeiros navios de guerra ingleses, os russos já estavam engajados em batalhas navais em áreas distantes, e há um milênio os russos eram considerados os melhores marinheiros de sua época".

Foi Pedro, o Grande, quem primeiro compreendeu a lição dos antigos, reconhecendo que a Rússia só poderia realmente ser uma Grande Potência, quando possuísse uma Marinha

poderosa. São suas as palavras: "Cada potência que dispõe apenas de forças terrestres tem somente uma mão; no entanto, aquelas que também têm uma Marinha, dispõem de duas mãos".

Esta lição foi compreendida e é seguida fielmente, há cerca de 19 anos, pelo Comandante em Chefe da Marinha Russa, Almirante de Esquadra S. G. Gorshkov, que afirmou: "O Poder Naval tem sido um dos fatores que possibilitaram aos Estados evoluir para a condição de Grandes Potências. Além disso a história mostra que aqueles Estados que não dispõem de forças navais à sua disposição não foram capazes de manter a condição de Grande Potência por muito tempo".

Na verdade, sob a liderança do Almirante Gorshkov, a estratégia marítima Russa que vinha se mantendo numa atitude defensiva desde o reinado de Pedro, o Grande, passou para uma ação ofensiva, não só fazendo sentir a presença do seu Poderio Marítimo nos Oceanos como ameaça ao Mundo Livre, mas também procurando conhecer e explorar os mares, pesquisando e espionando, naturalmente apoiando essa estratégia em um gigantesco programa de construção naval, sem paralelo na história, em tempo de paz.

Outro fato que deve ser levado em consideração é que, embora seja o Império Soviético um bloco monolítico e continental, ele possui fronteiras marítimas duas vezes maiores do que a dos Estados Unidos e quinze vezes maiores do que a da França, dando para 17 mares limítrofes, cuja navegação necessita ser assegurada em tempo de Guerra, não obstante a inclemência do clima que mantém inúmeras dessas rotas interrompidas devido ao gelo, durante parte do ano. Nessa característica geográfica, aliás, reside a sua fraqueza do ponto de vista naval, uma vez que obriga a divisão de suas forças por diversos mares, de ligação difícil entre si.

A nova Estratégia Marítima Soviética sofreu um grande incremento após a 2.^a Grande Guerra, passando os russos a

utilizar o Poder Marítimo como instrumento de persuasão e de política externa. Há quem afirme, com certa ironia, que os Soviéticos aprenderam essa estratégia com as Potências Ocidentais, aperfeiçoando-a a tal ponto que sobrepujaram essas Potências, na corrida pela supremacia dos mares. Claramente os russos compreenderam que o Poder Marítimo é recorrente de um conjugado que abrange não só a potência naval e a infra-estrutura destinada a apoiar os seus navios, mas também abrange o poderio da Marinha Mercante, da frota pesqueira, dos navios de pesquisa e oceanográficos. Assim, o Poder Marítimo é a integração dos componentes desse conjugado.

Como resultado dessa Política, a Rússia é atualmente uma das maiores Potências Marítimas do Globo Terrestre.

Indiscutivelmente, a maior ameaça que paira sobre o Bloco Ocidental, notadamente sobre o Atlântico Sul, é a Frota de Submarinos russa, moderna e numerosa, com cerca de 380 unidades, sendo que 25% dessa frota é de propulsão nuclear e opera com mísseis estratégicos e de superfície. Há informações de que os soviéticos realizaram em outubro do ano passado, testes com um míssil, o SS-18, lançado de submarino, o qual tem o alcance máximo de 6.300 milhas e está planejado para carregar oito ogivas nucleares para alvos separados. Possui também a URSS os maiores estaleiros para submarinos do mundo, que estão construindo submarinos nucleares.

A respeito dessa frota dos submarinos russos, o Almirante Gorshkov, afirmou:

“Um considerável poder de fogo, um raio de ação ilimitado, uma grande velocidade em estado submerso e em grande profundidade, uma grande autonomia e as facilidades de operação secreta, todas essas qualidades têm ampliado consideravelmente as possibilidades operacionais e a capacidade de com-

bate de nossa frota de submarinos, a qual forma hoje nossa força de choque principal na Guerra Naval”.

Atualmente, estão sendo construídas aeronaves de decolagem vertical para operar no novo porta-aviões, o Kiev. Estão também sendo construídos porta-helicópteros para operação na guerra anti-submarina, além do Moscou e o Leninegrado, já em operação.

A par da frota de submarinos, a URSS possui uma força aérea poderosa, equipada com mísseis ar-superfície e uma grande frota de navios de superfície também equipados com mísseis, ambos destinados, principalmente, a operar contra navios aeródromos. No setor da Marinha Mercante o crescimento é ainda maior, estimando-se que, em 1980, os russos possuirão uma frota mercante de 25 milhões de toneladas, crescendo à razão de um milhão de toneladas brutas por ano, e que será a mais moderna e diversificada do mundo. Atualmente, a URSS possui 1.700 navios mercantes, representando mais de 12 milhões de toneladas, sendo que 80% possui menos de 10 anos de idade. Os navios estão assim distribuídos: 55% de cargueiros, 35% de petroleiros e 10% transporte de pessoal.

Se fizermos uma comparação entre os Estados Unidos e a URSS, os números são ainda mais alarmantes. Assim, vejamos: Enquanto em 1967 os estaleiros soviéticos projetavam construir 456 novos navios, incluindo os de pesca, e tinham mais de 30% deste número encomendados a estaleiros estrangeiros, os estaleiros americanos projetavam construir somente 51 navios. Em 1950 os Estados Unidos possuíam 1.900 navios mercantes, totalizando 22 milhões de toneladas e hoje possuem cerca de 1.100, totalizando menos de 15 milhões de toneladas, que transportam cerca de 6% do comércio internacional americano, sendo que 80% desses navios têm mais de 25 anos de idade. Enquanto isto, os russos que possuíam apenas 525 navios em 1950, totalizando

2,5 milhões de toneladas, possuem planos mais ambiciosos e, atualmente, sua frota mercante já transporta 50% do seu comércio mundial, prevendo-se um aumento para 75%, até 1980. Esta vasta marinha mercante propicia aos soviéticos o instrumento para exportar para o mundo o seu poder econômico, militar e político.

Convém ressaltar também o papel representado pela frota oceanográfica soviética que, com cerca de 160 navios, é das mais modernas e está em constantes atividades científicas e militares nos mares.

No que se refere ao Atlântico Sul, têm sido vistos navios de pesquisa, com base na Bahia de Cienfuegos, em Cuba, espionando lançamentos de foguetes em Cabo Canaveral nos EUA e na Base da Barreira do Inferno, no Brasil. Por outro lado, a frota pesqueira soviética, com mais de 4.000 navios, totalizando 6,5 milhões de toneladas, está hoje presente em todos os oceanos, alimentando o povo russo com 8 milhões de toneladas de peixe anualmente. É empregada também como componente do Poder Marítimo, constituindo um elemento auxiliar da Marinha de Guerra, fazendo sentir sua presença próximo às bases do Continente Americano, acompanhando os exercícios das Esquadras das Potências Ocidentais, o lançamento e recolhimento de cápsulas espaciais e de foguetes, com falsos pesqueiros dotados de aparelhagem eletrônica moderna, enfim navios destinados à espionagem marítima, através da coleta de informações.

Em tempo de paz, de acordo com sua Estratégia Naval, os russos, explorando com inteligência o seu respeitável Poder Marítimo, têm procurado fazer notar sua presença nos mares do mundo, visitando 100 países no curto prazo de um ano. Somente em Cuba, já estiveram 13 Esquadrões Soviéticos, integrados por navios de superfície e submarinos, inclusive nucleares, desde que este País entrou para a órbita comunista. Na Bahia de Cienfuegos está instalada uma grande Base Naval Soviética, onde estacionam submarinos nucleares, estando a Base completamente isolada por terra e pelo

mar, não sendo permitida a entrada de cubanos no interior da mesma. Foi o Poder Marítimo Soviético que permitiu o abastecimento do Vietnã do Norte, o transporte de armamento para o Oriente Médio e que abastece Fidel Castro com mais de US\$1.000.00 diários, em armas e mercadorias.

Por outro lado, a crescente influência soviética e as facilidades já obtidas no uso dos portos do oeste e leste africano, tornam vulnerável a rota através do Sul da África, de vital importância para o Continente Americano.

Concluindo, gostaríamos de citar uma vez mais o Almirante Gorshkov, que afirmou o seguinte, em sucessivos pronunciamentos:

"A URSS hoje possui uma Marinha de Guerra e uma Aviação equipada com foguetes nucleares, equivalente a qualquer Força Estratégica, inclusive as de natureza ofensiva, em todos os Oceanos do Mundo".

"A bandeira da Marinha Russa tremula agora, orgulhosamente, sobre os Oceanos do Mundo. Mais cedo ou mais tarde, os EUA terão compreendido que não são mais os donos dos mares".

O Poderio Marítimo dos Estados Unidos

Segundo o Almirante T. H. Moore, 60% das belonaves americanas, às quais está entregue a defesa estratégica dos Estados Unidos e de seus Aliados nos mares, possui mais de 20 anos de idade, enquanto que na Marinha Russa, que possui mais de 1.000 navios de superfície e submarinos, menos de 25% atinge a 20 anos de idade.

No que se refere à Marinha Mercante, a Comissão de Comércio do Senado Americano, afirmou que "esta atingiu uma situação crítica, seu futuro é duvidoso, e uma ação re-

mediadora de alto nível se faz necessária, se os EUA desejarem continuar como líderes do Comércio Marítimo Mundial". Assim, como já vimos, enquanto 80% dos navios mercantes americanos possuem mais de 20 anos, na Marinha Russa a mesma percentagem não possui ainda 10 anos de idade.

Na verdade, os Estados Unidos ainda possuem o Domínio dos Mares, mas sua posição está ameaçada.

Há cinco anos atrás a Frota de Guerra Americana reduziu-se de 900 navios, para somente 508, tendo afirmado o Chefe de Operações Navais, Almirante James L. Holloway III que o tamanho da Armada dos EUA continuará a declinar por mais um ano, descendo abaixo do nível de 500 navios pela primeira vez desde 1939. Holloway mostra-se mesmo bastante cético, não tendo ilusões sobre o perigo que representa o crescente Poder da Marinha Soviética e, em particular, sua força de submarinos, tornando difícil para os Estados Unidos manter o tráfego marítimo do Atlântico aberto em época de Guerra.

O seu antecessor, Almirante Zumwalt, afirmou também na sua despedida que a "Marinha Soviética teria agora mais capacidade em interromper as linhas de tráfego marítimo, do que a Marinha Americana em mantê-las". Um dos problemas com que se defronta a Marinha Americana, além da dificuldade de obter verbas do Congresso, é o da inflação. Há, porém, um programa de modernização que prevê um crescimento da Esquadra para 600 navios em 1980, com o dinheiro economizado pela retirada de antigos navios.

Os estrategistas americanos baseiam o poderio de sua Marinha nos 23 porta-aviões de ataque, dos quais três são nucleares, e na superioridade da qualidade dos seus submarinos equipados com mísseis Polaris e Poseidon e dos navios de superfície, tendo em vista o emprego a eles destinado.

Com a redução do número de navios, a Esquadra exigirá mais de cada navio. Assim, o conceito de construir na-

vios caros para proteger os porta-aviões de ataques marítimos ou aéreos, tende a ser modificada. Para isto, foi desenvolvido um novo avião naval, o F-14, que tem três vezes a capacidade do atual caça a jato F-4, para proteger os porta-aviões de ataques aéreos. A tendência agora, face ao avanço tecnológico dos mísseis anti-navios de longo alcance, é a de uma Força Tarefa operar dispersa, de tal maneira que a explosão de um desses mísseis não afete os outros navios. Dessa forma, a idéia da cerrada cobertura de escolta para o porta-aviões tornou-se obsoleta.

Com o objetivo de aumentar o poder ofensivo e a flexibilidade dos navios de superfície, se está planejando o desenvolvimento do novo *Harpoon* da Marinha, míssil destruidor de navios. No momento a URSS está bem mais avançada neste campo dos mísseis. Ironicamente, quando este novo míssil estiver operando no final do próximo ano, a Marinha Americana se tornará a última Grande Marinha do Mundo, a reconhecer a potência do míssil anti-navio de longo alcance. Os soviéticos já possuem este míssil há anos e foi mesmo a explosão de um destróier israelense por uma lancha egípcia equipada com mísseis soviéticos que chamou a atenção do Alto Comando da Marinha Norte-Americana para o atraso em que esta se encontrava em relação ao assunto.

Na verdade, convém ressaltar que, cada vez mais, os Estados Unidos vêm encontrando dificuldades em manter Bases no exterior, que permitam o abastecimento de suas Esquadras, devido a razões financeiras e políticas.

No caso do Atlântico Sul, a Segunda Frota que guarnece esta região está encontrando dificuldades para se abastecer, uma vez que a Base que serve a esta região oceânica e ao Oceano Índico é a Base de *Simonstown*, a 50 km da Cidade do Cabo, na África do Sul. Atualmente, a importância desta Base cresceu ainda mais devido ao fechamento do Canal de Suez. Ela é a única Base de abastecimento para os navios de Guerra vindos do Atlântico em direção ao Oceano Índico e ao

Sudeste Asiático ou vice-versa. E a sua situação é extremamente precária, devido à *Política do Apartheid* seguida pela África do Sul e com a qual os Estados Unidos não concordam, o que poderá acarretar o seu fechamento.

Finalmente, podemos verificar que o Atlântico Sul encontra-se pouco guarnecido, dando-nos uma clara noção da importância dispensada pelos Estados Unidos a esta vital região do Globo Terrestre.

Poderio Marítimo dos Principais Países do Atlântico Sul

É fato notório que as Nações Sul-Americanas e Africanas não possuem por si sós, Poder Marítimo capaz de assegurar, em caso de Guerra, a manutenção das rotas marítimas do Atlântico Sul, conforme podemos verificar pela Tabela anexa.

No caso da Argentina, por exemplo, a área se amplia para o Sul, visando proteger também territórios antárticos. Assim é que, percebendo o desinteresse Norte-Americano e temerosos da presença cada vez mais atuante dos navios russos na região, até em águas territoriais, como aconteceu recentemente com o navio russo de Pesquisa Espacial Yuriy Gagarin, estacionado em frente à Base Aérea de Barreira do Inferno no Brasil durante uma prova de lançamento de foguetes, as Nações Atlânticas vêm procurando equipar com belonaves modernas suas Marinhas, adestrando continuamente suas guarnições, inclusive em operações conjuntas, como a *Operação Unitas*, que é realizada anualmente e da qual participam as Marinhas dos Estados Unidos, Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai. Outra Operação que é realizada entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai é a *Operação Atlantis*.

A África do Sul tem também proposto a realização de manobras conjuntas com o Brasil e a Argentina.

	PORTA-AVIÕES	PORTA-HELICÓPTEROS	CRUZADORES E NAVIOS DE APOIO DE FOGO	DESTRÓIER	FRAGATAS	COAVETAS	SUBMARINOS COM MISSEIS BALÍSTICOS	SUBMARINOS COM MISSEIS DE SUPERFÍCIE	SUBMARINOS DE FROTA	SUBMARINOS DE PATRULHA	LANCHAS TORPEDEIRAS	NAVIOS DE PATRULHA	NAVIOS VARREDORES	PETROLEIROS	NAVIOS DE ASSALTO	NAVIOS DE DESEMBARQUE	TRANSPORTES	NAVIO OFICINA
ARGENTINA	1		2	10	3	2				2	2	2	6	1		6	3	
BRASIL	1		1	13	6	10				3		6	6	1		2	6	1
ÁFRICA DO SUL				2	7					3		5	10	1				
URSS	1	2	33	108	54	70	45 (N) 42 (N) 22 (D) 28 (D)	26		233	321		320	11		11		53
EUA	20 (D) 3 (N)		17	123	100		41 (N) 1 (D)	84		32	34		36	37	13	45		28
SENEGAL												4						
NIGÉRIA					1	2						6						
URUGUAI				4								2	1					
VENEZUELA				4	6					4		5				1	2	

OBS: NÃO FORAM COMPUTADOS OS NAVIOS QUE SE ENCONTRAM EM RESERVA.

ANO: 1974

Convém notar que os Países Atlânticos são essencialmente marítimos, possuindo extenso litoral a defender e dependentes em grande escala do comércio marítimo.

O Brasil, por exemplo, importa 60% do petróleo que consome do Oriente Médio, através da rota marítima que contorna o Cabo da Boa Esperança.

Para a aquisição de navios de Guerra modernos, os Países Sul-Americanos têm recorrido a estaleiros europeus, uma vez que, até pouco tempo, o Congresso Americano não permitia a cessão ou venda de navios de guerra a estes Países, obrigando-os a recorrer a outras fontes de fornecimento. Atualmente, os Estados Unidos estão cedendo navios usados, alguns com 30 anos de serviço, que não atendem aos requisitos de uma Guerra Naval moderna. Países como o Brasil, por exemplo, já possuem, inclusive, uma significativa infra-estrutura de estaleiros militares e privados que estão construindo fragatas, navios hidrográficos, navios fluviais, etc.

No que se refere à Marinha Mercante, o esforço de construção tem sido também muito significativo, principalmente como já vimos, no Brasil.

Face ao exposto, compreende-se a preocupação dos Países Sul-Americanos e Africanos, com a segurança do Oceano que banha suas costas marítimas, dada a importância de que se reveste o Atlântico Sul, para a sua sobrevivência.

A Estratégia Ocidental Face à Estratégia Soviética

As Potências Ocidentais estão dispersas pelos Continentes, necessitando do transporte marítimo para abastecer-se de materiais estratégicos. Assim, é de vital importância que o Domínio dos Mares permaneça com o Bloco Ocidental. No caso específico do Atlântico Sul, é também de vital importância para a sobrevivência do Continente Americano a manutenção, na Paz e na Guerra, da segurança de suas rotas marítimas.

Podemos exemplificar com o transporte do petróleo do Oriente Médio, através do Cabo da Boa Esperança, no Sul da África, demandando ao Atlântico e ao Pacífico. Por outro lado, é evidente que nem os Países da América do Sul, nem os da África estão preparados para enfrentar a ameaça que constituem os submarinos russos.

E, como já vimos, a maior Potência do Mundo Ocidental, os Estados Unidos, por razões econômicas, políticas e militares vem cada vez mais se ausentando dos mares notadamente do Atlântico Sul.

Na verdade, a Política dos Estados Unidos está voltada para a Ásia e Europa, sendo a América do Sul e a África, relegadas a um segundo plano, no que se refere ao planejamento da segurança contra o Bloco Oriental.

E por razões econômicas e de política interna, a Nação Americana está tendendo a retornar ao isolacionismo de outrora, deixando também escapar de suas mãos o Domínio dos Mares, numa atitude suicida, que afeta até sua própria sobrevivência como Nação.

Se analisarmos mais detidamente a Estratégia Americana nos mares, vemos que ela ainda se baseia no conceito de que o Porta-Aviões é a base da Esquadra, e inexpugnável.

Sob este ponto de vista é interessante analisarmos como a Política Marítima Russa vem evoluindo através do tempo. Os russos, devido ao elevado custo, à falta de *know-how* apropriado e ao tempo necessário para adquiri-lo, optaram sempre por não projetar e construir navios-aeródromos, baseando sua estratégia em dois pontos principais:

- a) de ataque, composta, principalmente por sua poderosa frota de submarinos, inclusive, nucleares, equipados com mísseis;
- b) anti-submarina e de defesa contra navios-aeródromos baseada principalmente na aviação, equipada

com mísseis ar-superfície e torpedos, e em navios de superfície equipados com mísseis superfície-superfície.

Ultimamente, porém, essa estratégia evoluiu no sentido de integrar à sua Esquadra, Porta-Helicópteros para dar combate a submarinos e também Porta-Aviões, equipados com aviões de decolagem vertical. Esse fato aumentará muito o Poderio Naval Soviético, que é complementado, como vimos, por uma Marinha Mercante, uma Frota Oceanográfica e de Pesca, que são, na verdade, navios auxiliares da Marinha de Guerra, modernos, eficientes e cada vez mais numerosos.

Devemos ressaltar que além da dificuldade em construir navios-aeródromos, os soviéticos ainda não lograram atingir o nível técnico de construção de navios dos americanos.

Outro fator de fraqueza é o fato dos russos não disporem de apoio logístico para a Esquadra nos diversos quadrantes do Globo Terrestre, embora estejam procurando se expandir neste sentido.

A Base Naval da Baía de Cienfuegos, em Cuba, é um exemplo desta Política. Nela se abastecem submarinos nucleares e navios de superfície, estando estrategicamente situada em frente ao Canal do Panamá e a meio caminho entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul.

Concluindo, verificamos que à proporção que os Estados Unidos se ausentam do Atlântico Sul, os Soviéticos ocupam, paulatinamente, seu lugar.

Pressentindo este fato, os Países Sul-Americanos e a África do Sul procuram aumentar, modernizar e adestrar suas Esquadras, visando a defesa do Oceano que banha suas costas. Será, entretanto, muito difícil para esses Países manterem sozinhos as rotas marítimas do Atlântico abertas, em caso de Guerra.

Os russos, por sua vez, vêm ocupando os mares dentro de uma Política agressiva, expansionista e obstinadamente

continuada. Seus navios e submarinos já dominam o Báltico, estão presentes no Mediterrâneo, no Índico, no Pacífico e, cada vez mais, no Atlântico constituindo-se numa real ameaça para os Países Hemisféricos.

Não foi um soviético, mas sim o Capitão-de-Mar-e-Guerra dos Estados Unidos, Carl H. Amme, um dos seus mais respeitados estrategistas navais, quem ao escrever sobre o *Domínio do Mar na Era Nuclear*, afirmou:

"O Domínio do Mar permanece um princípio válido. A verdadeira missão da Armada é proporcionar bases para projetar nosso poder sobre os territórios e ultramar e, por essa razão, necessitamos controlar os mares que tenhamos que utilizar".

V — IMPORTÂNCIA DO MAR TERRITORIAL

O Mar Territorial pode ser definido como a parte do mar situada entre as águas interiores e o alto-mar.

Como afirmou Celso Albuquerque Mello:

"O Mar Territorial é uma criação do Direito, como consequência de exigências efetivas que levaram vários Estados a concluir pela necessidade de exercer seu domínio sobre uma parcela do mar adjacente ao seu litoral".

É uma conceituação jurídica que difere da conceituação eminentemente geográfica do que é a Plataforma Continental. Esta pode ser definida como a parte que banha o litoral de um território e se estende até a isobárica de 200 metros.

A idéia de prover o mar com um regime jurídico é antiga e remonta à época greco-romana.

É interessante ressaltar que já no século XII havia legislação estendendo a jurisdição sobre o mar até a distância de 100 milhas. Como a variedade de critérios era grande, pro-

curou-se estabelecer critérios mais rígidos, tendo início a disputa entre os defensores do *Mare Clausum*, que estabelecia a propriedade do Estado sobre o Mar adjacente e a dos defensores do *Mare Liberum*, que preconizava a liberdade dos mares. Ironicamente, a extensão do Mar Territorial, a partir do fim do século XVIII, foi estabelecida como a distância de um tiro de canhão (3 milhas).

Esse limite de 3 milhas foi adotado pelos Estados Unidos, em 1783.

Nessa época também nasceu o conceito de Zona Contígua, definida como a região que se segue ao Mar Territorial e sobre o qual os Estados não são soberanos, mas exercem alguns direitos. No início do século XX surge a necessidade das Grandes Potências de estabelecerem uma Zona Contígua, de acordo com suas necessidades. Em 1930, em Haia, discute-se novamente o problema da extensão do Mar Territorial e Zona Contígua, sem chegar-se a um acordo. Em 1945 sobrevém a Proclamação Truman, estendendo a soberania dos Estados Unidos sobre a plataforma continental adjacente.

Em 1958 é realizada a Conferência de Genebra, que não conseguiu fixar a extensão do Mar Territorial, mas conceituou a soberania que um Estado exerce sobre a Zona Contígua e a Plataforma Continental.

Finalmente, é realizada ainda em Genebra, com a presença de 88 Estados, a 2.^a Conferência sobre Direitos do Mar, que foi um fracasso, nada acrescentando ao *status quo* existente.

A partir de 1945, vários Estados, inclusive latino-americanos, já haviam estendido a largura do seu Mar Territorial para até 200 milhas.

Na verdade, já em 1957, o Peru havia fixado a jurisdição peruana sobre o Mar, em 180 milhas. E foi também o Peru, que, em 1947, promulgou o 1.º Ato Jurídico completo, aumentando a extensão do Mar Territorial para 200 milhas.

Em 1952, através do Pacto do Pacífico Sul, Chile, Equador e Peru, proclamaram sua soberania sobre os mares adjacentes até 200 milhas bem como o solo e o subsolo desta zona. Mais tarde, após a terceira reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, realizada no México, em 1956, Argentina, Uruguai, Panamá, Nicarágua e El Salvador, também fixaram em 200 milhas a largura do seu Mar Territorial. Atualmente todas as Nações abaixo do equador geográfico adotaram aquele valor para a largura do Mar Patrimonial ou Territorial. A posição do Brasil foi estabelecida a 25 de março de 1970, pelo Decreto-Lei n.º 1098, que fixou em 200 milhas a extensão do seu Mar Territorial.

Esta fixação da extensão do Mar Territorial obedece a aspectos de ordem política, econômica e militar. Na verdade, os mares já são considerados como uma *canaã* que aumentará e abastecerá o mundo em futuro bem próximo, devido a dois fatores: o avanço tecnológico, que permitirá o descobrimento e exploração de suas riquezas; e ao facto inconteste de que, se continuarem os mares a ser poluídos em escala crescente como vem ocorrendo, breve a sua flora e fauna serão exterminados. Assim cabe protegê-las e realizar sua exploração de maneira racional.

Os Estados Unidos já mudaram sua posição, reconhecendo como 12 milhas a extensão do Mar Territorial. Outras Potências, como a China Continental, já reconhecem o limite de 200 milhas.

O Atlântico Sul permite que seja adotada esta extensão de Mar Territorial, o que já não ocorre com outros Mares como o Báltico e o Mediterrâneo. Assim este é um problema que deve ser resolvido regionalmente. Por outro lado, as riquezas que vêm sendo descobertas no Atlântico Sul, vêm despertando a cobiça de Grandes Potências.

O petróleo existente na Plataforma Continental brasileira e argentina não pode ficar à mercê de apetites alienígenas. Há que pereservá-lo. Por isto esta legislação é importante.

Ultimamente vem sendo observada ao Norte e ao Sul do Continente, a ação sistemática e predatória de frotas estrangeiras de pesca, fazendo com que a flora e a fauna sejam devastadas e desapareçam. E a presença de embarcações estrangeiras, principalmente russas, nas proximidades do litoral americano, com fins de pesquisa e espionagem, vêm se tornando ameaçadoramente freqüentes.

A posição Norte-Americana, conforme reiteradas declarações de autoridades responsáveis, é a de condenar a posição dos países latino-americanos.

Em conclusão, as Grandes Potências têm tido uma atitude agressiva no que se refere ao Mar Territorial, defendendo uma "liberdade dos mares" entre aspas, que atenda aos seus interesses econômicos e militares. Esta decisão, sobre o aspecto político continental, trouxe bastantes benefícios, pois uniu a América Latina, com reflexos positivos na ALALC e nos Organismos Internacionais.

Na verdade, porém, o precedente foi aberto pela *Proclamação Truman*, em 1945, e já agora há em alguns Estados costeiros norte-americanos, como a Califórnia, correntes de opinião favoráveis ao Mar Territorial de 200 milhas, a fim de preservar as riquezas ictiológicas e minerais do mar adjacente ao litoral Norte-Americano, ameaçadas por Potências estrangeiras.

Finalmente, constatamos que o problema para os Estados Unidos é mais fundamentalmente econômico, uma vez que dado o fato de que os Países Latino-Americanos integram o Bloco Ocidental, a ameaça militar viria, em princípio, da URSS.

Resta saber o que os Estados Unidos pensam a respeito do assunto, enfim qual a maior prioridade que darão ao problema: se a econômica ou a militar.

Isto determinará se desejam cultivar aliados ou inimigos potenciais na América Latina.

VI — CONCLUSÕES

O Atlântico Sul, o Oceano do Mundo Ocidental, é uma das áreas focais do Globo Terrestre e a sua importância estratégica vem gradativamente aumentando, devido aos seguintes fatores:

- a) O fechamento do Canal de Suez, acarretando a obrigatoriedade da utilização das rotas marítimas que contornam o Cabo da Boa Esperança, no Sul da África, necessárias à manutenção do tráfego marítimo entre a Ásia, a África, as Américas e a Europa.
- b) A construção e a entrada em serviço de navios de grande tonelagem, apropriados para o transporte a grandes distâncias, o que vem intensificando as rotas marítimas atlânticas uma vez que, pelas suas dimensões e calado, estes navios não podem utilizar nem o Canal de Suez nem o Canal do Panamá.
- c) A vulnerabilidade do Canal do Panamá que, em caso de guerra, está muito exposto aos ataques de mísseis e, durante a paz, devido a fatores políticos, militares e técnicos não só pode ser fechado a qualquer momento, como também não mais atende à demanda crescente de carga e nem permite a passagem de navios-aeródromos e navios super-petroleiros e graneleiros, obrigando a utilização das rotas marítimas através do Estreito de Magalhães e do Cabo de Hornos, ao Sul da Argentina.
- d) A nova estratégia naval ofensiva da URSS, baseada no crescente aumento do seu Poderio Marítimo, tornando cada vez mais freqüente e ameaçadora a presença de suas belonaves no Atlântico Sul.

Na verdade, as Nações Atlânticas vêm procurando, através do desenvolvimento, atingir melhores níveis de progresso

e de bem estar. E para alcançar este desideratum, estes Países, com o extenso litoral que possuem, não podem voltar as costas para o Atlântico Sul. Ao contrário, pois é neste Oceano que estão algumas de suas maiores riquezas e é ele também a porta aberta para o intercâmbio comercial com outros Países.

É preciso, portanto, que nos capacitemos de que deve ser criada no Continente uma verdadeira Mentalidade Marítima que propicie a formação de um forte Poder Marítimo capaz de assegurar, quer na Paz quer na Guerra, a manutenção das rotas essenciais à sua sobrevivência.

Um fator, entretanto, que necessita ser cuidadosamente pesado e analisado é que, enquanto os Soviéticos expandem cada vez mais o seu Poder Marítimo no Atlântico Sul, os Estados Unidos se retraem, perdendo aos poucos a supremacia nos Mares, numa incompreensível Política Estratégica que alarma seus aliados. Para se ter uma idéia da importância de que se reveste o Poder Marítimo para o Bloco Ocidental, basta lembrar que os Estados Unidos têm acordos Multilaterais ou Bilaterais para a defesa de 42 Países. E destes somente dois, Canadá e México, têm fronteiras com a Nação Americana. Os outros ficam em outros Continentes ou regiões distantes.

Este fato levará, inevitavelmente, os Países Sul-Americanos a não mais limitar a Proteção do Tráfego Marítimo às suas costas, mas significará que também passarão a preocupar-se, estrategicamente falando, em encetar uma marcha para o leste, a fim de proteger todas as áreas focais do Atlântico Sul. É interessante notar que a adoção do Mar Territorial de 200 milhas já é o reconhecimento desta necessidade. Temos também que considerar que estes Países, por si sós, não possuem Poder Marítimo capaz de assegurar as rotas marítimas entre a América do Sul e a África.

Assim, há necessidade de que sejam intensificados exercícios conjuntos entre as Marinhas Americanas, como a Ope-

ração *Unitas* e a *Operação Atlantis*. E também se possível, procurar ampliar estes exercícios incluindo as Marinhas dos Países Africanos, desde que se consiga superar os óbices políticos existentes, como o do *Apartheid*, na África do Sul, e o gerado pelo surgimento de um Estado independente em Angola, o qual, ainda não se sabe ao certo qual será a coloração política.

Finalmente, convém não perder de vista as palavras do Almirante S. Gorshkov, Comandante em Chefe da Marinha Russa:

“A capacidade do homem para compreender o Oceano e usá-lo para suas próprias necessidades, afeta diretamente o crescimento do prestígio político do país e seu poder econômico e militar”.

BIBLIOGRAFIA

- Amme, Carl H., *El Dominio del Mar en la Era Nuclear*, Revista Estratégia, Buenos Aires, janeiro-fevereiro, pág. 34, 1970.
- Belot, R., *El Mar en un Conflicto Futuro*, Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales, 1962.
- Bezerra de Menezes, Adolpho Justo, *O Brasil e o Mundo Asio-Africano*, Rio de Janeiro, 1960.
- Enciclopédia Barsa*, 1974.
- Flores, Mario Cesar, *Panorama do Poder Marítimo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército e Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.
- Funkhouse, John T., *A Estratégia dos Navios Aeródromos na Marinha Soviética*, Revista Marítima Brasileira. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 4.º trimestre, 1971, pág. 75.
- Gorshkov, S. G., *As Marinhas na Guerra e na Paz*, Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2.º trimestre de 1974, págs. 95 a 131.
- Gullion, Edmund, *Aspectos da Utilização dos Mares*, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, dezembro, 1974.

Jane's Fighting Ships, 1973-1974.

Mahan, A. T., *Estratégia Naval*, Buenos Aires, 1935.

Martin, L. W., *El Mar en la Estrategia Moderna*, Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales, 1970.

Mello, Cordeiro CMG (RRM), *A Indústria Naval no Brasil*, Revista Marítima Brasileira. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 4.º trimestre de 1971, pág. 108.

Moore, T. N., *Palestra A Marinha Russa*.

Moreira, Hilton Berutti, Vice-Almirante, *O Brasil e Suas Responsabilidades no Atlântico Sul*, Revista Marítima Brasileira. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 4.º trimestre de 1972, pág. 17.

Nunes Baptista, Fernando, *Análise da Estratégia Naval Soviética*, Revista Marítima Brasileira. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 4.º trimestre, 1971, pág. 15.

Roskill, S. W., *The Strategy of Sea Power*, Londres, Collins, St. James Place, 1962.

Zartman, William I., *O Comunismo na África*, Edições GRD, 1964.

ASSINE

"A DEFESA NACIONAL"

A Geologia e a Estratégia Militar

Professor

FLAVIO KOFF COULON *

INTRODUÇÃO

Assim como outras ciências, a Geologia tem grandes possibilidades de colaborar decisivamente na resolução de problemas estratégicos militares e isso ficou suficientemente provado durante a 2.^a Grande Guerra quando ela foi intensamente utilizada pelo exército americano como importante ferramenta científica na planificação e na própria operação das tropas.

Avaliados os resultados dessa participação concluiu-se que ela poderia ter sido ainda maior 1. se já existisse, à época, uma conscientização, tanto por parte dos geólogos como por parte dos militares, sobre as múltiplas aplicações da Geologia aos problemas militares e 2. se o mapeamento geológico dos Estados Unidos fosse mais completo e mais detalhado, colocando a informação científica solicitada imediatamente à disposição dos estrategistas. Observou-se, nesse particular, que os geólogos militares americanos eram melhor sucedidos na abordagem de problemas no exterior do que em sua própria pátria, função dos mapeamentos geológicos desses países (que posteriormente se transformaram em áreas de operações) serem muito melhores e mais detalhados do que os existentes nos Estados Unidos.

* Flávio Koff Coulon é Professor de Geotécnica e de Geologia Aplicada na Escola de Engenharia da UFRGS e de Geologia para Engenheiros e Mecânica dos Solos nos cursos de pós-graduação em Mecânica dos Solos da EE-UFRGS e em Hidrologia do CHA-IPH-UFRGS, respectivamente.

Desse fato pode-se retirar uma grande lição a ser aproveitada pelo Brasil que possui órgãos oficiais trabalhando bastante no campo do mapeamento geológico: as interpretações do geólogo de engenharia dependerão da precisão dos mapas geológicos e terão tanto maior êxito quanto maior for o volume de informações básicas que ele possuir e quanto maior for o tempo e a tranquilidade que puder dispor para as interpretações aplicáveis ao problema em estudo.

APLICAÇÃO DA GEOLOGIA AOS PROBLEMAS MILITARES

A aplicação da Geologia à solução de problemas militares envolve considerações sobre as técnicas e a utilização da Geologia e sobre os procedimentos administrativos pelos quais a informação necessária pode ser fornecida ao órgão certo, em tempo hábil, sem impor uma sobrecarga à já complexa organização militar.

Nesse trabalho far-se-ão considerações apenas sobre o item ligado à Geologia.

De três maneiras básicas a Geologia poderá ser utilizada pelo Exército: na interpretação de mapas geológicos e topográficos, na interpretação de fotografias aéreas ou outras imagens provenientes de sensoriamento remoto e como serviço de consultoria no campo de batalha.

Interpretação de mapas geológicos

Os mapas geológicos, utilizados conjuntamente com os topográficos, podem fornecer preciosas informações sobre as condições do terreno. Se o problema consiste em planejar uma operação militar em área ainda não ocupada ou no planejamento de um empreendimento dentro do país, muita economia poderá ser obtida se as informações geológicas estiverem disponíveis durante a fase inicial do planejamento.

A precisão da visualização espacial de uma determinada área depende, sobretudo, da precisão do mapa topográfico base: quanto menor o intervalo das curvas de nível, mais fácil se torna o estabelecimento do esboço geomorfológico da área em estudo.

O mapa topográfico, entretanto, sempre apresentará a limitação de implicar em que a inclinação do terreno entre duas curvas de nível sucessivas seja inferida. O conhecimento da geologia do terreno entre essas duas curvas de nível referidas poderá acrescentar muitos detalhes que não foram registrados pelo mapa topográfico e que são importantes no contexto de apreciação do terreno, isto é, na avaliação das condições do terreno em função do movimento, cobertura e camuflagem de tropas e suprimentos.

Suponha-se uma situação onde ocorre uma pequena depressão paralela à crista de uma elevação principal. A importância dessa depressão reside na sua utilidade para movimentos desenhados de tropas de infantaria e equipamentos leves. Mais ainda, as tropas se movendo ao longo desta depressão teriam boa cobertura e somente estariam mais expostas quando cruzassem as ravinas. Se o intervalo das curvas de nível for maior do que a profundidade da depressão, ela deixará de figurar no mapa topográfico; entretanto, sua presença poderá ser sugerida pelo mapa geológico em função, por exemplo, da posição de um contato entre uma formação dura e outra mole, de uma coerente com outra friável, etc.

Do mesmo modo, o mapa geológico poderá revelar a presença de elevações baixas também não captadas pelo mapa topográfico mas suficientemente altas para fornecerem boa cobertura contra fogo.

Suponha-se outra situação: o mapa topográfico registrando de modo idêntico duas colinas e o mapa geológico indicando que uma delas é capeada por uma rocha mais dura. O Exército, evidentemente, não estará interessado no fato em si mas, sim, em sua significação pois nesta colina poderá não

ser possível escavar um posto de observação que poderá ficar perigosamente exposto. Além disso, os efeitos dos bombardeios nas duas colinas poderão ser totalmente diferentes com penetração muito menos e fragmentação muito maior na capeada por rocha dura.

Não basta o mapa topográfico indicar que os flancos de uma elevação são íngremes pois essa informação deverá ser complementada para a turma de engenharia, com a informação geológica sobre a natureza desse escarpamento a fim de que seja prevista a necessidade ou não de, por exemplo, detonações para a abertura de uma estrada de apoio.

Nem sempre se encontram terrenos bem drenados em locais onde se pretende cavar trincheiras ou onde se pretende localizar baterias, depósitos temporários de munições ou suprimentos, rodovias e aeroportos. Terrenos alagadiços, mal drenados, não devem ser selecionados caso se conheça, na região, uma área disponível seca, bem drenada, que seja, do ponto de vista tático, igualmente viável. De um ponto de vista geral, os terrenos arenosos são sempre melhor drenados, secam mais rapidamente, têm uma maior capacidade de percolação e melhor trafegabilidade em estações chuvosas do que os terrenos argilosos. Trincheiras e escavações rasas em terrenos argilosos poderão, em tempos chuvosos, se transformar em verdadeiras cisternas.

A avaliação do terreno não é o único campo em que a geologia de planejamento pode ser empregada com sucesso. Nos problemas de abastecimento de água, por exemplo, os mapas disponíveis normalmente mostram poços ou fontes sem, entretanto, registrar suas descargas e qualidade. Pelo conhecimento da profundidade, localização geológica e condicionamento climático dessas fontes de água torna-se possível, não obstante, estimar os parâmetros de produção. Além disso, se o fornecimento de água não é suficiente para o efetivo envolvido numa operação projetada, far-se-á necessário o desenvolvimento de outras fontes de abastecimento de água.

A Geologia dará indicações sobre a quantidade e a qualidade de água que poderá ser obtida das fontes, dos poços e das perfurações profundas nas várias zonas da área de operação bem como indicará aquelas em que se poderá esperar maiores perdas de água superficial por infiltração, um fator a ser bem considerado no projeto de reservatórios e canais.

O sucesso de muitas operações depende muito da velocidade com que certas obras podem ser executadas. Por sua vez, a velocidade e também o custo da obra dependem do conhecimento prévio de como enfrentar os problemas previstos para uma dada área. Novamente aqui o conhecimento da Geologia é importante. Como o mapa geológico mostra as ocorrências das diferentes formações, indica a distribuição dos diferentes tipos de materiais necessários para as construções, informando, de forma preliminar, sobre sua aplicabilidade. Além disso, como a natureza da rocha-mãe é um importante fator na formação do solo, o mapa geológico poderá ser utilizado como importante fonte de informação sobre as condições naturais de fundação de obras civis.

Na seleção de um local para um aeroporto, por exemplo, essas informações sobre a natureza do terreno de fundação, não fornecidas pelos mapas topográficos, são de fundamental importância bem como o são as informações geológicas adicionais sobre fontes de suprimento de pedra britada, de solo compactável e de água.

Os exemplos citados se relacionam com o planejamento de operações militares. Não obstante, ilustram igualmente a utilidade da informação geológica no planejamento de atividades civis. A única diferença é que numa operação militar a Geologia é utilizada com a finalidade fundamental de se obter velocidade enquanto que, nas atividades civis, é utilizada para obter economia.

Interpretação de fotografias

As considerações a seguir sobre interpretação de fotografias valem também para os demais métodos de sensorea-

mento remoto que têm sido desenvolvidos modernamente e cuja sensibilidade quase que ultrapassa a mais evoluída imaginação. Apenas como exemplo citam-se as imagens obtidas com raios ultravermelhos termiais que são capazes de detectar, baseadas em irradiações térmicas provenientes do calor dos motores dos veículos, tropas deslocando-se, à noite, em caminhos abertos através de densas florestas.

Muitos dos princípios que tornam um mapa geológico útil no estudo das condições do terreno são aplicáveis igualmente às fotografias aéreas. A precisão e a perfeição da interpretação das fotos aéreas depende sempre da perícia do intérprete, de seu conhecimento e experiência em relação aos processos e forças naturais que determinam o condicionamento de uma determinada porção do terreno. Sem o conhecimento especializado desses processos e forças geológicas muitas indicações militarmente importantes sobre as condições do terreno passarão despercebidas.

Em estudos estratégicos a avaliação regional é mais importante que o detalhamento local; em estudos táticos, o inverso é o verdadeiro.

O ideal, para esses estudos, seria que tanto os mapas geológicos como as fotografias aéreas tivessem a mesma escala, pois assim, ambos se complementariam, revelando detalhes que nenhum dos dois, sozinho, poderia fornecer.

Mas esta combinação ideal é muito rara, além de cara. Normalmente, no Brasil, a escala do mapa é muito menor do que a das fotografias. Nessa situação, a prioridade deve ser dada às fotografias. Nem por isso os mapas geológicos deixam de auxiliar na interpretação uma vez que fornecem espectros amplos para que, de início, o intérprete se baseie para localizar as diferenças marcantes nas condições do terreno.

Mesmo na falta de mapas geológicos ou se existentes apenas em escalas pequenas que não permitam considerações de ordem tática, os princípios geológicos podem ser aplicados

com vantagem para interpretar, a partir das fotografias aéreas, as condições do terreno.

Não é necessário muito treino em interpretação de fotos aéreas para reconhecer montanhas, colinas, lagos, rios, florestas, planícies, etc. Entretanto, muito mais do que isso pode e deve ser obtido através das fotos a fim de se chegar a um relatório completo sobre o terreno. E, a esse muito mais, só se pode chegar com a utilização de elementos especializados na interpretação das fotos porque a partir do tipo da colina, de planície, de rio ou lago, etc. poder-se-á reconstruir a geologia e, a partir desse conhecimento, se fazer certas previsões confiáveis sobre suprimento de água, tipo e espessura de solo, trafegabilidade, drenagem subterrânea e outros problemas ligados à engenharia da construção tais como obtenção de materiais de construção, movimento e cobertura, etc.

Serviço de consultoria no campo

A Geologia é o estudo da face da terra; a Geologia Militar é o estudo dessa face em função de como ela afeta as operações militares.

A superfície do terreno pode ser interpretada, para fins militares, através do estudo de mapas; ela pode ser muito melhor conhecida, como já se viu, através da utilização conjunta de mapas e fotografias aéreas ou outros tipos de imagens provenientes de sensoriamento remoto.

Esses métodos são altamente eficientes mas, evidentemente, não se podem comparar, em termos de precisão e universalidade, com as observações feitas diretamente no campo.

Uma situação militar corriqueira é aquela em que um atacante enfrenta uma colina ou elevação fortemente defendida. O conhecimento do terreno à retaguarda da colina é de vital importância para que o comandante do ataque planeje o seu próximo movimento. O terreno, no flanco que

não pode ser visto, pode ser muito diferente do esperado mas, via de regra, essas diferenças estão claramente expostas na geologia do flanco em observação. O reconhecimento do terreno *in loco* por um geólogo, combinado com a interpretação de imagens remotas e mapas geológicos, é a maneira mais racional de abordar o problema.

Por razões óbvias, os serviços dos geólogos podem e devem ser utilizados em grande escala no reconhecimento do território conquistado. Os resultados obtidos por geólogos de campo na 2.^a Grande Guerra provaram que, principalmente na escolha de locais mais apropriados, a presença de um geólogo-consultor no campo pode apressar ou tornar mais eficiente uma construção militar, especialmente quando se tratava de escolher um local para um acampamento, um depósito, uma pedreira, uma fonte de água, um campo de pouso ou uma estrada.

Além da solução de problemas, podem ser efetuadas análises geológicas prévias em áreas onde se prevêm construções ou, mesmo, operações militares.

Tais estudos vêm sendo feitos, desde o fim da última guerra pelos geólogos do *Geological Survey* e do *War Department* dos Estados Unidos, e constam da preparação, no campo, de mapas geológicos e de solos. Estes, por sua vez, são utilizados como mapas-base na preparação de outros mapas que indicam a distribuição das reservas de água, dos materiais de construção, dos locais potencialmente utilizáveis para construção de aeroportos, a adequabilidade dos terrenos para fundação de obras de engenharia e para movimentação de veículos e tropas, etc.

BIBLIOGRAFIA

- HUNT, Chas. B. — 1958. *Military Geology. Application of Geology to Engineering Practice — Berkeley Volume*. Geological Society of America, págs. 245-327. New York.

10 ANOS DEPOIS (da participação militar brasileira na missão pacificadora da República Dominicana)

Gen Div

CARLOS DE MEIRA MATTOS *

Há 10 anos passados, no dia 30 de setembro, era extinto o FAIBRAS, sigla que foi usada para designar o *Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz* (FIP).

Desejo, hoje, em homenagem àqueles milhares de homens do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que participaram da feliz *operação de paz*, rememorar os fatos e deles tirar algumas consequências.

A intervenção da OEA no conflito dominicano, dando cobertura imediata a uma ação acauteladora do governo norte-americano, que precedeu, com suas tropas, à deliberação do órgão panamericano, constituiu-se em um dos mais nítidos êxitos que já obteve uma organização internacional ao exercitar esse tipo de intervenção coletiva.

Realmente, ao reunir-se, em caráter de emergência, a 6 de maio de 1965, a 10.^a *Reunião de Consultas dos Ministros de Relações Exteriores* da OEA decidiu aprovar a intervenção coletiva no território da República Dominicana, mergulhado no caos da desordem e da violência provocada pelos comunistas locais, aliados de Havana. Naquele momento, muita gente de boa fé contestava as ligações de Cuba com

* O Gen Div Carlos de Meira Mattos é, atualmente, *Vice-Diretor* do Colégio Interamericano de Defesa, localizado em Washington — EUA.

os comunistas dominicanos. Hoje, entretanto, a ninguém mais será lícito negar essa evidência — basta verificar para onde foram o Coronel Caamaño e muitos de seus principais auxiliares após o conflito; dali, de Havana, intentaram, em 1972, sem êxito, uma invasão e nova conflagração esquerdista no país do Caribe.

A *Força Interamericana de Paz* (FIP) foi criada com a missão de fazer cumprir a Resolução de 6 de maio de 1965 da 10.^a *Reunião de Consultas* da OEA, que pode ser assim resumida — *restabelecer a ordem, restaurar a paz entre seus habitantes e implantar um regime democrático na República Dominicana*. Esta missão, a FIP cumpriu exemplarmente, com o apoio da diplomacia panamericana e a cooperação das forças armadas dos países que a integraram.

Através desses últimos 30 anos, desde o término da Segunda Guerra Mundial, várias intervenções coletivas têm sido decididas pela ONU — na Coreia, no Chipre, na região de Suez, no Congo, na área contestada entre a Índia e o Paquistão, na província de Golan — várias forças militares internacionais têm sido criadas para pacificar regiões conflagradas e encontrar uma solução para os antagonismos em choque; nenhuma dessas intervenções obteve o sucesso que coroou a missão da FIP na amiga República Dominicana. Após um período de dezesseis meses, retirava-se do território dominicano o último soldado da FIP, deixando atrás de si, "a ordem restabelecida, a paz restaurada e a democracia implantada" através da posse do Presidente da República e do Congresso livremente eleitos em pleito realizado sob a fiscalização da OEA e de inúmeros organismos internacionais de caráter público e de caráter privado, convidados para irem certificar-se da ampla liberdade assegurada ao povo dominicano para escolher os seus candidatos. Até hoje, nenhum órgão da Imprensa internacional pôde contestar a lisura dessas eleições que restauraram a confiança do povo, livrando-o do clima de pressão e de medo instituído pelos grupos comu-

nistas e asseguraram-lhe as condições de liberdade para escolher os seus legítimos dirigentes.

Estes, os aspectos políticos e psicossociais da missão que foi cumprida pela FIP. Vejamos, agora, algo sobre sua estrutura e operacionalidade.

A *direção executiva* da política estabelecida pela OEA para a República Dominicana, foi confiada a três Embaixadores — Ellsworth Bunker, dos Estados Unidos, Ilmar Pena Marinho, do Brasil, e Ramón de Clairmont Dueñas, de El Salvador.

A nossa Missão Diplomática na República Dominicana esteve a cargo do ilustre Embaixador Geraldo Eulálio Nascimento Silva.

A *Secretaria Geral* da OEA, tendo à frente o Embaixador José de Mora, instalou-se no Hotel Embaixador, em São Domingos.

O *Comando Militar* da FIP foi confiado ao Gen Ex Hugo Panasco Alvim, substituído mais tarde pelo Gen Ex Alvaro da Silva Braga, ambos do Brasil. Foi o *Comandante* da FIP assessorado por um estado-maior combinado internacional, composto por oficiais dos Estados Unidos, Brasil, Paraguai, Honduras, Nicarágua e Costa Rica.

A tropa da FIP estruturou-se em dois grandes comandos — o *comando norte-americano* e o *comando da Brigada Latino-Americana*. O *comando norte-americano*, além das unidades operacionais, dispunha de um agrupamento logístico que se encarregava de suprimento de todas as classes, serviços médicos e transportes para a FIP. Comandou o contingente norte-americano o Ten Gen Bruce Palmer que, mais tarde, foi Chefe de Estado-Maior do Exército Americano.

O Contingente Brasileiro, de 1200 homens, renovado de seis em seis meses, era composto de um *Batalhão do Regimento Escola de Infantaria* (I-RESI) e de um *Grupamento do Corpo de Fuzileiros Navais*. O estado-maior da *Força Inte-*

americana de Paz (FIP) contou com a participação de oficiais e graduados das nossas três forças, Exército, Marinha e Aeronáutica.

O apoio logístico no Brasil e a coordenação das atividades da FAIBRAS estiveram a cargo do *Estado-Maior das Forças Armadas* (EMFA) que, para isto, criou uma comissão especial, verdadeiro estado-maior chefiado pelo General Reynaldo Mello de Almeida. A Força Aérea Brasileira garantiu esse apoio logístico através de uma linha semanal de avião Rio-Santo Domingos, além de ter participado ativamente de transporte de contingentes destinados à ilha do Caribe. A nossa Marinha de Guerra, através de sua Força de Transportes, participou, em várias oportunidades, das operações de transporte de tropa e de material. É mister se destacar que essas operações de transporte, realizadas pela FAB e Marinha de Guerra, com eficiência e regularidade exemplares, representaram abrir e manter uma linha de comunicações a 7.000 km de distância da base de apoio, no Rio de Janeiro; uma operação que pode ser considerada, pela distância e por suas características geográficas, do tipo intercontinental.

A lembrança das pessoas e episódios envolvidos na operação S. Domingos obriga-nos a mencionar alguns nomes, entre os milhares de brasileiros que cumpriram a missão de pacificação da OEA nessa histórica ilha do Caribe, onde Cristovam Colombo primeiro tocou a terra do Novo Mundo.

Já destacamos os dois comandantes da FIP, Generais de Exército Hugo Panasco Alvim e Alvaro da Silva Braga. No EM da FIP recordaremos os então Capitães-de-Mar-e-Guerra Rafael de Azevedo Branco (hoje Vice-Almirante) e João Baptista Torrents G. Pereira, os Coronéis do Exército Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira (hoje General de Exército) e Eneias Marques Sobrinho, os Coronéis da FAB Carlos Guimarães de Mattos e Alexandre Ney de Oliveira Lima Teles.

No *Estado-Maior* da FAIBRAS e da *Brigada Latino-Americana* os Coronéis Theotonio Luiz Lobo de Vasconcelos e Jayme Machado Marinho dos Santos e o Capitão-de-Mar-e-

Guerra Fuzileiro Naval Clinton Cavalcante de Queiroz Barros.

Nos comandos das unidades da FAIBRAS revesaram-se, no I/RESI, os Coronéis Paulo de Campos Paiva (hoje General de Brigada) e José Maria Covas e Pereira; no Grupamento de Fuzileiros Navais os Capitães-de-Corveta Paulo de Oliveira Reis, Fernando do Nascimento e Umberto Barbosa Lima Martins.

Entre os mencionados ressaltaremos, finalmente, os nomes dos que ali morreram, dignificando a missão de paz da FIP, 3.º Sargento Fuzileiro Naval Paulo Barreto de Mendonça, Cabo do Exército Ari Henrique de Oliveira e soldados do Exército Naúm Lopes de Souza e Josias Moraes de Assis.

Acreditamos que a melhor homenagem que podemos prestar aos nossos companheiros, participantes dessa difícil, mas coroada de êxito, missão de paz cumprida pelas nossas Forças Armadas na República Dominicana, será repetir aqui as palavras de despedida ao último Contingente que integrou a FAIBRAS, durante a cerimônia de 30 de setembro de 1966:

"No dia de hoje, por decreto do Excelentíssimo Sr. Presidente da República, é extinto o *Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz* (FAIBRAS).

Assim, depois de uma permanência na missão de mais de dezesseis meses, FAIBRAS se desativa como instrumento militar criado para dar cumprimento a uma *Resolução da Organização dos Estados Americanos* (OEA).

Estamos, pois, o Comandante diante de seus comandados, na hora derradeira da despedida.

Chegou o momento de vos dizer de meu justificado orgulho por vos ter comandado.

Destes um exemplo edificante de como se deve comportar uma Força de Paz destacada em país irmão e amigo.

Perante os exércitos dos Estados Unidos, Paraguai, Nicarágua, Honduras e Costa Rica, nossos companheiros nessa jornada, deixastes bem patente o padrão de disciplina, de organização e de eficiência militar de nossas Forças Armadas.

Diante do sofrido povo dominicano, envolvido num conflito longo e sangrento, soubestes representar, de maneira impecável, a dignidade, o valor e os sentimentos cristãos e fraternos do soldado brasileiro.

Nunca vos faltou coragem nos momentos em que fostes arrastados à violência dos combates; nunca vos faltou a necessária serenidade e o devido zelo pela segurança da população civil e pela preservação de preciosas vidas dominicanas; nunca vacilastes, um só instante, ante a iminência de pagar o tributo de vosso sangue, para que a missão de Paz da OEA e da FIP fosse cumprida.

Fostes bravura, calma e generosidade. Fostes um exemplo extraordinário de *Soldado de Paz*. Provastes a aptidão da tropa brasileira para as missões de paz.

Dignificastes, no Caribe longínquo, o Exército Brasileiro, o Corpo de Fuzileiros Navais e a Força Aérea Brasileira.

Seríamos injustos, nessa hora de despedida, se não destacássemos o apoio que nunca faltou para que cumpríssemos cabalmente a nossa missão, de parte: dos Ministérios da Marinha, Guerra e Aeronáutica; do Estado-Maior das Forças Armadas através da Comissão FAIBRAS, dirigida pelo impressionante dinamismo do Exmo. Sr. General de Brigada REYNALDO MELLO DE ALMEIDA e, também, dos dois oficiais gerais brasileiros que comandaram a força multinacional da FIP, General-de-Exército HUGO PANASCO ALVIM e General-de-Divisão ALVARO ALVES DA SILVA BRAGA.

Agora nos separamos, levados por destinos vários; muitos de vós sereis licenciados por término de serviço

militar; outros, no Exército e no Corpo de Fuzileiros, continuareis pelos caminhos de vossa profissão. Em todos nós, entretanto, ficará uma marca indelével, verdadeiro galardão, que nos acompanhará por toda a vida, a plena satisfação da missão bem cumprida para com o Brasil e a favor da sobrevivência da democracia na América”.

(ORDEM DO DIA do Cmt. da FAIBRAS, publicada no Boletim Interno n.º 41, de 30 de setembro de 1966, e lida por ocasião da cerimônia de recepção da FAIBRAS, realizada junto ao Monumento aos Mortos da 2.ª Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, nesse mesmo dia).

“São os livros uns mestres mudos que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos e assim, com a força de tratar com pessoas honestas e virtuosas, se adquirem insensivelmente os seus hábitos e costumes, também a força de ler os livros se aprende a doutrina que lhes ensinam. Forma-se o espírito, nutre-se a alma com bons pensamentos e o coração vem por fim a experimentar um prazer tão agradável, que não há nada que se o compare e só o sabe avaliar quem chega a ter a fortuna de o possuir.”

PADRE A. VIEIRA

ECEME: 71 Anos de História

Ten Cel Cav QEMA

ROBERTO MACHADO DE OLIVEIRA MAFRA *

Prezado leitor.

Permita que me apresente: Sou a *Escola de Comando e Estado-Maior do Exército* e, no dia 2 de outubro de 1976, completei meu 71.^o ano de existência.

Foram sete decênios de lutas e de trabalho árduo, mas, acima de tudo, de incessante busca de atualização e de modernização.

Para que você conheça melhor o que fui, o que sou e o que pretendo ser, vou narrar-lhe a minha história. Naturalmente, em rápidas palavras e de modo muito informal, mas de maneira que, ao término da narrativa, compreenda porque signifique tanto para o nosso Exército e seus oficiais.

Ao se aproximar de meu portão principal, notará os dois soldados de bronze que ornaram minha entrada. Vou apresentá-lo a estes dois velhos guardiães: o de sua direita é o *Acácio*, soldado de engenharia, e seu companheiro é o *Tibúrcio*, soldado de infantaria. Eles aí estão há mais de trinta anos, olhar perdido no infinito do tempo que passou, em permanente guarda. É o Exército do passado que guarda o meu presente e guardará o meu futuro.

* O Ten Cel Cav QEMA Roberto Machado de Oliveira Mafra é, atualmente, Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Ao subir os degraus de minha escadaria, você notará o jovem soldado que lhe prestará a continência regulamentar. Seu nome é *José, Mário, João*, ou outro qualquer. Representa o Exército de hoje, que guarda o meu presente e o meu passado.

Ao entrar no meu saguão, você estará entrando também na minha história. Vamos então percorrê-la, em rápidas passadas pelo tempo que se foi, para melhor conhecê-la.

Acompanhe-me, prezado leitor, até o início deste Século XX.

.....

Estamos em 1905 e o Governo Brasileiro, sob a Presidência de Rodrigues Alves conta, no Ministério da Guerra, com o Marechal Francisco de Paula Argolo.

E, da visão desses insignes brasileiros surge, em 2 de outubro, a *Escola de Estado-Maior*, destinada a propiciar aos oficiais do Exército Brasileiro as condições que os habilitem ao cabal desempenho das funções de Estado-Maior.

A 24 de janeiro de 1905 é nomeado meu primeiro Comandante, o *General de Brigada Miguel Maria Girard*, que assume o Comando dois dias depois. De sua *Ordem do Dia n.º 1*, quando da assunção do Comando, e que hoje se encontra perpetuada em placa de prata no Gabinete do Comandante, surgem as primeiras vigas que me sustentariam ao longo de toda a existência — *estudo e evolução*: “..... Para a realização desse desideratum, estarei sempre pronto a colher, estudar e aceitar todas as idéias e informações...”.

Em 1.º de março de 1906 dá-se minha instalação nas dependências da Contabilidade da Guerra, em face da impossibilidade disso ser feito naquelas do Estado-Maior do Exército, meu local de primeiro destino.

Como uma predestinação, acontece a minha transferência, em 2 de abril de 1907, para o 2.º pavimento do Pavilhão da Administração da extinta Escola Militar do Brasil, na

Praia Vermelha. Os primeiros 15 alunos, matriculados nesta mesma data, pisam assim o local onde, a partir de 1940, me instalariam definitivamente. Estes alunos — 2 capitães, 5 primeiros-tenentes e 8 segundos-tenentes — que iniciam seus cursos em 15 de abril, são os precursores de uma nova fase do nosso Exército e têm seus nomes no *Livro Histórico da Escola*, garantindo-lhes essa honraria.

Ao findar-se o ano de 1907, sofro transferência, desta vez para o Edifício da Diretoria de Saúde, na Praça da República, pois as instalações da antiga Escola Militar do Brasil, juntamente com os novos edifícios mandados construir na época e que hoje se alinham na Avenida Pasteur, abrigaram a *Exposição Nacional de 1908*, comemorativa do centenário da abertura dos portos do Brasil. Nas dependências da Diretoria de Saúde é diplomada minha primeira turma de alunos, em 30 de abril de 1909.

A 7 de julho de 1910 retorno à Praia Vermelha. O destino insistia em ali me fixar...

Acompanhando os acontecimentos nacionais, compareço, no dia 21 de setembro de 1914, ao embarque do 56.º Batalhão de Caçadores que seguia para a região contestada entre Paraná e Santa Catarina. Levava assim meu apoio, representado por professores e alunos, àqueles companheiros que partiam para o combate.

Mas o mundo é sacudido pela 1.ª Guerra Mundial e o Brasil entra em estado de beligerância com o Império Alemão. São encerradas minhas atividades em 12 de novembro de 1917, com meu fechamento temporário a partir de 4 de janeiro de 1918. Havia necessidade premente de oficiais nos corpos de tropa e meu pessoal, docente e discente, foi mandado apresentar-se ao Departamento da Guerra. As instalações da Praia Vermelha foram então ocupadas pelo 3.º Regimento de Infantaria, em 1919, Unidade do nosso Exército que, mantendo suas tradições, escreveria seu nome com sangue naquele local, quando da *Intentona Comunista de 1935*.

Em 1920 são reiniciadas minhas atividades, agora funcionando em ala especialmente construída para esse fim, no Quartel General da Praça da República. Iniciam-se então os cursos, sob a direção da *Missão Francesa*, sendo o ensino ministrado sob a forma de temas, incluindo-se conhecimentos de tática, estratégia e serviços. A primeira turma formada dentro desses novos moldes conclui o curso a 3 de janeiro de 1921.

E mais uma vez vejo realizar-se minha transferência, agora para um novo edifício construído na Rua Barão de Mesquita, no bairro do Andaraí, onde permanecerei por quase vinte anos. Quando de minha instalação nessas novas dependências, à concorrida cerimônia compareceu o próprio Presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa.

As influências do *Tenentismo*, novos ideais representados pelos vigorosos movimentos de 1922 e 1924, bem como pela marcha da *Coluna Miguel Costa-Prestes*, não vieram alterar meu funcionamento normal. Porém a *Revolução Liberal de 1930* e a *Revolução Constitucionalista de São Paulo*, de 9 de julho de 1932, trouxeram consequências várias. Assim, em 1930 são suspensas as aulas; os oficiais são mandados apresentar-se no Departamento da Guerra a fim de integrarem Unidades recém-formadas; as praças são apresentadas à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para constituírem um Batalhão de Caçadores; o edifício é ocupado por um *Batalhão Acadêmico*, de curta existência face à vitória da Revolução; o próprio Comandante é colocado à disposição da Junta Governativa. Em 1932 são também suspensas as aulas, de 12 de julho a 3 de novembro; os professores são mandados apresentar-se ao Estado-Maior do Exército e os alunos distribuídos pelas diferentes Unidades; as praças foram apresentadas à 1.ª Companhia de Administração, enquanto o Comandante era designado para o Comando do 1.º Grupamento do Destacamento da 4.ª Divisão de Infantaria; o edifício, desta vez, é ocupado pelo Batalhão Escola de Infantaria.

O ano de 1940 é bastante auspicioso pois dois fatos relevantes marcariam minha vida. A 17 de abril ingressam os primeiros Oficiais das Nações Amigas, representados por 4 militares paraguaios. Em junho, no dia 29, dá-se a transferência para a nova e definitiva sede, em edifício especialmente construído na Praia Vermelha. Cumpria-se assim o destino, com minha fixação final neste maravilhoso recanto do Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano de 1940 o mundo assiste, estarecido, à grande catástrofe que se abateu sobre a gloriosa França. E vejo, com profundo pesar, retirar-se a *Missão Francesa*, após quase 20 anos de excelentes serviços aqui prestados. Inicia-se então a cooperação norte-americana, precedendo à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Ainda no citado ano de 1940, é criado o *Curso de Preparação*, por iniciativa do próprio Estado-Maior do Exército.

Mas, tendo sido criado em 1941 o Ministério da Aeronáutica, realiza-se em minhas dependências um Curso de Estado-Maior destinado aos oficiais da nova Arma, enquanto não entrava em funcionamento a minha co-irmã da Força Aérea, a *Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica*.

Em 12 de julho de 1942, o Coronel Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo, Presidente da Comissão do *Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados*, oferece os dois soldados de bronze que se encontravam à entrada da cripta do monumento, construído no centro da Praça General Tibúrcio, na Praia Vermelha. Você já os conhece, prezado leitor, do início desta narrativa.

Em 15 de janeiro de 1943 são matriculados 3 oficiais médicos, iniciando-se assim o que viria a ser, mais tarde, o *Curso de Chefia e Estado-Maior de Serviços*.

Mais uma vez o mundo via-se envolvido em uma guerra. Tratava-se agora da Segunda Guerra Mundial, que, como é natural, viria alterar minha vida normal. São acelerados os trabalhos escolares, são reduzidos os períodos de férias, bem

como cortados alguns exercícios e conferências. Mas vejo, com grande orgulho, diversos de meus ex-alunos integrando, com brilho, a valorosa equipe da *Força Expedicionária Brasileira*, que tão bem representou o nosso Brasil nos campos de batalha da Itália.

Com o regresso da *Força Expedicionária Brasileira*, após gloriosa jornada no Velho Mundo, dá-se a introdução definitiva da *Doutrina Militar Norte-Americana* no meu currículo escolar.

Em setembro de 1945, sofre o Exército uma grande perda, com o falecimento do General Tasso Fragoso. Faço-me presente às homenagens póstumas prestadas àquele inolvidável Chefe, comparecendo ao Clube Militar onde os alunos, espontaneamente, prestaram guarda permanente junto ao ataúde. Em novembro, a família faz doação de sua biblioteca particular, que hoje é parte integrante da minha, atualmente denominada *Biblioteca Tasso Fragoso*.

O ano de 1946 é marcado pelas visitas de ilustres Chefes Militares Aliados, participantes da Segunda Guerra Mundial: tenho a honra de receber o General Dwight Eisenhower, do Exército dos Estados Unidos da América, em 6 de agosto, e os Generais franceses Alphonse Pierre Juin e Marcel Carpentier, em 21 de novembro.

Em 28 de março de 1947 é criado o *Curso de Estado-Maior e Serviços*. Era o nascimento oficial do nosso atual *Curso de Chefia e Estado-Maior de Serviços*. Ainda nesse ano, mais um ilustre Chefe Militar nos visita: o General De Lattre de Tassigny, do Exército Francês, combatente da Segunda Guerra Mundial, que marca sua presença com a doação de um troféu de guerra, no dia 30 de outubro.

A 18 de agosto de 1948, orgulhosamente, minha bandeira é agracinada com as insígnias da *Ordem do Mérito Militar*. No ano seguinte, a 23 de abril, é a vez da nossa Força Aérea, que vem distinguir-me e honrar-me com a *Ordem do Mérito Aeronáutico*.

Com o novo regulamento de 22 de fevereiro de 1955, chega, também, a denominação de *Escola de Comando e Estado-Maior do Exército* — ECEME — sendo agora ministrados dois cursos distintos, denominados *Curso de Comando e Estado-Maior* e *Curso de Chefia e Estado-Maior de Serviços*. Em 26 de dezembro desse ano, é criado o meu Brazão de Armas.

No ano seguinte, a 31 de junho, nova condecoração é recebida. A República do Equador concede-me a medalha *Abdón Calderón, 1.ª Clase*, alta distinção daquele país amigo.

A aprovação da insígnia de Comando dá-se a 10 de abril de 1957. No ano seguinte, em 15 de dezembro, o meu estandarte é condecorado com a *Ordem do Mérito Naval*, no grau de Grande Oficial.

Mais uma vez os acontecimentos nacionais vêm influenciar nosso funcionamento normal. Assim, a partir de 1.º de setembro de 1961, são suspensas as aulas do 3.º ano, que foram reiniciadas no final do mês.

É com especial alegria que recorro, nesta fase da narrativa, mais duas condecorações recebidas. Desta vez é a Venezuela, nação amiga que tantos oficiais tem enviado para nossos cursos, que me honra com a *Cruz de las Fuerzas Armadas de Cooperación, 1.ª Clase*, recebida a 8 de março de 1963. E também o Superior Tribunal Militar, em 18 de novembro do mesmo ano, honra-me com a *Ordem do Mérito Jurídico, Alta Distinção*.

O ano de 1963 ficará marcado, entretanto, pelo início do novo currículo, compreendendo as Áreas de Ensino, materializando-se assim a influência das necessidades brasileiras nos estudos e trabalhos.

Estando a situação política do País em ebulição, face à atuação altamente negativa dos elementos comuno-sindicalistas ligados ao Governo Federal, eclode a *Revolução de 31 de Março de 1964*. E participo ativamente deste movimento, com

meus corpos docente e discente, sendo mesmo um dos polos principais dos acontecimentos.

No mesmo ano de 1964, a 15 de outubro, recebo a visita do Presidente da França, General Charles de Gaulle, representante também do imbatível espírito francês na Segunda Guerra Mundial.

A vizinha e amiga Venezuela, que já me distinguira anteriormente com uma condecoração, resolve honrar-me com outra de suas distinções. Recebo assim, em 24 de junho de 1965, a *Cruz de las Fuerzas Terrestres Venezolanas, 2.ª Clase*. No ano seguinte, a 20 de dezembro de 1966, ingresso orgulhosamente como Membro Honorário da *Ordem Militar de Aviz*, honraria concedida pela nação-irmã Portugal.

A 19 de julho de 1967, participo, com profundo pesar, das homenagens póstumas ao inesquecível Chefe Militar, ex-Presidente da República e meu ex-Comandante, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, tragicamente falecido em desastre aéreo em sua terra natal, o Ceará.

Em 1968, mais uma condecoração vem proporcionar-me justo orgulho. Desta vez é a medalha do *Mérito Coronel Assunção*, da Polícia Militar do Estado da Guanabara, recebida no dia 22 de março. Também nesse mesmo ano de 1968, realiza-se, no Brasil, a *VIII Conferência de Exércitos Americanos*, cabendo-me a honrosa missão de organizá-la e executá-la. A reunião, desenvolvida de 23 a 30 de setembro, foi realizada de forma impecável, tendo meu Comandante recebido efusivas congratulações das autoridades americanas participantes. Ainda em 1968, é criado o *Curso de Atualização*, destinado a manter meus ex-alunos, da ativa e da reserva, sempre nas melhores condições para o cumprimento de suas funções de Comando e de Estado-Maior, através do conhecimento de tudo aquilo de mais moderno e atual surgido na *Arte da Guerra*.

De 4 de dezembro de 1968 a 21 de fevereiro de 1969, participo, ativamente, dos acontecimentos nacionais, empenhando instrutores e alunos nas mais variadas missões. A ordem

e a segurança estavam, de novo, ameaçadas por elementos contestadores e tornou-se necessário fazer sentir a força e a determinação da *Revolução Brasileira*.

Durante o ano de 1969, dá-se a minha mudança de subordinação. Passo a ligar-me agora ao *Departamento de Ensino e Pesquisa*, através da *Dretoria de Formação e Aperfeiçoamento*, e não mais ao *Estado-Maior do Exército*, como até então.

Em 27 de abril de 1971, realiza-se o simpósio para a história do Exército, do qual resultou a publicação da *História do Exército Brasileiro — Perfil Militar de um Povo*. Esta obra, que contou com a participação ativa dos meus alunos em sua elaboração, veio preencher um claro existente na literatura brasileira, na parte que retrata a História do Brasil.

Em 18 de março de 1974, recebo a visita muito honrosa do Presidente da Junta Governativa do Chile, General Augusto Pinochet Ugarte.

Torna-se interessante salientar que, ao longo de toda a minha vida, uma constante sempre presente é o espírito vivo, dinamizado por um permanente anseio de evolução, bem como pela busca incessante de incutir nos alunos, a mentalidade de planejamento.

Assim, prezado leitor, chegamos ao fim de nossa pequena jornada pelo passado. Acredito que agora conhecendo um pouco da minha história, compreenderá melhor e, provavelmente, entenderá a razão de minha existência e porque significativo tanto para o nosso Exército e seus oficiais.

Muito agradeço a sua atenção.

Tenho a certeza de que, daqui por diante, nos ajudará, sinceramente, a difundir nossa mensagem de otimismo, de trabalho honesto, de evolução constante e, principalmente, de profundo amor ao Brasil.

Seja feliz, prezado leitor, e que Deus o acompanhe.

Perfil Histórico do Brasil, 1822-1972*

(A propósito do sesquicentenário da Independência)

Professor

NELSON DE SOUZA SAMPAIO **

Cento e cinquenta anos de independência do Brasil proporcionaríamos bom ensejo para um balanço de sua vida histórica. Mas essa tarefa demandaria longo trabalho e não caberia nas proporções de um artigo. Por isso, limitamo-nos, como diz o título, a um simples perfil em que se salientem os principais traços do nosso povo e de suas instituições. A dimensão do trabalho explica a brevidade na justificação de muitas de suas teses e até omissão de alguns argumentos e dados comprobatórios.

Lentidão do Ritmo Histórico

Acreditamos que o primeiro traço a ressaltar é a lentidão do nosso processo de mudanças. Camínhamos lentamente, como um barco que se deixa levar pelo fluxo — até há pouco vagaroso — da história, sem a preocupação coletiva de fazer a história ou de apressar o seu curso. Tal compasso se prolonga por mais de um século depois da independência, pois somente após 1930 começamos a sentir que a marcha das mudanças adquire certa aceleração. Todavia, mes-

* Transcrito da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Jan. 1976, N.º 42.

** Nelson de Souza Sampaio é, atualmente, Professor da Universidade Federal da Bahia.

mo incluindo o período de então até o sesquicentenário de nossa emancipação política, não encontramos, em todo o nosso percurso de povo independente, momento de rutura profunda com o passado, muito menos de ruptura dramática. Tem-se até a falsa impressão, sobretudo até 1930, que nada mudava, que tudo continuava como dantes, quando, na verdade, algo do passado morria ou se transformava, embora morosamente.

Esse ritmo histórico é próprio de toda sociedade "tradicional", no sentido em que os economistas empregam o adjetivo, como equivalente a sociedade "pré-industrial". A ressalva é necessária porque as sociedades chamadas "tradicionais", nessa acepção, possuem um apego mais inconsciente do que consciente às suas tradições, — tradições que são predominantemente locais. A valorização consciente do passado só se alcança com a maturidade nacional. Como os grupos que não atingiram essa fase, o nosso "povo" — justamente porque está em via de formação — e as nossas elites ainda não têm condições de dar o devido apreço às coisas do passado. Basta apontar o descuido no estudo da História, aliado a várias manifestações de desprezo e até de destruição de muitos valores do nosso patrimônio histórico.

Nosso continuísmo histórico é, como o de toda a América Latina e o de povos em estágio semelhante, produto da estrutura social. Por isso, talvez não seja adequada a expressão "conservantismo brasileiro", com que alguns gostam de batizar o fenômeno, por causa da pronunciada conotação política dessa fórmula e porque dá a idéia de que essa característica é resultado de uma atitude consciente e invariável dos governantes. Política conservadora não tem faltado, mas muitos esforços reformadores encontraram o fracasso em virtude da resistência oposta pela estrutura social. As mais ousadas inovações dos nossos legisladores ou ficam hibernadas por longos períodos como letras mortas ou jamais passam disso. Somos, assim, mais modernos nas leis do que na realidade. Por outro lado, os países latino-americanos com

maiores registros de levantes e revoluções não estão mais distanciados do que o Brasil em estrutura social nem alcançaram as soluções capitais dos seus problemas. Com seu milhão de mortos, a Revolução Mexicana de 1910 a 1917 não logrou criar uma classe média camponesa, que deveria ter sido um dos seus objetivos. A Bolívia, apesar de manter o campeonato mundial de revoluções (ou talvez, pelo menos em parte, por causa disso), continua mergulhada em grande pobreza. Outros, como o Uruguai, Argentina e Chile, conhecem as radicalizações políticas próprias de uma fase sócio-econômica mais avançada do que a nossa, mas essas radicalizações somente contribuem para agravar suas já graves angústias.

Se a vagarosa cadência da vida histórica é comum a todos os povos em determinado estágio de desenvolvimento, no Brasil houve fatores peculiares que a acentuaram. Entre eles ocupa primeiro lugar o modo como se processou a nossa emancipação política. A Independência assumiu a forma de um compromisso, em que se conservou o governo monárquico, com o trono ocupado por um príncipe português, herdeiro da coroa de Portugal. Sem relegar a segundo plano as lutas sangrentas anteriores, como a Revolução Pernambucana de 1817, e as que consolidaram a Independência, esta se constituiu no primeiro exemplo de nosso pendor pelo gradualismo político. Foi, com efeito, conquistada gradualmente. Primeiro, tornamo-nos metrópole de fato do Império lusitano, com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. Sete anos depois, seríamos elevados à condição de Reino Unido ao de Portugal e Algarve. Por fim, quando o Príncipe D. Pedro se convenceu de que a aspiração de independência tinha suficiente apoio nas camadas mais poderosas do País e nas tropas, de modo que não fosse mais uma aventura emancipacionista fadada ao fracasso, resolveu assumir-lhe a direção. Era a oportunidade oferecida ao "rapazinho" de responder às constantes humilhações que lhe impingiam as Cortes Constituintes de Lisboa, e de satisfazer a sua ambição de poder imediato.

Também foi gradual o divórcio entre D. Pedro e a opinião liberal, então a dominante no Império. O dissídio começa em 1823, com a dissolução da Assembléia Constituinte, e se prolonga por quase oito anos de crescentes suspeitas, alimentadas pela tenaz oposição jornalística e parlamentar, até atingir o climax da Abdicação.

O mesmo sucede com o anseio de descentralização, em cuja efetivação prática não faltam avanços e recuos, até começar a contramarcha. O Ato Adicional de 1834 abre amplas perspectivas descentralizadoras que, apesar de restringidas pela Lei de Interpretação, dão às Províncias as formas aparentes da descentralização administrativa, à qual se soma, na Primeira República, a descentralização política, embora bastante minimizada de fato, pelos desvirtuamentos de sua execução. — A caminhada centralizadora segue as mesmas passadas gradativas. Abstraído o vigoroso contravapor do Estado Novo, estão aí os marcos constitucionais de 1934, 1946, 1967, 1969.

Mesmo a mais profunda das nossas transformações sociais e econômicas, a extinção da escravatura, obedeceu a igual estilo. Da cessação do tráfico negreiro, passamos à Lei do Ventre Livre, depois à Lei dos Sexagenários, para chegarmos, quando o contingente de escravos já era relativamente pequeno, à abolição completa. Contudo, como o arcabouço social continuava o mesmo, os pretos não haviam sido preparados para a liberdade, seus vínculos legais com os senhores foram substituídos pelas relações paternalísticas com os patrões.

Essa persistência da estrutura social faz que, de certo modo, a Colônia se prolongue sob o Império, e o Império sob a República. A nobreza colonial cede lugar à aristocracia de títulos, embora não de sangue, do Império, e o Império aristocrático tem sua continuação na República oligárquica. De 1930 para cá o sistema social já não é o mesmo. Mas o passo da mudança não é igual em toda a parte. Por isso, temos hoje uma heterogênea paisagem social, com dife-

renças não só regionais, mas também intra-regionais. Não se trata, muitas vezes, de distinções geograficamente delimitadas. Ainda nas grandes cidades, podem-se notar remanescentes das estruturas de ontem. Assim, ao lado das formas mais racionalizadas da economia capitalista, subsistem expressões econômicas do pré-capitalismo, do mesmo modo que, sob os laços impessoais e legais, perduram vínculos pessoais do tipo feudal. Tudo indica, porém, que, agora, estão contados os dias de vida das velhas estruturas.

Ausência de Herói Nacional

Outra marca de nossa História intimamente associada às peculiaridades da Independência brasileira, é a ausência de um herói nacional, cuja figura esteja enraizada na memória popular. Grandes vultos não nos faltam. Nenhum, porém, se consagrou, por uma espécie de plebiscito tácito, com aquele título, na acepção de personagens criadoras ou modeladoras de nacionalidades. Correspondem elas ao que os norte-americanos denominam "pais fundadores", como Washington, o comandante da vitória militar contra os ingleses, e Jefferson, o ideólogo das aspirações nacionais. Uma segunda espécie seria o que chamaríamos os "heróis confirmadores", que consolidaram a nacionalidade ou a salvaram de graves crises. Lincoln encarnaria, para o mesmo país, esse tipo. Para o México, Hidalgo representaria o pai fundador, enquanto Juarez seria o pai confirmador. Os heróis fundadores são, geralmente, os mais conhecidos e desempenham, por assim dizer, o papel de tótems humanos da nação, como o caso de San Martín na Argentina, O'Higgins no Chile, Bolívar em mais de um país latino-americano. Em suma, poucas são as nações que não possuem, segundo o consenso popular, heróis de uma ou outra dessas categorias.

O Brasil está entre essas últimas, como podemos certificar-nos se indagarmos de algumas pessoas qual o nosso herói nacional. As respostas, quando não forem negativas, serão

diferentes conforme as preferências dos interrogados. Estes sentirão a mesma dificuldade que, por mais de uma vez, já experimentamos, no estrangeiro, diante de igual pergunta. Pedro I seria nome que logo se apresentaria, pela simples consideração de ser o realizador da Independência. Contudo, apesar do papel insubstituível que a sua liderança exerceu para a manutenção da nossa integridade territorial, a sua condição de príncipe português, conferiu-lhe uma ambigüidade, aos olhos desconfiados do jovem povo, que acabou divorciando-o definitivamente da nação emergente. Foi um longo e apalxonado divórcio que fez de Pedro I uma das personalidades mais invectivadas de nossa história, objeto de uma torrente de libelos e panfletos, nos quais não se titubeava em usar a acusação de "traidor". Essa torrente não se estancou com a Abdicação. Embora atenuada, a maré das diatribes se prolonga por décadas depois de o nosso primeiro Imperador haver renunciado ao trono. Na polémica, aparecem ataques a aspectos da vida privada do monarca e à sua tendência absolutista. Se bem que não deixasse de ter grande peso a denúncia de despótico, na fase em que o constitucionalismo foi mais vigoroso em toda a vida do País, o motivo principal da discórdia residiu no fato de D. Pedro não se ter identificado completamente com a nova nacionalidade, não se haver abraileirado suficientemente. Bem o reconheceu Armitage, ao escrever que a causa primordial de tudo foi o primeiro Imperador jamais ter sabido "ser o homem do povo, nunca ter-se constituído inteira e verdadeiramente brasileiro". Ainda agora, o modo pelo qual foram recebidos os restos mortais de Pedro I, trasladados de Portugal como parte das comemorações do Sesquicentenário da Independência, mostra ser irremediável a separação entre o Imperador e a nova pátria que ele ajudou a criar. O Instituto Arqueológico de Pernambuco negou-se a prestar-lhe homenagens, lembrando o martírio dos Chefes da Confederação do Equador — o levante que se seguiu à dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 — e a mutilação do território pernambucano. Se a consciência do passado é um dos elementos formadores da nacionalidade, a

reação pernambucana teve uma nota positiva de memória histórica. Descontado o caráter local dessa reação, não se pode deixar de reconhecer que, nos outros lugares, a volta póstuma de D. Pedro I ao Brasil foi assinalada por indisfarçável frieza.

José Bonifácio, a quem se deu o título de "o Patriarca da Independência", possuía quase todos os elementos para ser o herói nacional. Além de ter sido o nosso estadista de maior visão, a sua condição de sábio naturalista emprestava-lhe uma distinção intelectual muito favorável num País com certa propensão para o mandarinato político. Mas, ainda no seu caso, os fatores pessoais e históricos o desfavoreceram. Com sua incontinência de linguagem, irascibilidade e proverbial orgulho, foi um exemplo de grande estadista e mau político. Não soube, assim, pairar acima de muitas querelas partidárias, e, na sua fase final, se associou às vicissitudes de Pedro I, liderando a corrente dos "caramurus" ou partidários do retorno deste à cena política brasileira.

Falando sobre este tema, aconteceu-nos, certa feita, ser indagado por um aluno porque Tiradentes não era o nosso herói nacional. Poderia ser, mas vários fatores contribuíram para que esse título não se fixasse no seu nome. Primeiramente, a Revolução emancipacionista de que participou Joaquim José da Silva Xavier, a Conjuração Mineira, fracassou. Depois, essa Conspiração não teve definido caráter nacional, mas se localizou em Minas Gerais, embora com a esperança de conseguir a adesão de outras capitânias vizinhas. Ademais, o alcunhado Tiradentes não era o verdadeiro chefe da conjura. Era um simples alferes, — o que não o favorecia num País com forte sentimento de hierarquia social. Pensamos que, juntamente com esse preconceito social, o preconceito intelectual também militou contra Tiradentes, homem de modesta instrução, num povo, como já dito, inclinado ao mandarinato político, mais forte no passado do que hoje. Tudo concorreu para conferir a Tiradentes apenas o título de "Protomártir da Independência".

Durante a Regência e quase todo o Segundo Reinado, o Duque de Caxias dominou o cenário, como o maior cabo de guerra, de mais longo tirocinio, comandante invicto em conflitos internos e externos, além de chefe político, pois ocupou por três vezes a presidência do Conselho de Ministros. Suas ímpares qualidades militares, aliadas ao espírito moderado e congraçador, fizeram dele o soldado modelo no consenso da sua classe, que o consagrou "Patrono do Exército". Todavia, devido a certo insulamento das corporações militares e ao fato de jamais ter havido no País, luta armada aureolada de popularidade, a imagem do Duque não penetrou em todas as camadas de nossa população.

Com o advento da República, Ruy Barbosa cresceu às proporções de nome tutelar das novas instituições, seu grande modelador, intérprete máximo e defensor incansável do constitucionalismo, capaz de ombrear com os campeões mundiais das liberdades humanas. Ademais, era portador de uma erudição legendária, que lhe valeu o epíteto de "a Águia de Hala". Mais uma vez, porém, repetia-se aqui a ação de fatores pessoais e históricos que impediriam o prolongamento da pregação de Ruy. Com o seu conhecido orgulho e soberba erudição, era mais um "apóstolo" cívico do que um líder político. Grande estadista, mas homem público nem sempre hábil. Sua grande erudição condenou-o, dentro de pouco tempo, à limitação do número dos seus leitores, em consequência do seu estilo grandiloquente, de períodos longos e densos, recheados de arcaísmos. Acreditamos que, se tivesse escrito em linguagem mais simples, como a de Lincoln, sua mensagem seria mais duradoura e atingiria círculos mais amplos. Seus admiradores, entretanto, procuraram popularizá-lo através de Coletâneas "Literárias", quando o próprio Ruy não gostava de ver-se caracterizado como homem de letras. Para aquele fim, o mais indicado seria Coletânea "Cívica" ou "Política", reunindo as páginas mais simples e de eloquência perdurável, que não faltam em sua imensa obra. Acrescente-se também que Ruy sofreu o que chamamos de "ostracismo póstumo",

especialmente durante o Estado Novo. Fatores mais gerais concorreram para o mesmo fim, tais como a crise do liberalismo, a tendência para o autoritarismo, a tendência para o autoritarismo político e o espraiamento do ideário esquerdista, especialmente entre os jovens mais politizados. Também não se apagaram os equívocos da maior luta política de Ruy, a "campanha civilista", em que combatia o "militarismo", mas foi interpretada correntemente como uma oposição aos militares. Interessante eco dessa face política encontra-se em documentos recentes de nossa história consitucional. O Anteprojeto de Constituição (que não vingou), elaborado por uma comissão de juristas liberais, nomeada, em 1966, pelo Presidente Castelo Branco, teve como fecho o seguinte artigo: "Dentro de dois anos, o Governo Federal fará erigir, em lugar condigno, monumento a Ruy Barbosa, em memória dos seus serviços à Pátria, à Liberdade e à Justiça". Na Constituição do ano seguinte (de autoria do jurista Carlos Medeiros da Silva), com a qual o mesmo Presidente Castelo Branco pretendeu institucionalizar o Movimento de 1964, aquele dispositivo foi omitido, figurando em seu lugar o preceito do art. 187: "O Governo da União erigirá um monumento a Luiz Alves de Lima e Silva (o Duque de Caxias), na localidade do seu nascimento, no Estado do Rio de Janeiro". A Emenda constitucional n.º 1, de 1969, suprimiu qualquer referência à ereção de monumentos.

Desde 1930, entretanto, Getúlio Vargas tornou-se o grande protagonista do palco político, posição que ocuparia por um quarto de século. Nesse longo reinado, só ultrapassado pelo de Pedro II, Vargas teve oportunidade de ligar o seu nome à maior parte das nossas leis e propiciar várias mudanças sociais e econômicas. Líder paradoxal, o mais hábil dos nossos estrategistas políticos, capaz de conduzir, com estilo tradicional e paternalista, o seu tipo de populismo, dir-se-ia que o "pai dos pobres" iria criar uma mística avassaladora. Aqui temos uma demonstração de que também é prejudicial o excesso de habilidade, que o levou ao oportu-

nismo político, à ditadura e à simpatia, durante certo tempo, pelo fascismo internacional. Enquanto lavra a discussão a respeito, a História parece ir arquivando, não sabemos se definitivamente, sua figura singular e polêmica.

Dose Relativamente Pequena de Violência

Uma das afirmativas mais frequentes sobre a história brasileira é a do seu caráter pouco violento em comparação com quase todo o restante da América Latina. No presente contexto, tomamos violência como equivalente a derramamento de sangue. Mesmo assim, a tese não é de fácil demonstração pela ausência de uma medida do sangue derramado desde que surgiram as nações Ibero-americanas. Todavia, cremos que a assertiva pode ser aceita em termos relativos, levando-se em conta as proporções do Brasil, em território e população. Somando, nesses dois aspectos, quase a metade da América do Sul, o Brasil teria um baixo índice de "violência per capita". Suas mais importantes mudanças sociais e institucionais realizaram-se de modo incruento ou com pequena efusão de sangue. Curiosamente, os levantes mais sangrentos fracassaram, esmagados pelo Governo.

Baseando-se numa série de acontecimentos, muitos escritores difundiram a crença de que os brasileiros são mais propensos ao compromisso do que à luta. A enumeração dos fatos começa com a própria Independência, na qual não faltou, aliás, o tributo de sangue no Pará, Maranhão e, sobretudo, na Baha. Apesar dos conflitos, o sangue derramado não apagou o caráter transacional de nossa emancipação política. Nos 150 anos subseqüentes os demais exemplos são bem conhecidos: Abdicação de Pedro I, Abolição da Escravidão, implantação da República, Revolução de 1930, instauração do Estado Novo, deposição de Vargas em 1945, segunda derrubada de Vargas em 1954, as destituições sumárias os Presidente Carlos Luz e Café Filho no ano seguinte, o Movimento de 1964.

A teoria do Brasil como um país de pouca violência associa-se, por vezes, com a do brasileiro como homem cordial, se bem que as duas coisas não tenham vinculação necessária. Tanto existem violentos cordiais, como não-violentos sem efusão de sentimento. A chamada cordialidade brasileira é um traço comum aos povos pré-industriais, cultivadores dos hábitos da vida rural, onde se tem tempo de sobra para ser hospitaleiro e atencioso. Sob esse aspecto, não ultrapassamos outros povos, sobretudo alguns do Oriente, como os sorridentes tailandeses ou os amáveis chins e nipônicos, — todos em via de perder, por efeito da industrialização, tais qualidades. Quem exalta a cordialidade brasileira deve ter os olhos voltados para os nossos foliões do Carnaval e de outras festas populares, ao mesmo tempo que está cego e surdo para o vale-tudo do trânsito nas grandes cidades, com o seu buzinar infernal e a procissão de rostos hostis. Aí, o nosso homem cordial transmuda numa personagem irritadiça e praguejante.

A concepção da não-violência brasileira é, de igual sorte, uma simplificação e idealização do nosso processo histórico. Inspira-se, consciente ou inconscientemente, na noção romântica de "espírito do povo" que dotaria cada nação de atributos permanentes, imunes às mudanças históricas. São conhecidos os vários fatos que nos mostram o outro lado da medalha, isto é, a nossa capacidade de violência: as revoluções e guerras civis da Regência, a maior das quais, a Revolução Farroupilha, se prolongou até 1845, em pleno reinado de Pedro II, cujo primeiro decênio também teve de enfrentar a revolta liberal de 1842 e a Revolução Praieira de 1848; a Revolta da Armada (1892-94); a Revolução Federalista (1893-95); Canudos; Contestado; a Guerra Civil Paulista de 1932.

Bastariam esses exemplos para demonstrar que a relativa pouca dose de violência em nossa história não se deve a uma peculiar índole nacional, mas a fatores históricos, entre os quais apontaríamos: 1) a Monarquia; 2) a ausência

de "povo", no sentido político da palavra; 3) a fraca organização social.

A Monarquia hereditária evitou as competições aguerridas pela conquista da chefia do Estado, que passamos a conhecer com a República. Além disso, a centralização imperial impediu os surtos de caudilhismo regional e lutas locais mais desabridas pelo poder. A melhor comprovação do asserto encontra-se na Regência que, por ser o período em que se empanou temporariamente o símbolo monárquico, se tornou o mais tumultuoso da nossa história.

A fraca participação popular no processo político responde pelo mesmo fenômeno. Trata-se, aliás, de característica encontrada nos povos subdesenvolvidos, cuja pobreza, analfabetismo, grande dispersão populacional, baixo índice de urbanização e débil integração nacional lhes impedem uma participação consciente e vigorosa no processo político. Em ambientes dessa espécie, ainda quando o governo seja nominalmente democrático, sua verdadeira estrutura é oligárquica ou de elite, cujos interesses, mais ou menos homogêneos, facilitam as soluções de compromisso. O povo é, então, massa facilmente manipulável, seja eleitoralmente seja revolucionariamente, para os fins das camadas governantes. No Brasil, o povo não assistiu "bestificado" apenas à Proclamação da República. Em vários outros fatos importantes de nossa política, ele foi espectador distante e indiferente.

Além do reduzido engajamento político do povo, temos a sua fraqueza de organização. Os dois aspectos estão indissoluvelmente ligados. Jamais conhecemos fortes e duráveis arregimentações de setores da população. Os partidos políticos sempre foram organizações de cúpulas, sem profundas raízes populares. Os sindicatos, nascidos à sombra do Governo, até hoje não atingiram maturidade. Atualmente verificamos que até a Igreja apresenta fissuras e pontos fracos no seu arcabouço, que outrora se supunha de solidez inabalável. Nessa paisagem, restam apenas, como elementos organizados, as Forças Armadas, capazes, por isso, de decidir de

modo mais ou menos incruento os nossos dissídios políticos, quando permanecem coesas. A falta de sindicatos robustos e a inexistência da temida "república sindicalista" nos têm poupado, ultimamente, maiores violências como as de que é palco a Argentina pós-Peron. Deve-se concluir, pois, que o simples desenvolvimento econômico e social não constitui, de per si, um antídoto da violência.

Certo Espírito de Tolerância

Certo espírito de tolerância tem acompanhado a nossa história política. Também aqui, não se pode falar de um traço permanente do "espírito brasileiro", mas de um produto de condições históricas. Está estreitamente vinculado à tendência para o compromisso e para a solução pacífica de divergências. Tolerância, compromisso e emprego relativamente restrito da violência promanam dos mesmos fatores: a) o governo de pequenas elites; b) a ausência quase total, em nossa vida pública, do elemento "povo", que somente apontou no palco político no período de 1945 a 1964.

Em verdade, nenhuma onda generalizada de fanatismo inundou o País até hoje. Conhecemos apenas alguns surtos locais de misticismo, frutos de rude versão sertaneja do catolicismo, alimentada pela superstição e pela miséria. Seus mais famosos representantes foram os "beatos" de Antônio Conselheiro e os "afilhados" do Padre Cícero, de Juazeiro, Ceará. Os primeiros foram massacrados, como mártires de uma fé bravia, na chacina de Canudos. Os segundos serviram de massa de manobra para algumas agitações políticas.

No conjunto da nação, a própria fé católica não tem raízes nem profundas nem sólidas. O povo cultivava um sincretismo religioso displicente, sendo minoria os católicos praticantes e conhecedores da doutrina da Igreja. Essa minoria ainda é mais reduzida entre as camadas cultas, onde predomina uma tradição anticlerical agnóstica ou céptica. Trata-se de situação tão velha quanto o Brasil. Na Colônia, Câmaras

municipais hostilizaram os jesuítas, que chegaram a ser presos em mais de uma Capitania e expulsos do respectivo território. Nos primórdios de nossa Independência, o Padre Feijó defendeu uma posição equivalente ao galicanismo, ou seja, maior liberdade de movimentos da Igreja brasileira em relação à Sé Romana, e combateu o celibato eclesiástico. Nada disso impediu que, em 1835, ele fosse eleito Regente, na primeira eleição direta realizada no Brasil para a chefia de Estado. Há quase um século, em 1874, o Governo Imperial não vacilou em prender e condenar dois bispos, o de Olinda e o de Belém, sem com isso provocar uma comoção popular. Muito menos se pode temer tal reação hoje, como nos ensina a experiência recente das várias prisões de padres e freiras. A Igreja atual ainda está mais enfraquecida, por causa de suas divisões internas e da secularização, — secularização que os próprios sacerdotes parecem estimular.

O mesmo se verifica em relação às religiões "seculares" do nosso tempo, que são as ideologias políticas. Até hoje, temos escapado de qualquer fanatismo dessa espécie que empolgasse o País de Norte a Sul. Na década de 30, quando da ascensão internacional do nazi-fascismo, supôs-se que o Brasil ia cobrir-se de um monocromatismo político. Contudo, antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas obrigou as hostes integralistas a despir a camisa verde, ambicionando, sem dúvida, a sua própria mística, forjando-a com os instrumentos do longo poder discricionário e com a cornucópia dos favores oficiais. O "queremismo" tornou-se, realmente, a nossa mais vigorosa mística política e tudo lhe prenunciava uma longa vida, depois de galvanizada pelo dramático suicídio do "pai dos pobres". Não tardou, porém, que os prognósticos se dissipassem. O getulismo pouco sobreviveu à morte do seu Criador. Com o vazio ideológico subsequente, dir-se-ia chegada a vez da mais velha dessas igrejas seculares, o comunismo. Todavia, os seus adeptos, entre nós, foram sempre uma pequena minoria composta mais de marxistas "emocionais", que jamais leram Marx, do que de estudiosos do "socialismo científico". Daí, o ar de *bons vivants*

da maioria deles, engrossadores das fileiras da chamada "esquerda festiva", em completa dissonância com o pequeno e disciplinado círculo dos marxistas convictos, dispostos a tudo, inclusive ao sacrifício próprio e ao alheio. — O nacionalismo foi outra chama que se procurou para inflamar uma mística coletiva. Mas não conseguiu os resultados almejados, mesmo porque havia nacionalismos de todas as cores e tipos, desde o nacionalismo "tático" dos comunistas (que, na realidade, são internacionalistas), o nacionalismo econômico da burguesia, até o nacionalismo eleitoreiro de todos. O nacionalismo perdeu, assim, o caráter polêmico indispensável a toda bandeira política e se inutilizou para esse fim, em virtude do consenso geral. Se algum grupo tivesse tido êxito em monopolizar o estandarte do nacionalismo, lograria impor uma ditadura de poder incontestável.

Lideranças Pouco Autoritárias

Da parte das elites, o pendor para a tolerância provém da formação liberal e céptica que predominou entre elas até recentemente. Ademais, a sua esfera era pequena e homogênea, somente começando a ampliar-se e a apresentar certa heterogeneidade de composição a partir de 1930, em decorrência da industrialização. Tudo isso impelia os nossos dirigentes para as soluções de compromisso e as combinações políticas.

Deve-se distinguir entre estrutura autoritária e liderança autoritária. As duas podem vir juntas e reforçar-se mutuamente. Aliás, a tendência de todo líder autoritário é procurar criar um arcabouço forte de poder. Mas nem sempre se dá a junção dos dois fenômenos, a organização formalmente autoritária de mando, através de uma regulação jurídica, e a personalidade despótica. No Brasil, as duas estruturas autoritárias cingem-se ao Estado Novo e à organização subsequente ao Movimento de 1964. Seus líderes, porém, não assumem feição autoritária ou, como no caso de Vargas, se esforçam em

disfarçá-la. Getúlio prefere posar mais como o "ditador benévolo" risonho, mestre em "rasteiras", que se diverte com as anedotas que circulam a seu respeito. Só em poucos momentos foi fotografado com o semblante fechado de "*duce*". Nossa mais rígida figura autoritária, Floriano Peixoto, não revogou formalmente a Constituição de 1891, embora não a levasse em conta. Apesar de tudo, sua desenvoltura ditatorial teria sido mais desabrida se na presença dos símbolos constitucionais.

Por isso, se sempre tivemos governos fortes, são raros, sob o ponto de vista pessoal os líderes de catadura indistintamente autoritária. Um sexto sentido ensina aos nossos políticos que o povo não gosta de governantes dominadores, voluntariosos, ferrabrazes. Os líderes de vincos mais autocráticos que tivemos foram Pedro I, Floriano Peixoto, Carlos Lacerda e Jânio Quadros. O primeiro viu-se forçado a abdicar. Floriano teve adeptos entusiastas, porque foi visto como desabusado nacionalista, mas viveu permanentemente atormentado com as revoltas. A desabrida combatividade de Carlos Lacerda causou prejuízo a ele próprio e à nação. Impediu-o de ser uma força aglutinadora, passando a encarnar mais a figura do oposicionista clássico do que a do homem indicado para o governo. Jânio Quadros foi relativamente o autoritário de mais êxito. Em sua efêmera presidência, vinha obtendo um voto de confiança popular pela sua política de "austeridade", embora o exagero de certas medidas, como a proibição dos desfiles de *maillots* e das brigas de galos, já comesçassem a alimentar o humor das ruas. Perdeu-se menos pelo seu autoritarismo do que por um erro de cálculo, na freqüência de reforçar o seu poder.

Governos de Elite

Ressalvado o período de 1945 a 1964, em que o Brasil conheceu os pródromos do governo popular, sob a forma algo desorientada do "populismo", sempre tivemos o governo de elites restritas: latifundiários, sacerdotes, doutores e oficiais

militares até 1930. Depois desse ano, a tais elementos soma-se a burguesia comerciante, industrial e financeira até 1964. A partir de então o governo é predominantemente exercido pelo oficialato das Forças Armadas, com uma colaboração acentuada dos "tecnocratas" (planejadores e executores especializados, civis ou militares) e a influência, em menor escala, do empresariado.

Em decorrência dessa condição, todas as nossas mudanças políticas e sociais de importância vieram do alto: Independência, Ato Adicional de 1834, declaração de maioria de Pedro II, cessação do tráfico negreiro, Lei do Ventre Livre, eleição direta (1881), alforria dos sexagenários, Abolição da Escravatura, Proclamação da República, Revolução de 1930, Estado Novo, legislação do trabalho, organização sindical, derrubada do Estado Novo, extensão da legislação trabalhista aos camponeses, os primórdios da reforma agrária, o Movimento de 1964.

Em alguns desses eventos, houve, sem dúvida, certa participação popular, embora em pequena escala e quase que exclusivamente da população urbana. A propaganda a favor da abolição do cativo, por exemplo, foi o nosso mais amplo movimento de opinião pública, impregnando o próprio Exército, que resolveu recusar-se a capturar os escravos fugidos. A propaganda da Aliança Liberal, por sua vez, preparou pelo menos a classe média urbana para o advento da Revolução de 1930. Na adoção dos primórdios da reforma agrária, pela primeira vez o nosso campesinato exerceu alguma pressão, embora através de setores limitados, bem como sob forma dispersa e tímida, dirigidos por líderes predominantemente cidadãos. O Movimento de 1964 também teve certo prefácio popular na concentração realizada em São Paulo sob o nome de "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade". Contudo, em todos esses exemplos, a participação popular não foi a mola impulsora nem o elemento decisivo. A decisão foi da cúpula governamental ou antigovernamental ambas componentes da mesma elite.

A Alienação das Elites

Essa elite, como sucede em todos os países pré-industriais, tendia a resolver os nossos problemas políticos sem atentar devidamente para a nossa realidade, mas através das fórmulas vigentes nos países considerados líderes da civilização. Buscava-se o último modelo ou o *dernier cri* da moda política ou institucional. Da mesma maneira que importávamos artigos manufaturados, por causa da inexistência de uma indústria nacional, a falta de fundas raízes culturais e políticas nos fazia buscar no Exterior desde os padrões políticos, jurídicos, artísticos e literários até os estilos de vestir, ditados pelas imposições da moda.

Além de "alienada", ou seja, distante dos problemas do seu meio, tínhamos uma elite idealizadora, cuja tendência era procurar a solução "ideal" ou ótima, compreendido o ótimo como a última palavra do figurino político. A tendência agravava-se pelo predomínio da mentalidade jurídica dessa elite, em cujo seio pontificavam e prevaleciam numericamente os bacharéis, — nossos enciclopedistas em assuntos sociais, quando ainda não possuíamos sociólogos, economistas e cientistas políticos. Técnicos do Direito, os juristas supervalorizavam a terapêutica jurídica, esperando curar os nossos males, por mais crônicos e graves que fossem, com o formulário mágico das leis.

O rol dos exemplos é bem conhecido. Em 1831, como o federalismo era a receita em voga para os países de grande extensão territorial, tornou-se a obsessão da nossa *intelligentsia* política e da maioria dos nossos homens públicos, os quais, em 1834, chegaram quase a adotar "a monarquia federativa". A adoção, embora tivesse ficado mais no papel, não tardou a sofrer um forte recuo com a Lei da Interpretação, de 1840. De igual sorte, como o parlamentarismo era a última lição da Inglaterra, a primeira potência da época, sonhamos com ele desde o primeiro Reinado, e, afinal, acabamos abraçando uma sua contrafação no Segundo Reinado, cujo política foi a mais completa negação do autêntico governo de

gabinete. Até hoje, apesar de o povo ignorar cabalmente o que seja parlamentarismo, o sonho não morreu em alguns grupos da nossa elite. Pelo mesmo vazo, não vacilamos em inscrever, na Constituição de 1891, a mais recente novidade eleitoral, a representação da minoria, ainda que para desrespeitá-la abertamente na prática. Na Segunda República, esse receituário já havia sido ultrapassado pela representação proporcional, e por esta optamos no Código Eleitoral de 1932. Mantemos a proporcionalidade até hoje. Mas, com as críticas surgidas no Exterior contra ela, depois da Segunda Guerra Mundial, algumas pessoas já namoram o sistema eleitoral misto da Alemanha Ocidental, enquanto outras pregam o retorno do sistema majoritário, que conhecemos no Império. Quando se reuniu a Constituinte de 1933, a Constituição de Weimar era a mais prestigiosa das Cartas políticas elaboradas depois da Primeira Guerra Mundial. Não titubeamos em tomá-la como paradigma. O corporativismo era outra fórmula em voga, e de logo a consagramos, embora sob a feição mais esdrúxula, reunindo na mesma Câmara representantes políticos e representantes "classistas" (que nem por isso deixaram de ser políticos também).

A reação contra esse chamado espírito de imitação ou mania de macaqueação dos brasileiros manifestou-se primeiramente na crítica de vários escritores. Mas, só agora, parece assumir grande acentuação prática na insistência com que se pede um "modelo político brasileiro". Alguns parecem imaginar que se pode criar tal modelo com a mesma facilidade com que se fabrica um manequim de massa. Outros dão a impressão de pregar um enclausuramento nacional que impeça de aprendermos com a experiência de outros povos. Tão extremada devoção ao autoctonismo político nos poderá arrastar ao governo da taba, sob o domínio absoluto do pagé, como lembrou certa feita Aliomar Baleeiro, ao criticar o desprezo de Oliveira Viana por nosso "idealismo utópico" e o entusiasmo do mesmo escritor pelo "idealismo orgânico", cuja obra prima era, aos olhos deste, o Estado Novo.

Sensibilidade às Formas Políticas Externas

Essa nota é simples corolário da anterior, como se deduz facilmente. Os economistas usam, por vezes, a caracterização de países economicamente "reflexos" para os povos subdesenvolvidos. Com isto, querem dizer que as suas economias refletem as oscilações dos centros de poder económico, colocados nos países industriais predominantes. Pode-se usar a mesma qualificação de referência ao plano político, como, aliás, aos demais aspectos da vida dos também chamados povos "periféricos".

Todos eles acusam uma acentuada sensibilidade às mudanças políticas fundamentais dos povos dominantes. Mais precisamente, não são os "povos" pobres que se apressam a adotar os novos trajes políticos surgidos no Exterior. São as elites que os governam, elites "alienadas", culturalmente desenraizadas do seu meio, distanciadas do "povo" e voltadas para as idéias e padrões políticos de outras terras.

No Brasil, a repercussão os exemplos estrangeiros começa antes mesmo da Independência. A Inconfidência Mineira teve, como principal fonte ideológica, a emancipação das Colônias inglesas da América do Norte. Pouco depois, a Revolução Francesa forneceu o ideário dominante dos nossos movimentos separatistas. A Revolução do Porto, de 1820, oficializou o liberalismo no já então Reino Unido do Brasil. Quando percebemos que essa Revolução tinha duas caras, libertária em Portugal e recolonizadora em relação ao Brasil, abandonamos o constitucionalismo lusitano pelo constitucionalismo brasileiro.

Essa nacionalização do constitucionalismo nos levou à Independência.

Após a nossa emancipação, o primeiro acontecimento politicamente mais importante foi a Abdicação de Pedro I, pressionado pela onda crescente do liberalismo indígena. Mas, para esse resultado, não deixou de contribuir poderosamente a Revolução de 1830, na França, que destronou Carlos X,

e que aqui produziu o efeito de um "choque elétrico", nas palavras do historiador João Armitage. Durante o Império outro acontecimento de magna relevância foi a fundação do Partido Republicano em 1870, à qual não foi estranha a influência da derrocada da monarquia francesa, no mesmo ano, e das idéias positivistas de Comte, cuja difusão se vinha espraiando entre nós.

A Primeira República cai em 1930, mas um acontecimento internacional do ano anterior, o craque da Bolsa de Nova Iorque, não deixou de abalar fortemente os seus já minados alicerces. A década que se inaugura é marcada, entre nós, por uma variedade de correntes em pugna: a tendência social-democrática, que se corporifica na Constituição de 1934; os movimentos direitistas, representados pela criação do Partido Integralista e pela implantação, em 1937, do Estado Novo; o derrotado levante comunista de 1935. Podem-se facilmente seguir os fios que prendem essas divergências de orientações aos seus estímulos externos. A social-democracia toma como modelo predominante a Constituição alemã de Weimar, a carta política mais em moda entre as surgidas depois da Primeira Guerra Mundial. A quartelada comunista de 1935 foi uma antecipação local do próximo conflito marxismo *versus* nazi-fascismo. Entretanto, se entre nós venceu o autoritarismo direitista, a razão é que os anos 30 assinalam a ascensão internacional do fascismo. De igual modo, o esboço do Estado Novo é a contrapartida interna do desmoronamento internacional do nazi-fascismo, para o qual também contribuíram militarmente oficiais e "pracinhas" brasileiros.

Nesta série incompleta de confrontos, ainda se pode lembrar como a crise do parlamentarismo francês que levou De Gaulle ao poder, em 1958, nos trouxe o arrefecimento do entusiasmo pela Emenda parlamentarista, que novamente foi engavetada, para só ressurgir num momento de crise (a renúncia de Jânio Quadros), que lhe proporcionou um efêmero e duvidoso triunfo. Ninguém desconhece que a vitória

de Fidel Castro produziu nas esquerdas brasileiras uma euforia tão derramada que, em reação, provocou o Movimento de 1964. Por sua vez, a rebelião dos estudantes franceses, em 1968, ajudou a reativar a contestação estudantil brasileira que, por via de consequência, concorreu para maior endurecimento do regime vigente.

Os paralelos apontados devem ser tomados com as devidas cautelas. Primeiramente, não significam que só os países pobres sofrem a influência dos acontecimentos passados fora de suas fronteiras. Todos os países estão sujeitos a essa contingência, hoje mais forte do que ontem, porquanto não há muralhas chinesas ou, para falar a linguagem atual, cortinas de ferro ou de bambu invulneráveis à penetração dos meios de comunicação modernos. No particular, existe apenas uma diferença de grau entre países subdesenvolvidos e países industrializados, sendo estes mais resistentes aos influxos externos, em virtude de sua maior estabilidade institucional.

Também não se deve ver sempre nas influências alienígenas citadas causas exclusivas e diretas de eventos políticos internos. Muitas vezes não passaram de elementos coadjuvantes ou concausas do desenrolar de nossa trama histórica. No rol dos exemplos enumerados, vemos que predominou a influência francesa, que tomamos como espelho durante muito tempo, quando se justificava o ditado de que toda vez que "os franceses se resfriavam, nós espirrávamos". Essa hegemonia cultural da França associava-se com a homogeneidade de nossas elites, de onde resultava certo consenso e, conseqüentemente, menor dose de violência em muitas de nossas mudanças políticas. Hoje se diversificaram tanto os focos externos de influência como a composição de nossas elites, complicando o quadro de nossa vida política.

O vago, mas insistente, apelo a um "modelo político brasileiro" representa também um esforço por uma estrutura que nos proporcione maior resistência aos abalos políticos externos, hoje vindos dos mais diversos quadrantes. Contudo, muito

ainda teremos de caminhar no sentido de diminuir essa susceptibilidade aos impactos externos, o que somente se conquista através de sólida tradição institucional.

Distância entre o País Legal e o País Real

Algumas das teses formuladas sobre o Brasil parecem entrar em conflito. Assim, o fato de que sempre tivemos governos de elites e que essas elites, seduzidas pelas últimas novidades sócio-políticas, se apressam em abraçá-las, deveria proporcionar-nos uma grande rapidez nas mudanças sociais, ao contrário da lentidão com que elas se processam, como é sabido. A contradição é apenas aparente e, por isso, facilmente se dissolve com a mais breve explicação.

Deve-se ter em vista que as invocações pressurosamente acolhidas pelos nossos dirigentes são primacialmente políticas e que a sua consagração, quase sempre, não passa do papel. Disso resulta a grande distância entre o texto e a realidade, entre os códigos e os fatos, entre a norma e a prática, em suma, entre o país legal e o país real. Em consequência, quem conhecesse apenas a letra de nossas leis, sobretudo da lei maior, a Constituição, nos julgaria um dos países vanguardeiros da modernização. Mas quem vivesse a nossa realidade teria a impressão oposta, duvidando que tais leis existissem ou concluindo que não passariam de meros adornos jurídicos.

Se a apelidada "democracia coroada" de Pedro II conheceu uma ampla forma de liberdade e opinião, desconheceu o outro elemento do regime democrático, a efetiva participação popular na formação dos governos. O sistema vigente era, de fato, oligárquico. A Primeira República, por sua vez, também não passou de uma oligarquia, embora o preâmbulo de sua Constituição qualificasse de democrático o sistema instaurado. O mesmo é válido para as Repúblicas posteriores, apesar de todas as suas Constituições, inclusive a de 1937, proclamarem que "todo o poder vem do povo". A partir de 1964, a feição oligárquica muda-se em elitista, caracterizada

pelo governo dos militares, coadjuvados por tecnocratas e uma parcela do empresariado.

Pelo mesmo motivo, a mesma disparidade se verifica em outros aspectos mais específicos da organização governamental. Nenhuma das caracterizações oficiais dos sistemas políticos correspondeu à realidade dos fatos. No Segundo Reinado, o mecanismo de governo foi geralmente considerado como "parlamentarista". Quem atentasse apenas para as formas externas da encenação política, com as moções de desconfiança contra o Conselho de Ministros, quedas de ministérios e dissoluções da Câmara dos Deputados, seria levado a crer que se praticava um verdadeiro governo de gabinete. Os que apurassem mais a vista, para enxergar além dessas aparências, chegariam à conclusão de que parlamentarismo não existia nem podia existir. Salvo os raros casos em que, por condescendência do Imperador, houve derrubada de gabinete por voto da Câmara, os ministérios ruíam por iniciativa de Pedro II, quando ele decidia fazer a chamada "rotação dos partidos" no poder. Enquanto no autêntico parlamentarismo é o povo quem aciona essa rotação, aqui ela resultava da ação do monarca, monarca que, armado do "Poder Moderador" "imperava, reinava, governava e administrava", como reconheceram alguns juristas da época. Tanto bastaria para se deduzir que o parlamentarismo não existia ou, mesmo, para concordar com a assertiva de que conhecemos justamente a "inversão do parlamentarismo". E se o povo não decidia a mudança das situações políticas, mas esta provinha do alto, era porque as eleições não passavam de ficções, manipuladas pelo Gabinete, por meio de toda sorte de pressões governamentais. Os pleitos eleitorais eram um processo infalível de conseguir a maioria parlamentar desejada. Por mais minoritário que fosse, na origem, um ministério, a dissolução da Câmara e a convocação de eleições lhe asseguravam uma Câmara com maioria e, por vezes, unanimidade partidária. Nova inversão, por conseguinte. Não era o eleitorado, mas o Gabinete que formava a maioria parlamentar.

Com a República, adotamos o presidencialismo, mas novamente apenas no papel. Se o que define o presidencialismo, pelo menos na concepção clássica de então (hoje já modificada), é certo equilíbrio entre o Poder Legislativo e o Executivo, jamais tivemos autêntico sistema presidencial. O Executivo, tanto o federal como o estadual, sempre predominou sobre o Legislativo, pela simples razão de que o Presidente da República e os Governadores faziam os legisladores, através das eleições a "bico de pena", que não passavam de uma forma mascarada de nomeação dos "representantes do povo". No entanto, pela letra da Constituição de 1891, tínhamos um dos mais avançados sistemas eleitorais de então, o que assegurava a representação da minoria. A realidade, porém, zombava da lei ou simplesmente a desconhecia, e não faltaram exemplos de bancadas estaduais unânimes. — Outra ilustração do desencontro entre as normas e os fatos tivemos quando implantamos o parlamentarismo, em 1961, porque conhecemos apenas um pseudo-parlamentarismo com um Presidente da República que jamais se revestiu do feitiço de um poder neutro, mas continuou como chefe de um partido político (o Trabalhista), sempre cercado de gabinetes que eram mais da sua confiança do que da confiança parlamentar.

A Constância do Executivo Fiscal

Nessa ordem de considerações, um traço saliente que acompanha toda a nossa história política é a do Executivo forte, ainda quando os preceitos constitucionais tentem criarlhe limitações. Trata-se de regra sem exceção, que vem de Pedro I até o presente. Dela não escapa, como já sabemos, Pedro II com sua figura tranqüila de soberano aparentemente parlamentarista, que os anos transfiguraram na bonomia de um patriarca emoldurado de imaculadas barbas brancas. A contrapartida dessa constante histórica é a permanente fraqueza do Legislativo. Ambas as características decorrem, como já visto, da participação puramente simbólica ou muito

reduzida do povo no processo político. É lógico, portanto, que os nossos governantes mais duradouros tivessem sido justamente os mais fortes: Pedro II e Getúlio Vargas, menos por características autoritárias próprias, como já observado, do que por habilidade pessoal e fatores conjunturais.

Nenhum dos nossos chefes de Estado foi derrubado pela grande soma de poder de que dispunham, mas pela inabilidade no seu emprego (Pedro I, afrontando o nativismo do seu tempo), por desadaptação às novas conjunturas (Getúlio em 1945) ou por incompetência (João Goulart). Por conseguinte, a distinção a fazer entre os nossos Executivos não pode ser entre fracos e fortes, mas entre Executivos fortes não-institucionalizados e institucionalizados. Os dois exemplos dessa institucionalização acham-se nas Constituições de 1937 e 1967.

Marcha para a Centralização

Em todas as federações, nota-se a ação crescente das forças centralizadoras, que cada vez desfiguram mais as linhas clássicas do estado federal. São bem conhecidos os fatores que agem no sentido do fortalecimento do poder central em detrimento das franquias locais: a rapidez dos transportes, a instantaneidade dos meios de comunicação, a necessidade de ampliação dos mercados para empresas cada dia maiores, o planejamento econômico central, as dificuldades financeiras dos Estados-membros, as tensões internacionais que robustecem o comando do centro.

No Brasil, essa tendência centrípeta é acentuada por motivos históricos que sempre fizeram que o espírito federal não tivesse raízes profundas no povo. Também nesse ponto, houve um marcado divórcio entre as nossas massas e as elites. Estas, na sua esmagadora maioria, sempre imaginaram que o federalismo era o nosso destino natural, por uma espécie de determinismo geográfico e histórico. Mas, toda vez que tentaram levá-lo à prática, verificaram a resistência da nossa

realidade social ou, quando menos, a indiferença do povo. A toda vaga federalista tem sucedido um refluxo centralizador. Desde o começo de nossa Independência, a fórmula federalista foi apontada pelos políticos e pensadores brasileiros como o supremo remédio para os nossos males político-administrativos. O fruto desse pensamento foi a primeira e única reforma da Constituição monárquica, o Ato Adicional de 1834, que procurou atender, de maneira moderada, às insistentes reivindicações de autonomia provincial. Embora a reforma quase não tivesse passado do papel, seis anos depois a chamada Lei de Interpretação restringiu as conquistas provinciais, dando novas bases à centralização que perdurou durante todo o resto do Império. Mas o ideal federalista não desapareceu, repontando sempre, e assumindo crescente vigor nos dois decênios finais do Segundo Reinado, quando os próprios monarquistas retomaram a bandeira cujos defensores mais ardorosos são, agora, os republicanos. O Manifesto Republicano, de 1870, reitera a idéia da nossa predestinação federal: "No Brasil, antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo".

Afinal, a República implantou a federação, tomando como paradigma a União norte-americana, até no novo nome adotado para o País: "Estados Unidos do Brasil". Não se pôde, entretanto, seguir à risca o modelo escolhido, dada a diferença de origem das duas federações. Enquanto a estadunidense nasceu de um movimento centrípeto de Estados independentes, unindo-se numa só nação, a brasileira surgiu da descentralização — à força de decreto — de um Estado unitário. Por isso mesmo, o grau de autonomia dos Estados-membros, no Brasil, teve de ser bem menor do que naquela República.

Na esfera do chamado direito "substantivo" ou "material", as nossas unidades federadas só podiam legislar sobre as suas eleições e as dos municípios, a administração e tributos estaduais, direito penitenciário, terras e minas não pertencentes à União. Contudo, o federalismo ficou mais no

papel, porquanto não se poderia conceituar como genuína federação um sistema caracterizado pela hegemonia dos dois Estados mais importantes, São Paulo e Minas, e cujo Presidente da República, a usar e a abusar da arma da intervenção federal, gozava de poderes tão elásticos no mecanismo real — não o jurídico — do regime que se convertia de fato num continuador do centralismo monárquico.

Apesar disso, tivemos, mesmo no texto legal, nova experiência do refluxo centralizador. A única reforma constitucional da Primeira República, a de 1926, resultou, predominantemente, de tal inspiração. Por meio dela, os motivos de intervenção federal que, na redação de 1891, se limitavam a cinco, pularam para dezessete. Elevam-se, hoje, a dezenove, alguns são primores de vaguedades jurídicas.

Depois de 1926, a onda centralizadora não se detém mais, sem falar no interregno do Estado Novo, quando o País foi de fato unitário funcionando os interventores federais como verdadeiros sátrapas submissos do poder central, e quando até miúdos problemas municipais podiam ser resolvidos, em última instância, pela administração federal.

Atualmente, a competência legiferante dos Estados-membros, tanto a exclusiva como a supletiva, está reduzida ao mínimo. Os Estados pouco têm sobre o que legislar, e esse pouco já está, em grande parte, premoldado pelo legislador federal. Em matéria de tributos, os Estados estão limitados a dois, o de circulação de mercadorias e o de transmissão de propriedade imóvel, ambos com o teto de suas alíquotas fixado mediante Resoluções do Senado Federal.

Nada disso se pode explicar pelos que exaltam a nossa vocação federalista, vendo os seus passos iniciais nas Capitânicas Hereditárias, esquecidos de que estas não conheceram o sistema representativo nem a experiência de autogoverno, ao contrário do que acontecia nas antigas Colônias inglesas da América do Norte. Os mesmos autores costumam menosprezar os efeitos da prolongada centralização monárquica e das origens pouco ortodoxas do nosso federalismo republi-

cano. Por isso, não podem explicar satisfatoriamente o rol de fatos contrários à sua tese. Não podem compreender a rígida centralização do Estado Novo, nem a dos nossos dias, mesmo descontando-se a fase atual de excepcionalidade política, quando os governadores dos Estados são mais nomeados pelo Presidente da República do que eleitos. Presentemente, a tendência unitarista não se cinge a apertar os controles dos Estados, mas assume aspecto generalizado, descendo até os municípios, cuja lista dos que são considerados de interesse para a segurança nacional cresce constantemente.

O mais irônico, em tudo isso, é o contraste entre a realidade e a reverência com que o legislador cercou o princípio federativo. Todas as Constituições republicanas, com a exceção explicável da Constituição de 1937, proíbem emendas tendentes a abolir a federação. Dir-se-á que os nossos Constituintes só proíbem emendas que visem a abolir a federação e não a modificá-la. Todavia, as modificações já são tão profundas que marchamos a passos largos para o unitarismo.

A diminuição progressiva da autonomia dos Estados-membros somente pode ser bem elucidada pela fraqueza das raízes históricas do federalismo brasileiro. Nem as Capitânias nem as relativas franquias das Províncias imperiais prepararam as respectivas populações para uma zelosa prática do autogoverno. Quando muito, criaram um espírito de localismo sentimental ou de certo apego às tradições e glórias do Estado natal. Mas não infundiram um autêntico autonomismo político nas unidades federadas, nada que se equipare ao que os norte-americanos, com evidente exagero, costumam denominar os "direitos soberanos dos Estados" (*"the sovereign rights of the states"*). Os Estados onde o sentimento autonomista se manifesta mais vigoroso são os do Rio Grande do Sul e São Paulo. Pernambuco vem em seguida, guardando certa distância dos dois primeiros. O autonomismo gaúcho assinalou-se na mais longa guerra civil de nossa história, a Revolução Farroupilha, na Revolução Federalista dos primór-

dios da República, e na resistência com que conservou certas linhas de organização política destoantes das demais Constituições estaduais. São Paulo, que deteve a hegemonia política na Primeira República, deflagrou a Guerra Civil de 1932, levantando como bandeiras a reconstitucionalização do País e o respeito à autonomia estadual. Pernambuco, cenário da primeira Guerra Civil do Brasil independente, a Confederação do Equador, ainda acaricia a fama de "o Leão do Norte".

Contudo, nem mesmo no plano emocional se pode falar da força do localismo. Sabia disso Getúlio Vargas quando, em 1937, na data comemorativa do pavilhão nacional, incinerou todas as bandeiras estaduais, sob a indiferença geral, senão o aplauso de muita gente. Foi um eco desse aplauso que, há pouco, colhemos da boca de um homem do povo que nos lembrou, com louvores, aquele acontecimento e me perguntou se não foi um ato acertado. Respondemos-lhe em tom interrogativo: se até um clube de futebol pode ter bandeira, por que um Estado federado não pode possuí-la? A réplica tomou a forma de um nacionalismo unitarista: "mas o Brasil é uno e indivisível".

Não existe desapego apenas em relação aos símbolos estaduais, que a maioria do povo, aliás, desconhece. A população dos Estados está disposta, também, a abrir mão de coisas mais tangíveis, a começar, como já sabemos, pelos tributos estaduais. Uma das inovações capitais da Constituição de 1946 foi a melhoria das fontes de renda dos municípios, a ponto de se proclamar que o seu texto havia feito uma "revolução municipalista". Como se isso não bastasse, a Emenda n.º 5 àquela Constituição, de novembro de 1961, ainda foi mais generosa com as nossas comunas. Elas passaram a receber, em parcelas iguais, 10% do imposto de consumo e tiveram a sua quota de participação no imposto de renda elevada de 10% para 15%, ao mesmo tempo que dois impostos estaduais — o territorial rural e o de transmissão de propriedade imóvel *inter vivos* — foram transfe-

ridos para a competência municipal. Como o município é o principal campo de luta eleitoral, quase todo mundo cercava fileiras em torno do "municipalismo", ao passo que ninguém se dispunha a arvorar a bandeira do "estadualismo". Há pouco mais de uma década, um vespertino bahiano liderou um congresso no sentido de que a Bahia, então único Estado produtor de petróleo, percebesse *royalty* mais compensador pela extração que a União fazia dessa riqueza do seu subsolo. O Estado percebe 4% do preço do óleo cru explorado, e o município produtor 1%. A campanha não logrou nenhuma repercussão popular.

Anos atrás, já depois do Movimento de 1964, elaboramos um questionário, onde havia a seguinte pergunta: "Admitiria uma reforma constitucional para que somente a União decretasse e cobrasse tributos, e depois os partilhasse com os Estados e municípios de acordo com critérios pré-fixados?". De um dos maiores financistas do País obtivemos esta resposta: "Teoricamente bom, difícil na prática. Concordaria". Essa parece, aliás, ser a direção para onde caminhamos, visível tanto na contramarcha que o Movimento de 1964 impôs à vaga "municipalista", como nas restrições com que ele cerceou a autonomia dos Estados.

Até em matéria mais grave, a diminuição dos territórios estaduais, se pode comprovar a tese da debilidade do nosso federalismo. O regime estado-novista pôde desmembrar tranquilamente os Estados do Pará, Amazonas, Pernambuco, Mato Grosso e Paraná, para criar os Territórios de Amapá, Rio Branco (hoje Roraima), Fernando de Noronha, Guaporé (hoje Rondônia), Ponta Porã e Iguazu. Só os dois últimos Territórios, por força das Disposições Constitucionais Transitórias de 1946, se reincorporaram nos Estados de que haviam sido desmembrados, respectivamente Mato Grosso e Paraná. Observe-se que somente as Constituições de 1937 e de 1967 permitem segmentar os Estados para a criação de Territórios, a primeira justificando-o com o "interesse da defesa nacional", a segunda, sem especificar fim. A Primeira Carta Política da República simplesmente ignorou a figura

do território; a segunda, a de 1934, reconheceu-a como entidade transitória, destinada a elevar-se a Estado quando sua população atingisse 300.000 habitantes. — Quanto à fusão de Estados e seu desmembramento para anexar-se a outro ou formar nova unidade federada, somente a Constituição vigente não exige a aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas. A Constituição de 1891 estabelecia que tal consentimento fosse dado em duas legislaturas, cada legislatura durando, então, 3 anos; a de 1934 repetia a redação da anterior, mas dificultava o processo, porque a legislatura passou a ser de 4 anos; a de 1937 estipulava que a concordância da Assembléia Legislativa devia ser manifestada em duas sessões anuais consecutivas; a de 1946 complicou mais a operação, prevendo, além do consentimento da Assembléia Legislativa, o "plebiscito" das populações interessadas. Com a atual Constituição, chegamos ao paradoxo de que é mais fácil, pelo menos formalmente, criar Estados (e também Territórios) do que municípios. Pela legislação federal, nenhum município pode ser fundado sem o voto favorável da maioria absoluta dos eleitores da área interessada, enquanto basta uma lei complementar para formar novos Estados e Territórios.

Recentemente, voltou à baila a idéia de redivisão territorial do País, velha manifestação do nosso espírito geométrico em política, ao mesmo tempo que reafirmação da fraqueza histórica do nosso federalismo. Diante daqueles precedentes de desmembramentos territoriais realizados pelo Estado Novo, o plano parece viável para um governo forte. É possível, porém, que desperte certo mal-estar, porquanto se a experiência mostra que os Estados se conformam facilmente com a criação de Territórios dentro de suas fronteiras, também nos ensina que são muito ciumentos na perda de terras para os seus vizinhos.

Até os símbolos semânticos foram desprezados. A Constituição de 1967 denominou-se apenas "Constituição do Brasil", e não mais dos "Estados Unidos do Brasil". A Emenda n.º 1 a esse documento restabeleceu uma pequena homena-

gem nominal, mudando o nome para "Constituição da República Federativa do Brasil".

O certo é que as tensões entre o centro e as Províncias, entre forças centrífugas e centrípetas, que conhecemos na Regência e na Primeira República, já são coisas do passado. Hoje, nenhuma resistência se observa na estrada larga da centralização.

A Indefinição dos Rumos Políticos

Pelo fenômeno já assinalado da grande distância entre o país real e o país legal, torna-se secundária a periodização formal da nossa história política. Essa seria assim feita: 1) Monarquia, subdividida em 1.º Reinado (1822-1831), Regência (1831-1840) e 2.º Reinado (1840-1889); 2) 1.ª República (1898-1930); 3) 2.ª República (1930-1937); 4) 3.ª República o Estado Novo, (1937-1945); 5) 4.ª República (1945-1964); 6) 5.ª República (a partir de 1964).¹ A cada um desses períodos correspondeu uma Constituição, embora a sua data de entrada em vigor não coincida com o início das fases assinaladas, salvo no caso do Estado Novo, cuja vigência começa com a da sua Constituição outorgada. Conseqüentemente, temos 6 Constituições neste lapso sesquicentenário: as de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967.

Mais importante para a consideração sociológica seria abreviar essas etapas, resumindo-as em quatro: a Monarquia aristocrática; a República oligárquica (1889-1945); a República "para-populista"² (1945-1964), e a República militar-tecnocrática, após 1964. Deve-se olhar essa classificação como um esquema, e que as datas não podem ser fixadas com rigidez. Também não se deve esquecer que há algumas sobrevivências de épocas anteriores, como certas antecipações das

1. Embora esta seja a mais lógica enumeração das nossas Repúblicas, em alguns poucos autores a designação varia. O mais comum, nessa variação, é saltar o Estado Novo, certamente por valorização política, — o que não nos parece acertado porque essa fase, não tendo sido monárquica, foi, necessariamente, republicana.

2. O sentido do termo será explicado adiante.

posteriores. A vida política, como a social de modo genérico, é um crescimento e não uma série de mutações. Assim, a partir da Revolução de 1930, abre-se uma fase de transição, que prepara o caminho do "para-populismo" de 1945 a 1964. O *intermezzo* do Estado Novo representou um recuo nessa tendência apenas no aspecto político, pela ausência de eleições. Mas, do ponto de vista social, o amparo dado aos trabalhadores, através de uma farta legislação, contribuiu para a sua melhoria sócio-económica e preparou-os para uma maior participação política na fase subsequente. A mística "queremista", ou seja, o apoio de camadas populares a Vargas, mesmo para continuar a sua ditadura pessol, concorreu para o mesmo fim de aumento de maior participação quantitativa no processo político.

Designamos de "para-populista" a República de 1945 a 1964 porque o termo nos parece corresponder mais à realidade. Não houve completo "populismo", mas uma tendência nessa direção, que se acentuou de modo tumultuário nos fins do período e foi um dos fatores do Movimento de 1964. Nessa etapa, houve inegável aumento da participação política, mas sem afastar o grande poder de manipulação das bases populares pelas cúpulas políticas — segundo nosso tradicional traço elitista — no sentido de pô-las a serviço de seus interesses.

A maior participação popular está demonstrada estatisticamente tanto pelo aumento absoluto do eleitorado como pelo seu aumento relativo, como se pode ver do seguinte quadro: ³

ANO	POPULAÇÃO	ELEITORADO	% dos Eleitores s/ Pop.
1894	15.583.000	400.000	2,56
1934	36.404.000	1.468.700	3,97
1945	46.215.000	7.459.840	16,14
1963	77.521.000	10.565.277	23,94

3. Tirado dos Dados Estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral, vols. 1.º e 6.º e do Anuário Estatístico do IBGE, ano 1963. O eleitorado, para 1894 é aproximado, pois só nos foi possível conhecer o comparecimento às urnas, que atingiu 345.097 votantes.

A história da 4.^a República mostra-nos, porém, que ela não tinha condições para canalizar duradouramente, por meios pacíficos, essa crescente participação popular no processo político. Visto desse ângulo, foi quase um milagre que ela tivesse durado perto de 19 anos. Foi, pois, a República mais longéva, depois da Primeira. Mas viveu em crises permanentes. Basta notar que, dos seus seis Presidentes (incluindo os Vice-Presidentes que assumiram a primeira magistratura), Dutra, Getúlio, Café Filho, Juscelino, Jânio Quadros e Goulart, somente dois chegaram ao fim do seu mandato, Dutra e Juscelino Kubitschek.

Em virtude das mudanças ocorridas desde 1930, o quadro sócio-econômico era muito mais complicado do que o das épocas anteriores. Não tínhamos apenas o patriciado rural do Império, com uma pequena classe média urbana, que cresceu durante as Repúblicas anteriores. Contava-se com uma oligarquia agrária em declínio, com uma burguesia diversificada em comerciantes, industriais e banqueiros, com a crescente classe média de pequenos proprietários, funcionários e técnicos, com os trabalhadores urbanos e com o campesinato, que começaria a despertar para a vida política.

Nesse cenário, assim complexo, reeditamos, porém, a Constituição de 1934, excluído o corporativismo e feitas outras modificações de menor monta. A Constituição de 1946 nasceu, por conseguinte, envelhecida, diante do fenômeno, já então geral, do fortalecimento do Poder Executivo, a fim de convertê-lo num instrumento eficaz para dirigir e efetuar as mudanças sociais e econômicas. O debilitamento do Executivo explica-se, entretanto, pelos motivos históricos do momento da feitura daquela Constituição, o da derrubada de um governo ditatorial. Já em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek nomeou uma Comissão de Juristas para elaborar um anteprojeto de reforma constitucional cujo fito era o de dar mais rapidez às iniciativas legislativas do Executivo e impedir que elas sofressem, no Congresso, emendas que aumentassem as despesas propostas. O anteprojeto

não vingou, somente sendo aproveitado como sugestão depois do Movimento de 1964.

O Poder Legislativo não era fraco apenas pela sua estrutura. Enfraquecia-se, também, pela adoção do sistema de representação proporcional, pela inflação, e, paradoxalmente, pela maior autenticidade das eleições parlamentares. A representação proporcional concorreu para uma extrema fragmentação partidária. Tivemos nada menos de 14 partidos, pois mesmo depois que o Partido Comunista foi posto na ilegalidade, conseguia eleger seus candidatos, enxertando-os, mediante acordo, nas chapas de outras agremiações. O grande número de partidos dividia o Congresso em uma colcha de retalhos política, de modo que somente um Presidente, o primeiro, o General Dutra pode governar com o seu partido (PSD) majoritário no Legislativo. Os demais tiveram de apoiar-se em coligação de partidos ou serem Presidentes minoritários, como Café Filho e Jânio Quadros. Esse tentou mudar o quadro com o estratagema da "renúncia" que não passou de manobra para retornar ao poder com atribuições ampliadas. ⁴

A inflação desgastava rapidamente os chefes de Executivo, inclusive os estaduais. O povo esperava deles, com a maior brevidade, o milagre da diminuição do custo de vida. Como isso não se podia verificar, figuras endeusadas, nas vésperas das eleições, perdiam a popularidade pouco tempo depois de eleitas. Em vão aumentavam os salários. O único resultado era impulsionar ainda mais o moinho de inflação. Por força desse rápido desprestígio, ⁵ nenhum Presidente da República, em contraste com a regra da Primeira República, fez o seu sucessor. Em compensação, esse desgaste não atingia os membros do Legislativo, vistos pelos eleitores como

4. A tese já está confessada pelo próprio Jânio Quadros, que conferiu ao seu ato o caráter de gesto precursor das medidas tomadas pelo Movimento de 1964. Fê-lo em entrevista à revista *Realidade*.

5. Kubitschek foi a única exceção, porque teve a sorte de deixar o poder em plena euforia desenvolvimentista com inflação, quando esta já estava atingindo nível insuportável. A bomba explodiria em outra mão.

meros distribuidores de favores ou representantes de interesses clientelísticos.

Como as eleições eram mais autênticas, cada parlamentar sendo o autor da sua vitória eleitoral, deixou de existir a sua subordinação ao Executivo, característica da Primeira República, quando as "eleições" legislativas eram formas mascaradas de nomeação, feita pelos Governadores e pelo Presidente da República.

Para compor o perfil contraditório da 4.^a República, deve-se acrescentar que foi esse o período em que mais nos aproximamos da concretização do sistema presidencialista, entendido na sua forma clássica (hoje, já algo modificada) de certo equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo. Este, pelos motivos expostos, adquiriu uma importância como jamais teve em nossa história republicana, embora ainda perdurasse, com todos os percalços, a ascendência do Executivo. As eleições também foram as mais autênticas da vida brasileira. Mas não afastaram de todo as fraudes, e estimularam a corrupção de maneira inédita, sob a forma de compra do voto. Muitos mandatos legislativos foram adquiridos a peso de ouro. O grande número de partidos, quase todos do centro, bem como a inflação, colaboravam para essa desenfreada corrupção. A numerosa coleção de siglas eleitorais sem ideologia (salvo o Partido Comunista, o Partido de Representação Popular, que reunia os antigos integralistas, e, em certa medida, o Partido Libertador, arauto do parlamentarismo) não era suficiente para dirigir a opinião popular. Por isso, o eleitorado urbano dava mais atenção aos candidatos a postos executivos que se apresentavam como salvadores, fazendo nascer a tendência que se chamou de "populista". O "populismo", concorria, por outro lado, para agravar a falta de entrosagem entre o Executivo e o Legislativo. Podia-se eleger uma personalidade atraente para o Poder Executivo, mas se sufragavam nomes de outros Partidos para o parlamento. Com isso, tínhamos um Presidente da República ou Governador de Estado popularmente forte (pelo menos no início

do mandato), mas sem maioria parlamentar, pelo menos homogênea, isto é, formada pela mesma legenda sob a qual foi eleito o chefe do Executivo. A mesma marca "populista" nota-se na denominação dos partidos, onde o adjetivo "trabalhista" figurava em cinco: PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PTN (Partido Trabalhista Nacional), PST (Partido Social Trabalhista), PRT (Partido Rural Trabalhista) e o MTR (Movimento Trabalhista Renovador). Havia mudado muito, portanto, a semântica partidária de 1945, na qual predominava a qualificação "republicana", que aparecia em três partidos: PR (Partido Republicano), PRP (Partido Republicano Progressista) e PRD (Partido Republicano Democrático).

Se essa foi a República da profusão de partidos, também foi a da proliferação dos grupos de pressão, o que é consequência lógica do já apontado crescimento da complexidade da estrutura social. Entre eles, podem ser mencionados as Forças Armadas, a Igreja, os grupos patronais de diversas espécies, os sindicatos operários, o funcionalismo público, a Associação Brasileira dos Municípios, os estudantes e, já nos fins da 4.^a República, as organizações camponesas. A todos esses somavam-se entidades públicas que agiam de forma similar, como a Petrobrás, a Cia. Vale do São Francisco, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a Sudene.

A crise institucional se juntou a crise econômica da inflação. Todavia, embora esta provocasse inquietação e greves, até certa altura não teve maior consequência, porque toda gente se acomodava, salvo os *rentistas*, ou seja, os que vivem de renda fixa, que são reduzidos em número e pouco pesam na balança política. Os demais viviam embriagados com euforia inflacionária, inclusive os assalariados, que se contentavam com os freqüentes aumentos salariais. A inflação somente contribuiu para o fim da 4.^a República, quando se acentuou exageradamente, e ao mesmo tempo que passou a provocar a estagnação econômica e, em seguida, o descenso

das taxas de desenvolvimento do País. Talvez mais do que a inflação em si, concorreu para aquele efeito, o aproveitamento dela pelo Presidente Goulart a fim de alimentar os seus enigmáticos planos políticos. Muitas greves foram provocadas do alto, com o resultado de fazer crescer a desconfiança contra a pretensão do Presidente da República de implantar a chamada "República Sindicalista".

Foi, porém, a questão militar — como de outras vezes, no Brasil — que pôs fim ao Governo Goulart. Queremos nos referir às questões militares — o plural parece mais acertado — que se acumularam no último tempo desse Governo. Houve outras anteriores, completando a fisionomia desnorteadora da 4.^a República, que, apesar das várias questões militares, foi também a fase de maior espírito legalista das Forças Armadas. A primeira, de pequeno porte, em 1954, exprimiu-se através do "Manifesto dos Coronéis", e provocou a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho, por causa da decretação de altas salariais que faziam temer os planos de instauração de uma República Sindicalista", denominação já então existente. No mesmo ano, houve a intervenção da Aeronáutica, inconformada com o assassinato político do Major Rubens Florentino Vaz, embora por engano de alvo, pois a vítima era Carlos Lacerda, o mais desabrido inimigo de Vargas. A intervenção resultou na deposição já resolvida de Getúlio, que se antecipou à sua execução com o suicídio. No ano seguinte, tivemos as deposições do Presidente interino Carlos Luz e do Presidente Café Filho. Surgiram depois as limitadas revoltas de oficiais da Aeronáutica, de Jacareacanga, em 1956, e a de Aragarças, em 1959.

Com a renúncia de Jânio Quadros, Goulart já assumiu a presidência da República depois de uma questão militar, que visava impedir a sua posse. Não se chegou ao fim colimado por causa da demora de ação das Forças que vetavam Jango, dando tempo para a divisão dos militares. O resultado foi a implantação do parlamentarismo, para que Goulart assumisse o poder. Desde então, passou a ser um Chefe de

Estado vigiado, e contra o qual já conspirava a parcela mais inconformada das Forças Armadas. Mas as questões militares decisivas vieram depois que Goulart conseguiu revogar a Emenda constitucional parlamentarista mediante um plebiscito em que houve esmagadora vitória da opção presidencialista. É possível que Goulart se embriagasse com esse resultado eleitoral, como provavelmente se embriagara Jânio Quadros com a avalanche de votos obtidos em 1960. Vieram, então, a revolta dos sargentos em setembro de 1963, o comício das "Reformas de Bases" de 13 de março de 1964, com os cartazes provocadores de "Abaixo os Gorilas", o motim dos marinheiros e fuzileiros navais, no mesmo mês, cujos autores foram anistiados disciplinarmente, e, por fim, o desafiante discurso de Goulart aos sargentos reunidos na sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro.

Os militares sentiram-se atacados no que constitui a pedra angular da organização, o princípio da hierarquia. Aos "conspiradores históricos" uniram-se o grosso das tropas bem como os civis contrários a Jango. Goulart passou a encarnar a *subversão* contra as instituições, embora a palavra mais apropriada talvez fosse *sobreversão*, uma vez que os planos contra a ordem constitucional vinham de cima. Menos de 48 horas depois que as tropas se levantaram, na madrugada de 31 de março de 1964, Jango estava deposto.

O Movimento teve, assim, de início, um caráter de legítima defesa das corporações militares. Sua feição poderia ser caracterizada, na terminologia dos juristas, como a de *resistência à opressão*, isto é, um movimento a favor da conservação das instituições vigentes, e não pela instauração de uma nova ordem de coisas. Diante do espírito legalista das Forças Armadas, imaginava-se que se tratava de mais uma intervenção militar para entrega do poder aos civis. Os homens de armas agiriam, mais uma vez, como "poder moderador", se bem que seria mais adequado falar de um "poder fiscalizador". Essa característica, aliás, não se ajusta permanentemente, ao nosso ver, às Forças Armadas do País. Esse

papel "fiscalizador" só aparece na 4.^a República. Não cremos acertado falar do "poder moderador" no início da 1.^a República, quanto tanto a presidência como a vice-presidência estiveram em mãos militares. Também não era a noção de "poder moderador" a defendida pelo tenentismo de 1930. Durante o Estado Novo, as Forças Armadas foram o "poder mantenedor".

Para corroborar aquela primeira impressão, o programa inicial do Movimento cingia-se a uma limpeza no terreno ou correção das distorções políticas reinantes; luta contra a inflação, contra a subversão comunista, contra a corrupção e contra a inércia administrativa. Sua ênfase primeira se colocava no combate à "luta revolucionária", segundo a doutrina de "segurança nacional" elaborada pela Escola Superior de Guerra. Tinha clara inspiração anti-sindicalista, mais ou menos consciente, como medida preventiva que evitasse o fortalecimento de uma estrutura sindical. Se esta conseguisse uma vigorosa organização, poderia enfrentar as Forças Armadas e ser fonte de conflitos sangrentos, como no caso da Argentina. Também se pode dizer que possui uma orientação anti-getulista ou contrária à herança de Vargas, ainda que se utilizando de armas do arsenal jurídico de Getúlio, especialmente o revigoramento do Executivo, nos moldes da Constituição de 1937. Economicamente, a luta contra a inflação trazia a recusa de uma política econômica oposta a qualquer forma prematura de distributivismo.

Pouco tempo decorrido da vitória, verificou-se que não se tratava de mais uma intervenção militar como as da 4.^a República. Os militares decidiram assumir o poder a fim de cumprir a tarefa que se traçaram. Já não seriam o "poder fiscalizador", mas o poder governante. Patenteou-se o caráter "revolucionário" da intervenção, embora uma revolução *a posteriori*, ou seja, que assumiu esse aspecto depois do triunfo das armas. Empregamos a palavra "revolução" no seu sentido neutro e restrito, que a define como a subida ao poder por meios não previstos na Constituição, ao contrário do con-

ceito valorativo de revolução, sustentado pelos marxistas e liberais.⁶ O Movimento passou a modificar a estrutura jurídica do País, fazendo uso do Poder Constituinte, cujo exercício, aos olhos do jurista, caracteriza o fenómeno revolucionário. Esse exercício tem-se reativado intermitentemente, mesmo depois de promulgada a Constituição de 1967, que se imaginava seria o instrumento de institucionalização definitiva da Revolução. Em 1969, uma Emenda refundiu aquela Constituição, dando-lhe mais rigidez, e incorporando o Ato Institucional n.º 5, que concede ao Presidente da República poderes para suspender direitos políticos, ao mesmo tempo que mantém em suspenso as garantias do Poder Judiciário e do funcionalismo público. Desse modo, a Constituição que, em si mesma, já é um instrumento de governo suficientemente forte, vale enquanto o Presidente da República não decidir usar essas atribuições excepcionais, o que equivale a dizer enquanto não se decidir a exercer o Poder Constituinte revolucionário.

Em 1965, foram extintos os partidos políticos e, posteriormente, criados dois: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que é o partido oficial, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que é a oposição sem carácter contestatário do regime. O sistema político assemelha-se ao mexicano, que deve ter sido o principal modelo inspirador, com a diferença de que o México, além de civil, já firmou, há muito tempo, as suas bases institucionais. Entre nós, a liderança mestra está entregue aos militares, característica que não deixa nenhuma dúvida depois de o Vice Presidente da República civil Dr. Pedro Aleixo ser impedido e assumir a presidência da República, quando do afastamento, por doença, do Presidente General Costa e Silva.

As metas propostas pelo Governo vêm sendo cumpridas. Graças a uma programação gradualista de combate à infla-

6. Para os marxistas, a revolução é a substituição de uma classe por outra no poder. Para os liberais, presos ao modelo da Revolução Francesa de 1789, toda revolução é libertária.

ção, esta se vem reduzindo, enquanto medidas de austeridade lutam contra a corrupção, que não se pode extinguir de todo em nenhum regime, pois não existe política capaz de garantir completa assepsia moral. Um arsenal de meios repressivos e preventivos praticamente exterminou a subversão e o terrorismo, sendo que este último jamais atingiu o grau alcançado no Uruguai, Argentina, Venezuela e Bolívia.

Sobretudo os atos punitivos contra os adversários do regime deterioraram muito a imagem política do País no Exterior, através de uma propaganda alimentada principalmente pelos exilados, os liberais e a esquerda internacional. Internamente, esses fatos geraram desentendimentos com a segunda força em organização depois das corporações armadas, a Igreja, hoje bastante debilitada pelas suas divisões internas. A divergência de parte do clero era não só por causa das medidas repressivas mas também por causa da política econômica, uma vez que a Igreja preconiza uma orientação distributiva. Os estudantes também demonstraram oposição à nova política. Todavia, apesar da apatia política reinante e da ausência de participação popular, deve-se reconhecer que o Governo tem conquistado certa popularidade e adesão até de alguns setores universitários. Para isso concorreram sobretudo os seus êxitos econômicos a partir de 1968, que deram margem a se falar, com certa hipérbole, no "milagre brasileiro". Internamente, isso despertou uma onda de euforia; e, externamente, melhorou, com o aumento de confiança, a imagem do Brasil no Exterior. A proporção que as metas iniciais do Governo eram alcançadas, a Revolução passava para uma política de desenvolvimento econômico, que relegou a segundo plano os outros objetivos. O desenvolvimento, agora sem inflação — ou mais exatamente, com desinflação — reassumiu o cunho de ideologia dominante.

A ela se subordinam os demais problemas, inclusive o institucional, cuja indagação maior é o do restabelecimento pleno das instituições democráticas. Segundo alguns, a sociedade aberta somente deve vir quando atingido o nível com-

patível de desenvolvimento econômico. Isso torna incerta a solução do problema político, pela vaguedade do grau de desenvolvimento que levaria a tal resultado e pela incerteza da época em que esse grau seria atingido. O certo, entretanto, é que, nestes nove anos, o regime se tem endurecido institucionalmente, robustecendo-se sempre a liderança do Executivo federal e cerceando — senão anulando — o diálogo político. A crença de que a estabilidade política é essencial ao desenvolvimento econômico também faz perdurar o regime de exceção. Outro fator que trabalha no mesmo sentido é a crise de um pensamento liberal renovado, entre nós, especialmente entre a juventude. Os moços mais ativos propendem, na maioria, para a esquerda, e a minoria para a direita, ambas as fações defendendo regimes liberticidas.

Por outro lado, as esperanças de um retorno democrático prendem-se aos seguintes fatos: as origens antiditatoriais da Revolução, como já explicado; as declarações de todos os Presidentes da República pelo restabelecimento democrático; a inclusão do regime democrático entre os "objetivos nacionais permanentes" (ONP) pela Escola Superior de Guerra, o principal centro de teorização do atual sistema de governo; a ampliação do alistamento eleitoral, apesar da letargia política. O Código Eleitoral de 1965 tornou obrigatório o voto para todas as mulheres, e não apenas, como sucedia no anterior, para as que fossem funcionárias públicas ou exercessem profissões lucrativas. A Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, com o duplo objetivo de estimular o alistamento e a alfabetização (uma vez que os analfabetos não votam no Brasil), tornou a representação parlamentar proporcional ao eleitorado e não à população. Em 1972, o eleitorado havia subido para 32.856.790,⁷ o que representa 33,24% da população. Em 1963, ano anterior à Revolução, como já visto, o eleitorado correspondia a 23,94% da população. Tudo leva a

7. Convém ter presente que as cifras do eleitorado são inflacionadas por falta de atualização que exclua os mortos e evite, com rigor, a duplicação de eleitores transferidos.

crer, porém, que esse aumento do eleitorado é mero fruto do voto obrigatório.

A Política Externa

Em outro trabalho,⁸ dividimos em três as fases de nossa política exterior, dando-lhes as seguintes denominações: 1.^a) a diplomacia territorial, que também poderíamos chamar a diplomacia geográfica; 2.^a) a iniciação intercontinental; 3.^a) o aprendizado para potência mundial.

A primeira fase vai até 1917, e sua preocupação dominante é ampliar as nossas dimensões territoriais e fixar as fronteiras. Podia dizer-se que essa longa etapa precede a própria descoberta do Brasil. Ter-se-ia iniciado, por assim dizer, em 1494, quando Portugal assinou com a Espanha o Tratado de Tordesilhas, que fixava, como possessões portuguesas, as terras descobertas por aquele País até 370 léguas a oeste do Cabo Verde, e não até 100 léguas, como havia estabelecido a Bula *Inter Coetera* do ano anterior. Os colonizadores portugueses não respeitaram sequer o meridiano de Tordesilhas. Ultrapassaram-no de muito em sua penetração no território da Colônia, graças sobretudo à ação dos bandeirantes. A União das coroas espanhola e portuguesa (1580-1640) facilitou esse trabalho de expansão, porque, durante esse período, não existia a preocupação sobre limites entre colônias sujeitas ao mesmo monarca, embora as metrópoles tivessem preservado, nominalmente, a sua soberania, sob a forma de uma pseudo-união pessoal. No século seguinte, as lindes entre as colônias espanholas e portuguesas foram traçadas segundo o princípio do *uti possidetis*, no Tratado de Madrid, de 1750. Com esse tratado, fixam-se as linhas mais ou menos definitivas dos contornos do Brasil, salvo alguns pequenos reajustamentos posteriores e a anexação do Acre, no começo do século XX.

8. "The Foreign Policy of Brazil", na obra coletiva *Foreign Policies in a World of Change*, Harper & Row, N. York, 1963.

No Império, as principais diretrizes da nossa política externa foram a fixação dos nossos limites e a garantia de um equilíbrio de poder com os vizinhos, sobretudo os do Sul. Isso motivou as quatro guerras do Brasil monárquico; as únicas que travamos neste Continente. Todas elas tiveram o Uruguai, pelo menos inicialmente, como o pomo da discórdia: as três guerras contra a Argentina, de 1825, 1851 e 1864; e a Guerra do Paraguai (1864-1870), o mais longo conflito da história sul-americana.

A diplomacia territorial tem a sua fase mais brilhante durante a gestão do nosso mais famoso Ministro do Exterior, o Barão do Rio Branco, que foi também a personagem que, em nossa história, ocupou por mais tempo esse posto (1902-1912). Em sua administração, foram resolvidos muitos problemas de fronteira e feita, por Tratado, a anexação do Acre. Como resultado de sua ação, somaram-se mais 200.000 km² ao nosso território.

A segunda fase de nossa política externa vai de 1917 a 1945. Denominamo-la de iniciação intercontinental porque o Brasil participa das 2 Guerras Mundiais. Na primeira, sua presença é em escala muito limitada. Na segunda, o Brasil não só permite a utilização do seu território — especialmente a base de Natal — como trampolim para a invasão da África do Norte pelas tropas norte-americanas, mas também envia uma Força Expedicionária para a Itália a fim de combater as hostes nazi-fascistas.

A terceira fase, o aprendizado de potência mundial, é a atual, e se inicia com o término da 2.^a Guerra Mundial. Contribuem para ela a participação nesse conflito, e a nossa expansão econômica. Até 1964, a política externa ocupou grande extensão dos debates públicos, por vezes sob forma exaltada. Uma das preocupações dominantes dos mais radicais era fazer a clivagem das forças políticas entre "nacionalistas" e "entreguistas". Mas o esforço não teve êxito, em face da dissolução do caráter polêmico da distinção, — essencial para servir de divisor de águas político. Todos se declaravam nacionalistas nos comícios eleitorais. Assim, diante da

impossibilidade de definir exatamente o autêntico nacionalismo, entre as várias versões apresentadas, nenhuma agremiação pode monopolizar essa bandeira. Se algum grupo conseguisse tal monopólio, obteria uma força política incontrastável, capaz de assegurar-lhe até a ditadura.

Com o Movimento de 1964 não se interrompeu a terceira fase de nossa política. Quando muito, verifica-se uma mudança de estilo, no sentido de tornar a nossa política externa mais pragmática. Como a política interna, a externa está voltada, agora, predominantemente, para o alvo do desenvolvimento econômico. Seus objetivos são, ao mesmo tempo, de ordem militar, política e econômica. Em todos esses campos, o Brasil esforça-se por desempenhar um papel cada vez menos secundário, ansiando por apressar o dia em que será um dos protagonistas na cena internacional.

Militarmente, tem-se em mira a condição de potência mundial, quando menos, para o futuro mais próximo, o de potência média, que confira maior segurança ao País e o torne menos vulnerável ao jogo mutável das forças internacionais. Politicamente, o Brasil procura ser mais ouvido nas decisões mundiais. Economicamente, desejamos maior participação no comércio internacional ou, em termos mais claros, queremos dispor, cada vez mais, de mercados externos.

Prolongam-se e reforçam-se em tudo isso as linhas de nossa política exterior que vêm desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e cujas diretrizes principais poderiam ser assim resumidas: posição mais saliente na América Latina; manutenção de relações comerciais, ou mesmo de relações diplomáticas, com todas as nações que interessem à nossa economia, independentemente de considerações ideológicas; anticolonialismo e defesa do princípio da autodeterminação dos povos; atitude anti-racista que nos facilita especialmente as relações com os povos da África e Ásia.

No Governo Castelo Branco, essa continuidade de nossa política exterior não se tornou muito visível, por um conjunto de circunstâncias. A administração foi absorvida com os grandes problemas internos, representados, principalmente,

pelo combate à desenfreada inflação e pelas operações punitivas contra os adversários do Movimento de 1964. Como o Movimento foi muito influenciado pelo clima da guerra fria, enfileirou-se logo com o bloco ocidental e, de modo mais ostensivo, com o país líder desse bloco, os Estados Unidos. Essa dupla preocupação econômico-financeira e política acentuou a nossa vinculação com os Estados Unidos. Os interesses eram recíprocos. O Brasil, que assumira uma decidida posição contra a subversão marxista, desejava créditos e auxílios externos, a fim de sanear a sua moeda, que atingira os mais altos índices de desvalorização de nossa história. A América do Norte, por seu turno, estava interessada no apoio político da maior nação da América Latina, sobretudo depois do tumultuoso e ideologicamente desnorteado Governo João Goulart. Talvez a maior recompensa então recebida pelos Estados Unidos tenha sido a aceitação, por parte do Brasil, do comando da Força Interamericana de Paz, que substituiu a intervenção unilateral daquele país, em 1965, na República Dominicana. Tudo isso, porém, aumentava a impopularidade que já cercava os Estados Unidos em certos setores da opinião brasileira. Ao mesmo tempo, o desagrado popular da administração castelista se reforçava com esse aspecto de sua política externa. As correntes políticas mais radicais consideravam-na pouco nacionalista. O apodo de "entreguista", tão em moda até pouco antes, ser-lhe-ia, sem dúvida aplicado, caso houvesse maior liberdade de discussão, embora o seu passado e a condição de figura representativa das Forças Armadas o elevassem acima de qualquer suspeita dessa espécie.

Hoje podemos ver que não houve solução de continuidade nos rumos que, há um quarto de século, vimos tentando nas relações internacionais, com maior ou menor controvérsia. As condições internas do último quinquênio, em especial as condições econômicas, forneceram bases de maior solidez para uma política externa mais desenvolta e mais vigorosa. Impulsionado novamente o ritmo do nosso desenvolvimento eco-

nômico, firmou-se a convicção de que esse não se podia estribar, apenas, no processo de substituição de importações, mas necessita apolar-se também na ampliação do mercado dentro e fora de nossas fronteiras. A conquista de mercados estrangeiros, inclusive para a nossa crescente produção industrial é, assim, a mola mestra de nossa política exterior, com maior razão hoje do que quando, em passado recente, o tema era mais vocalizado, geralmente como complementação de orquestração política interna.

Nossa política externa tornou-se mais pragmática e, conseqüentemente, muito menos ideológica. É verdade que toda ela, como, de resto, sucede com toda a política interna, é feita com quase nenhuma participação popular. Mas, se esta existisse, cremos que não se distanciaria muito da orientação oficial. Pensamos, pois, que o Governo representa a opinião dominante em política exterior, embora não se tenha preocupado em auscultá-la. Cresce o número dos elementos concordantes. Ao apoio dos exportadores dos produtos agrícolas tradicionais, soma-se o dos pecuaristas, com as perspectivas de exportação de carne. O empresariado industrial, que começa a adquirir uma agressividade inusitada no domínio da exportação, sente-se como um co-participante da política de conquista de novos mercados para os artigos manufaturados. Mesmo os trabalhadores e as classes médias, sobretudo a formada de técnicos e administradores, vêem, na saída do País de mercadorias com a etiqueta "made in Brasil", não só um motivo de ufanía nacionalista, mas também a possibilidade de mais empregos e melhores salários.

Por essas razões, quando o Presidente Médici foi o único Chefe de Estado da América Latina convidado para consultas pelo Presidente Nixon, antes que este empreendesse as históricas visitas à China comunista e à Rússia, não houve apenas uma promoção para o Governo. O povo também se rejubilou com o acontecimento.

Essa ascensão brasileira no campo internacional, deserta, naturalmente, ciúmes, susceptibilidades e até certas

desconfianças entre os países latino-americanos. Suspeitam alguns que o Brasil, por força de sua expansão econômica, tenta os primeiros passos de uma política imperialista. Por isso, quando Nixon afirmou que, para onde pendesse o Brasil, penderia a América Latina, não deixou de provocar dúvidas quanto à sua intenção: se era de fazer uma homenagem ou a de instilar um maquiavélico sentido divisionista.

Enquanto isso, a nossa diplomacia mostrava-se mais interessada em atos do que em palavras. Antes da ida do Presidente Médici, em dezembro de 1971, a Washington, nosso Ministro do Exterior já havia visitado cinco países da América Central e agora, em 1972, peregrina por oito nações do Oeste africano. Não são visitas apenas protocolares. Além dos acordos de cooperação cultural, procura-se assinar tratados comerciais. A esta altura, Gibson Barbosa já deve ter conquistado o título do mais itinerante dos nossos Ministros do Exterior.

E não só o Ministro do Exterior trabalha naquele sentido. Outros órgãos do Governo e empresas estatais e privadas agem em sincronia. O Ministro da Fazenda faz suas andanças pelo Exterior, abrindo agências do Banco do Brasil, obtendo créditos ou mostrando as vantagens de investimentos em nosso País. A Petrobrás busca concessões para a exploração ou distribuição de petróleo e derivados. O Lloyd é chamado para novas linhas de navegação, enquanto a aviação particular projeta novas rotas aéreas. Nunca o Brasil se voltou para fora como hoje, e só nos dias de Rio Branco o Ministério do Exterior esteve tão ativo como atualmente. Com Rio Branco, culminava a fase de política externa que apelidamos de "diplomacia territorial". Agora estamos vivendo uma "diplomacia econômica".

A Vida Econômica

Seguindo a linguagem esquemática aqui adotada, pode-se simplificar em duas as fases da nossa economia: a agrícola

e extrativa; e a da industrialização. A primeira vem desde a Colônia e cobre quase toda a nossa história.

A industrialização é recente, tornando-se visível depois da Segunda Guerra Mundial, particularmente a partir da segunda metade da década de 1950. Então, ela se confunde estreitamente com a política desenvolvimentista ou é tida como sua mola mestra. Mais uma vez, não se devem tomar essas etapas como excludentes de características de períodos anteriores. Também não se podem fixar datas certas para cada estágio ou ciclo, pois não devemos esquecer os respectivos lapsos de gestação. Isso é verdade sobretudo para a industrialização.

Como fomos, até recentemente, uma sociedade agrária, esse traço é o principal responsável pela morosidade do nosso processo histórico. Via-se essa característica, como uma predestinação natural do nosso País. Tal foi a origem da noção de "país essencialmente agrícola", a nossa mais pertinaz ideologia econômica. Ainda em 1914, um escritor, que se preocupava em despertar o senso das chamadas "realidades nacionais", nos apontava um ideal fisiocrático, nestas palavras: "O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos".⁹

Partindo da Colônia, nossa história econômica se divide no que se chamou de ciclos: o do pau-brasil, o do açúcar, o do ouro e das pedras preciosas, e o ciclo pastoril. Este ainda vigora até hoje. O mesmo se diga do ciclo do açúcar, embora não mais como atividade dominante. O do café se inicia por volta de 1832, e o seu cultivo ainda perdura como primeiro produto agrícola. Há também ciclos secundários, o mais conhecido dos quais foi o da borracha, que proporcionou uma fugaz prosperidade econômica à Amazônia.

9. ALBERTO TORRES, *O Problema Nacional Brasileiro*, Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 3.^a ed., 1936, p. 214.

Não se deve esquecer a ampla agricultura de subsistência, vigente até os nossos dias, e cuja falta de contabilização contribui para diminuir as cifras de nossa produção agrícola. Mas os produtos mais importantes se destinavam ao comércio exterior, tornando a nossa economia altamente dependente das flutuações do mercado internacional. Por isso, antes mesmo do recente impulso industrial, já nos preocupávamos com a diversificação da pauta de exportação. O êxito nessa aspiração só veio, porém, depois de 1964. Assim, no ano de 1964, o café ainda representava mais de metade de nossas exportações (53,1%), caindo para 34,2% em 1971.¹⁰

A marcha para a industrialização tem lenta elaboração. Engatinha depois da segunda metade do século passado e toma impulso com os acontecimentos que dificultaram a entrada de artigos do Exterior: a Primeira Guerra Mundial, a queda da Bolsa de Nova Iorque (1929), a Segunda Guerra Mundial. Todavia, até então (excetuada a instalação da usina siderúrgica de Volta Redonda), o estímulo industrial quase que se limita às indústrias de alimentação e vestuário. Depois da Segunda Guerra Mundial, entrariamos na onda desenvolvimentista que se espalha por quase todo o Mundo subdesenvolvido. Para esse, a industrialização é não só equivalente de prestígio político, mas também o fator mais dinâmico do desenvolvimento. Seus marcos sucessivos mais salientes são a implantação de Volta Redonda (ainda durante o Segundo Conflito Mundial), a criação da Petrobrás, a indústria automobilística, a construção naval, as grandes obras de infraestrutura, como as rodovias e as barragens hidro-elétricas. Impulsiona-se o fabrico de bens duráveis de consumo, cuja produção hoje já é quase toda nacional. Uma primeira fase da industrialização, que vai até o começo da década de 1960, adota o modelo de substituição de importação. Depois disso, inicia-se o esforço pela ampliação do mercado interno e pela conquista de mercados internacionais. Estes estão, hoje, bem

10. Em 1952, o ano de pós-guerra de maior participação do café em nossa balança comercial, a sua representação foi de 73,71%.

mais diversificados. Em 1957, os Estados Unidos eram o nosso principal comprador, absorvendo 47,34% de nossas exportações. Em 1971, essa cifra baixou para 26,17%, inferior, pois, à do Mercado Comum Europeu, que foi de 27,33%.

O primeiro surto brilhante de industrialização, o do Governo Juscelino Kubitschek, é associado com a inflação. O segundo (depois de um período de recessão) se combina com o combate à inflação. Desde 1968 abre-se a fase chamada do "milagre brasileiro", no qual, até o presente, o produto interno bruto cresce a uma taxa anual superior a 9%.

Outros indicadores mostram a mesma tendência industrializante. No censo de 1960, a população rural ainda representava mais de metade da do país (54,9%). Em 1970, a população urbana passou a predominar (55,8%), prevendo-se que se eleve a 63,7% em 1980.¹¹ O percentual da população ativa no campo também decresce: de 53,7% em 1960 para 44,3% em 1970. Por sua vez, os números referentes à indústria sobem: de 13,1% em 1960 para 17,8% em 1970. Se somarmos a essa última cifra a do pessoal ativo nos ramos dos serviços, os dois setores já empregam a maioria da nossa força de trabalho em 1970: 55,7%.

No ano do sesquicentenário da sua Independência, o Brasil pode apresentar alguns recordes em sua história econômica. A exportação atingiu 3.990 milhões de dólares, dos quais 1.134 milhões de dólares foram de produtos manufaturados e semimanufaturados (28,4%). O superavit no balanço de pagamentos subiu a 2,4 bilhões de dólares e as reservas cambiais a 4.123 milhões da mesma moeda.¹²

Os críticos apontam, porém, como notas negativas, o crescente endividamento externo (10.170 milhões de dólares, no fim do mesmo ano de 1972,¹³ as diferenças econô-

11. Anuário Estatístico do Brasil, 1962, IBGE, e Rev. Bras. de Estatística, n.º 129, IBGE.

12. Conjuntura Econômica, FGV, vol. 27, Fev. 1973.

13. Idem.

micas regionais e a concentração de renda. Para os economistas confiantes em nosso desenvolvimento, esses pontos não constituem verdadeiras sombras. Muitos os consideram meras conseqüências da própria expansão da economia. A dívida externa maior resulta da aumentada necessidade de importar a fim de manter o ritmo de desenvolvimento e modernizar a economia. As reservas de divisas, também em ascensão, o maior esforço de exportação e a manutenção do ritmo econômico garantiriam a capacidade de atender aos compromissos externos. As diferenças econômicas regionais se originariam da impossibilidade de um desenvolvimento geograficamente uniforme num País de dimensões continentais, e poderão ser corrigidas por planos do governo. A concentração de renda em alguns grupos e indivíduos proviria das naturais desigualdades de habilitação entre parcelas da população, que tenderiam a se atenuar com uma maior generalização da educação e mais extensa qualificação da mão-de-obra. Argumentam também que o padrão de vida, apesar da muita pobreza ainda reinante, cresceu em toda parte, tanto no campo como nas cidades. Sobretudo nas grandes cidades, onde, a olho nu, se pode notar uma crescente classe média que, auxiliada pelo crediário, lota o número sempre maior de novos apartamentos, compra carros e adquire uma gama de bens duráveis de consumo, — tudo isso privilégio, até há bem pouco, de uma reduzida minoria.

Os pontos mais débeis seriam outros, tais como: 1) a menor atenção dada à agricultura, que ainda conserva acentuado caráter tradicional; 2) a dependência em tecnologia, bem como a insuficiência e má distribuição de técnicos; 3) a falta de auto-suficiência em petróleo; 4) a necessidade de ainda importar trigo.

O primeiro aspecto pode ser sanado com um programa de aumento da modernização e expansão de agro-pecuária. A existência de muitas fronteiras agrícolas a explorar racionalmente facilitaria essa tarefa. Igual facilidade resultaria

do fato de possuírmos o 4.º rebanho bovino do Mundo em números absolutos, e o primeiro em termos relativos, ou seja, o de rês por habitante. A dependência tecnológica bem como a necessidade de elevar e distribuir melhor o número de técnicos (que se plantam nas grandes cidades) exigem, para sua correção, um adequado programa de educação e a correspondente política salarial. A escassez de petróleo demanda uma vigorosa busca de novas fontes desse produto ou de outros recursos energéticos. A insuficiente triticultura está incluída nas deficiências da agricultura e depende da modernização desta.

Por essa sùmula, devemos concluir que o Brasil não é um País industrializado, mas em industrialização, à procura de um desenvolvimento equilibrado, que lhe assegure uma harmoniosa fisionomia agro-industrial.

Depois dos esforços socializantes e estatistas de algumas parcelas da opinião pública, anteriores a 1964, o regime subsequente definiu o nosso sistema econômico como capitalista, transformando essa caracterização até em norma constitucional. Com efeito, a Constituição permite a intervenção no domínio econômico e o monopólio federal de determinada indústria ou atividade "quando indispensável por motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa" (Art. 163, que repete o § 8.º do art. 157 da redação originária da Constituição de 1967). Não obstante, devemos considerá-la uma economia mista,¹⁴ tendo em vista os planos e controles governamentais, o peso dos dispêndios públicos e o grande número de órgãos econômicos da administração indireta (sociedades de economia mista e empresas públicas).

14. No mesmo sentido Werner Baer: "O melhor modo de caracterizar a economia brasileira é considerá-la como uma economia mista baseada no mercado". *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil*, FGV, Rio, 1966, p. 78.

População

O primeiro dado a ressaltar sobre a população brasileira é o seu grande volume. Com a estimativa de 98.854.300 habitantes para 1972, ocupamos o sétimo lugar no Mundo.¹⁵ Se calcularmos em 4 milhões os nossos habitantes na época da Independência, teremos uma multiplicação por quase 25 vezes durante 150 anos. Considerando que o primeiro censo, em 1872, contou 9.930.478, teríamos decuplicado a população em um século. Até fins da década de 1920, contamos com o afluxo do exterior para o nosso crescimento populacional. Primeiro, foi a imigração forçada dos pretos escravos, que se estancou em 1850. Depois, a entrada de europeus, que, de 1851 a 1963, somaram 5.490.271, sendo as principais nacionalidades, por ordem decrescente, os portugueses, italianos, espanhóis, japoneses e alemães. Desde aquela época, porém, a contribuição de imigrantes é praticamente nula, tornando-s o nosso crescimento demográfico quase que puramente vegetativo. Depois da Segunda Guerra Mundial, o aumento de população se acelerou, graças à revolução sanitária e médica. O fenómeno provocou, especialmente no Mundo subdesenvolvido, forte "explosão populacional", porque as taxas de mortalidade decresceram rapidamente, e as de natalidade descenderam lentamente. Há um século (censo de 1872) tínhamos uma natalidade de 4,65% e uma mortalidade de 3,02%, dando, conseqüentemente, um crescimento vegetativo de 2,01%. No lapso até 1970, a natalidade diminuiu apenas de 0,88%, fixando-se em 3,77%, enquanto a mortalidade teve um decréscimo de 2,8%, passando para 0,94%. Por tanto, nosso índice de crescimento populacional é de 2,83%, um dos mais elevados do Mundo.

Em conseqüência da alta natalidade, nossa população é preponderantemente jovem. Mais de metade da população tem menos de 20 anos, sendo que 40% se acham na faixa

15. Antes da divisão do Paquistão, estávamos no 8.º lugar. Em nossa frente estão a China, Índia, URSS, Estados Unidos, Indonésia e Japão.

abaixo dos 15 anos. O número de dependentes é, assim, extremamente elevado, além de exigir um montante considerável nos investimentos chamados "demográficos", ou seja, na definição de Alfred Sauvy, investimentos que visam apenas a "manter o nível de vida anterior" ¹⁶ (habitação, escola, meios de produção, para os novos habitantes).

Em face da nossa extensão territorial, temos, contudo, uma baixa densidade demográfica: 11,18 habs. por km². Em virtude disso, existe no País uma polêmica populacional. Muitos se manifestam a favor do incremento da natalidade como medida de povoamento e de segurança nacional. Todavia, a alta natalidade não assegurará o enchimento dos nossos vazios demográficos, mas o incremento do êxodo rural, tornando o crescimento das grandes cidades mais explosivo ainda. A segurança nacional depende, com a guerra moderna, mais da tecnologia militar e da qualidade do soldado (saúdável, bem nutrido e bem educado) do que da sua quantidade. Deve-se acrescentar que o planejamento familiar voluntário já existe no Brasil, através do uso de medidas anticoncepcionais pelos casais de classe média para cima. Os pobres, justamente os mais prolíficos e mais necessitados de restringir a prole, é que não usam de tais medidas, por falta de recursos econômicos. É, pois, uma inversão inigualitária do planejamento familiar. Essa desigualdade, aliás, vem desde *Malthus*, cujos conselhos se dirigiam preferentemente aos pobres, mas foram seguidos só pelos ricos, com a preocupação de manter o seu *status* econômico e social. Para os nossos pobres, sobretudo os citadinos, a diminuição dos filhos é feita pelo método primitivo e perigoso do aborto, cujo número anual se calcula em 1.500.000.

Durante quase toda a nossa história, a política populacional foi fortemente pró-natalista, pelos motivos sabidos: alta taxa de mortalidade, necessidade de povoamento, e tecnologia rudimentar, carente de mão-de-obra numerosa. De-

16. *Malthus et les Deux Marx*, Ed. Gonthier, Paris, 1963, p. 171.

prios de 1964, entretanto, já não se pode dizer que essa política continua. O Governo Castelo Branco revogou algumas medidas de estímulo (platônico) à natalidade, como o adicional sobre o imposto de renda para os solteiros de mais de 25 anos (15%), para os casais sem filho (10%) e os casais de mais de 45 anos, com 1 filho apenas (5%). O Presidente Médici reconheceu de utilidade pública a Associação de Bem-Estar Familiar (Benfam),¹⁷ filiada à Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPFE). O Governo apenas não oficializou uma política que permita, por meios econômicos e educacionais, um acesso das camadas mais pobres aos processos anticoncepcionais. Pela declaração do Ministro Delfim Neto de que a taxa de natalidade baixará naturalmente pela urbanização decorrente da industrialização, chamamos a atual política de desaceleração da natalidade de "espontaneísta".

A Estratificação Social

Desde a Colônia, nossa estratificação social foi complexa, com um misto de casta, estamento e classe. Pela categoria de casta, os homens estavam divididos em livres e escravos. Os livres se subdividiam nos estamentos de nobres (a nobreza reinol de sangue), os clérigos e os não nobres. Entre estes últimos estavam os comerciantes, pequenos proprietários, artífices e agregados. Os grandes senhores territoriais sem nobreza de sangue constituíam uma espécie de nobreza de fato.

Esse quadro perdurou, em linhas gerais, depois do Brasil independente até a abolição da escravatura. As modificações principais foram: a extinção da nobreza de sangue, substituída pela aristocracia de títulos apenas; e o lento crescimento de uma classe média urbana, formada de profissionais liberais, funcionários públicos e comerciantes médios.

17. Decreto 66.514, de 15 de abril de 1971.

Com a República, essa classe média adquire mais volume, embora continue moroso o aumento de suas fileiras, até o surto industrial de após a Segunda Guerra Mundial. Depois desta há mudanças na posição das várias camadas da burguesia, pois os proprietários territoriais são sobrepujados em importância econômica e social pelos industriais e banqueiros. A classe média não só cresceu em número mas adquiriu elementos de outro estilo, representados pelos novos técnicos e pelos dirigentes de empresas privadas e estaduais. Os cálculos sobre os diferentes grupos da população segundo a renda são muito imprecisos.¹⁸ Sabe-se com certeza que a estrutura de nossa estratificação social, como a de todo país pouco desenvolvido, tem a forma de uma pirâmide com base muito ampla, cujo vértice se alonga em ponta muito fina a partir de pouca altura. Se for mantido o ritmo de industrialização, porém, o aspecto de um funil invertido se modificará, convertendo-se aos poucos na figura correspondente à estratificação social das nações desenvolvidas, tomando a forma de um bujão, com pequena base e pequena parte superior, enquanto entre elas se alargará o segmento intermediário. Ademais, as barreiras entre as camadas sociais jamais foram muito rígidas apesar do caráter hierarquizado da sociedade. Por isso falharam os esforços dos marxistas para criar uma pugnaz consciência de classe entre o operariado urbano e, ainda mais, entre o campesinato.

Existe certa correspondência (mas não completa coincidência) entre a escala cromática dos indivíduos e sua posição na hierarquia econômica, social e política. A medida que

18. Um indicador, embora imperfeito, da ampliação da camada com certo poder aquisitivo pode ser visto no número de declarações de rendimentos de pessoas físicas. Em 1961, o total de indivíduos contribuintes do imposto de renda foi apenas 116.179, tendo subido para 8.174.861 em 1971. Houve uma multiplicação por 70. O índice é grosseiro porque, em face de modificação legal, nem todos que são obrigados a declarar a renda pagam esse tributo. Mas, mesmo esses devem ter requisitos mínimos de propriedade, ainda que seja a posse de um carro. Em compensação há outro contingente que não apresenta declaração, o dos que auferem renda apenas de títulos ao portador não identificados. (Dados do *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, Anos de 1962 e 1972).

subimos os degraus desta, vão diminuindo as pessoas de pele mais escura.

Raças e Relações Raciais

Pelo que já foi dito, verifica-se que a população brasileira é multiracial, compreendendo representantes de todos os continentes, com exceção da Oceania. Entre as diversas etnias e nacionalidades processou-se e continua processando-se ampla mestiçagem. Não obstante, o Brasil tem a rara vantagem de não possuir minorias nacionais e lingüísticas, nem no sentido jurídico (como o definido na antiga Liga das Nações) nem no sentido sociológico (de insulamento e criação de problemas sociais).

Não é exato, porém, que não tenhamos preconceito racial. A definição do Brasil como uma "democracia racial" é, pois, uma idealização, e não uma descrição da realidade. O preconceito existe, confirmado tanto pelos que se sentem atingidos por ele, como pelos que (geralmente à boca pequena) confessam possuí-lo. Todos os estudiosos sérios que se debruçaram sobre o problema chegaram à mesma conclusão. Aliás, se não existisse o preconceito seria desnecessária a repressão legal de práticas inspiradas por ele.¹⁹ Um preconceito de menor porte é o anti-semitismo, por isso pouco tratado. Os estudos se ocupam mais do preconceito em relação às pessoas de pele escura. No particular, é mais acertado falar de preconceito de cor do que de preconceito de "raça". Há quem considere que o preconceito é mais de classe, seguindo o velho ditado brasileiro de que "branco pobre é preto; preto rico é branco". A tese não é, porém, exata, embora seja verdade que o êxito econômico ou social do indivíduo contribua para "branqueá-lo" de certo modo. Há uma atenuação do preconceito, mas não uma anulação.

19. A chamada Lei Afonso Arinos, Lei n.º 1.390, de 3 de julho de 1951.

A experiência mostra que existe uma verdadeira escala cromática de classificação dos indivíduos, sutil e sofisticada. De cima para baixo, teríamos, de modo geral, a seguinte graduação, sujeita a algumas diferenças subjetivas de avaliação: branco fino, branco, moreno, branco da terra, mulato claro, caboclo, sarará, mulato escuro, preto, preto retinto. Quanto mais o indivíduo se aproxima do tipo europeu, maiores as facilidades que encontra na sociedade, e vice-versa: quanto mais escura a cor da pele, maiores obstáculos enfrentará na competição social.

Deve-se distinguir o preconceito racial da discriminação e da segregação. O preconceito é uma questão de foro íntimo e pode ser confessado ou não. Já a discriminação e a segregação são atos externos. Embora em escala relativamente pequena (em confronto com outros países), a discriminação existe em alguns clubes sociais e empregos de certa categoria. A segregação só existe circunstancialmente, com caráter voluntário, em bairros de grande densidade de pessoas de cor ou praias por elas freqüentadas. Quando estes locais ficam assim marcados, os brancos mais "granfinos" evitam freqüentá-los. Não temos, porém, exemplos de motins raciais.

Tem-se levantado o problema se o preconceito de cor não tenderá a crescer quando a competição social se aguçar mais. Qualquer tentativa de resposta, por enquanto, seria um exercício de profecia. Podem-se indicar apenas alguns fatores que possibilitarão afastar esse perigo. Em primeiro lugar, estaria o crescente "embranquecimento" da população, que dissolveria o problema. O "branqueamento" resulta do estancamento, desde 1950, de imigrantes pretos; dos casamentos inter-raciais, mais freqüentes nas camadas de baixa renda; na menor fecundidade da mulher preta; na maior mortalidade, sobretudo a infantil, entre as pessoas mais escuras que são, geralmente, também mais pobres. Por outro lado, no passado, o preconceito, com a discriminação e até a segregação, era mais forte. Não faz muito tempo que as pessoas de cor eram excluídas de algumas funções públicas (como a

carreira diplomática e a Marinha) e até de ordens religiosas. A lei que considera contravenção os atos discriminatórios baseados em preconceito de cor poderá também ter um efeito preventivo. Por fim, a ideologia da "democracia racial", cultivada tanto para uso interno como externo (para uma maior aproximação com a África Negra), age no mesmo sentido. Os órgãos de comunicação, inspirados nesse ideal, estigmatizam clamorosamente as pessoas denunciadas de atitudes "racistas".

Outras Mudanças do Povo Brasileiro

Existe também uma mudança somática no brasileiro, a exigir maior estudo dos antropólogos: o aumento de sua estatura. Basta contemplar qualquer multidão para notar o grande número de pessoas altas. Elas aparecem em todas as cores do nosso espectro étnico. Entre brancos, pretos, mulatos e demais mestiços. Estamos, pois, em via de dissipar um dos complexos de inferioridade do brasileiro em geral, motivado pela pequena estatura em comparação com a dos estrangeiros, e o mesmo complexo dos nortistas em confronto com o porte dos sulistas. No futuro, até os cearenses e os paraibanos não precisarão levantar muito a cabeça para encarar os seus patrícios de outras plagas. Além de mais alto, o brasileiro está ficando mais belo, menos raquítico, mais amigo das praias e mais aficionado da prática dos esportes. Numa palavra, está mais saudável, apesar das humilhantes endemias, como a doença de Chagas, a esquistossomose e outras verminoses.

Socialmente, o povo brasileiro está com muito maior mobilidade. Em primeiro lugar, é evidente o aumento do que os sociólogos chamam mobilidade horizontal. O brasileiro movimenta-se cada vez mais dentro do território nacional. A cada dia, maior número de indivíduos vive fora do seu rincão natal. E todos circulam mais do que antes pelo Brasil afora em viagens comerciais ou turísticas. Tudo isso representa novo fator

para homogeneizar a nossa população, tanto étnica como culturalmente, através de variados cruzamentos e do intercâmbio de diferentes costumes, idéias e maneiras. Deve-se esperar como resultado maior integração nacional e mais forte espírito nacionalista. — Mas, ao lado dessa mobilidade geográfica, incrementa-se a chamada mobilidade vertical. Muita gente vai ascendendo na escala social. A classe média amplia-se com novas profissões técnicas e com os setores altos e médios da burocracia estatal ou das grandes empresas, como já aludido.

Certamente, dos nossos 98 milhões de habitantes, muitos ainda vivem à margem da vida nacional. Começaremos a ser uma grande nação quando integrarmos todos eles no processo civilizatório, fazendo-os usar a tecnologia moderna; no processo econômico, incorporando-os à economia de mercado; e no processo educacional, dando-lhes, pelo menos, instrução básica.

ASSINE

"A DEFESA NACIONAL"

INFORMAÇÕES

1. AVALIAÇÃO DO S-TANK

O *S-Tank*, carro de combate principal do Exército Sueco, está sendo examinado em Fort Knox, Kentucky, pela *Comissão de Blindados e Engenharia do Exército*. O objetivo dos testes é determinar as características do *S-Tank* que poderiam ser aproveitadas nos futuros projetos, e avaliar a importância da mobilidade dos carros de combate no campo de batalha. O treinamento das tripulações do *S-Tank* está sendo conduzido em Fort Knox por representantes do Exército Sueco e da AB Bofors, seu fabricante.

(*Military Review*)

2. MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS

a) *Bélgica*

No ano passado, 170 mulheres-recrutas, a serem incorporadas ao Exército, Marinha e Aeronáutica da Bélgica, foram incluídas em um novo quadro das Forças Armadas desse país, chamada VCF (*Volontaires de Carrière Feminiines*). Podem candidatar-se ao serviço militar, cuja duração é de dois anos, as mulheres de nacionalidade belga, de 18 a 30 anos de idade.

(*TAM-Magazine des Armées*)

b) *Rodésia*

O Exército da Rodésia iniciou recentemente a incorporação de mulheres entre 18 a 50 anos de idade, que serão empregadas, sobretudo, no serviço de comunicações, nas bases aéreas e nos centros de informações.

(*Military Review*)

c) República Federal da Alemanha

O Ministro da Defesa da RFA recebeu as primeiras cinco médicas que ingressaram, como oficiais, no *Bundeswehr*. A nova política em vigor admite que mulheres sirvam como membros regulares das forças armadas no Serviço de Saúde (Corpo Médico) de cada força regular.

Até agora, mais de 100 doutoras já se inscreveram para a admissão nos Corpos Médicos.

(*Bundeswehr Aktuell*)

3. VEÍCULO AUSTRALIANO DE APOIO DE FOGO

O Exército australiano terminou recentemente as provas dos protótipos de um veículo de apoio de fogo (FSV). Este veículo é resultado da combinação da VBTP-M 113A1 (norte-americana) e da torre do *Scorpion* britânico. Os trabalhos correspondentes a essa adaptação foram projetados e realizados na Austrália.

O FSV deverá satisfazer às necessidades das unidades de cavalaria mecanizada que o atual M 113 A1 com a torre do *Saladin* não cobre completamente.

A montagem da torre do *Scorpion* na citada viatura permitiu conciliar diversas exigências: dispor de um máximo de órgãos comuns com a numerosa força de M 113 A1; proceder ao seu desenvolvimento em tempo muito mais curto; poder transportá-lo a bordo de aviões C-130 *Hércules*; conservar a possibilidade de apontar o canhão de 76 mm da torre, segundo um ângulo negativo; e, sobretudo, não prejudicar as qualidades anfíbias da VBTP básica por causa do aumento de peso.

O FSV estará provido de visores noturnos *Rank*, uma metralhadora coaxial de 7,62 mm, uma metralhadora de torre, um suporte de canhão, um equipamento anti-minas do tipo australiano e uma escotilha para o motorista, de abertura horizontal.

(*Revista Internacional de Defesa*)

4. TREINAMENTO DE TIRO COM SIMULADOR LASER

O Comando de Ensino e Doutrina do Exército dos EUA (TRADOC) está realizando testes com um dispositivo que ajudará a verificar a viabilidade do emprego do simulador a laser, futuramente, na instrução.

O *Sistema de Tiro de Precisão com o Fuzil dotado de Laser* consiste de um aparelho transmissor montado em um fuzil e de um aparelho receptor adaptado a uma variedade de alvos. Foi desenvolvido pelo *Instituto de Apoio ao Ensino do Exército dos EUA*, que contou com as facilidades proporcionadas pela *Agência de Serviços de Meios Auxiliares de Instrução*.

O transmissor *laser*, que é de baixo custo, acionado por bateria e que não causa danos aos olhos, é montado no cano de um fuzil M 16, real ou de matéria plástica, à frente da massa de mira. O receptor é uma adaptação conectada ao mecanismo de alvos móveis conhecido como *TRAINFIRE*. Sensores são colocados em alvos de silhueta comum ou em manequins e conectados a um receptor *laser*, o qual está ligado ao mecanismo dos alvos. O impulso *laser* partido do fuzil atinge o alvo, provocando um sinal que indica o impacto, o qual é assinalado em um registrador, para fim de contagem do escore.

Estandes de tiro a *laser* encontram-se em operação nos Fortes Jackson (Carolina do Sul) e McClellan (Alabama).

(*Military Review*)

5. GLAAD COMPLETA A FASE DE TESTES

Um teste bem sucedido, no campo, com o projeto de canhão para defesa aérea a baixa altitude (GLAAD), demonstrou sua capacidade para engajar e atingir alvos aéreos que manobram em alta velocidade.

A eficiência do projeto é atribuída ao avançado sistema de controle de tiro, o qual incorpora sensores óticos, infravermelhos e *laser*. Um computador digital é utilizado para local as posições do canhão e auxiliar o atirador a rastrear o alvo. Os sensores alimentam o computador com dados e este fornece os ângulos de direção e de elevação para atingir o alvo em qualquer ponto de sua trajetória. Esta é a primeira vez que um canhão americano se utiliza de um computador digital para o controle do tiro. A base para o teste foram dois canhões automáticos de 25 mm montados em uma viatura sobre lagarta. O projeto e a fabricação foram executados mediante contrato com a *Aeronutronic-Ford Corporation*.

(*Military Review*)

6. ENSINO ATRAVÉS DO COMPUTADOR

Defrontando-se com um custo anual de 7 bilhões de dólares em atividades de ensino, o Departamento da Defesa (DOD) está examinando de perto a possibilidade do emprego de computador para ensinar e treinar militares. A *Agência de Projetos de Pesquisa Avançada* do referido Departamento está estudando a viabilidade do ensino por meio de computador com dois objetivos principais: desenvolver uma base tecnológica acerca da utilização do computador para ministrar sessões do tipo palestra e discussão dirigida, e melhorar sua eficiência sem aumentar seus custos. Atualmente, cerca de dois milhões de homens em serviço ativo recebem treinamento cada ano em uma das 2.000 especialidades. Quinze a vinte por cento de todo o pessoal do DOD, em um dado momento, estão freqüentando um desses cursos.

Com o sistema de ensino baseado no computador, conhecido por *PLATO IV*, no momento disponível comercialmente, os estudos do DOD mostraram que o tempo destinado à instrução pode ser reduzido até 40%. Ainda mais, o *PLATO IV*, que foi desenvolvido parcialmente com o apoio do DOD, atingiu um tempo de resposta inferior a 0,5 segundo, com uma carga máxima de 500 estudantes e o aproveitamento de 96% da capacidade do computador. Infelizmente, o custo para a implantação ampla desse sistema no âmbito do DOD seria proibitivo no momento. Contudo, julga-se que o problema econômico poderá ser resolvido num futuro próximo.

(DMS Intelligence)

LIVROS

1. HUNTINGTON, Samuel P. — *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo, Editora Forense Universitária e Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 571 p.

Ao iniciar *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, Huntington apresenta a distinção que, para ele, é a essencial: politicamente, o que mais diferencia um país de outro não é a forma de governo, mas o seu grau de governo, ou seja, a distância que vai da ditadura à democracia é muito menor do que a existente entre a ordem e a desordem. Nesse sentido, ele pode afirmar que, embora Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética apresentem formas de governo muito diferentes, apresentam uma semelhança essencial, que os distingue da maioria das outras nações, do Leste ou do Oeste. Nesses países — diz Huntington — o governo governa.

Mas como se define essa ordem? O próprio Huntington enumera alguns de seus caracteres: instituições políticas fortes, adaptáveis e coesas; burocracias eficientes; partidos políticos bem organizados; grau elevado de participação popular nos assuntos públicos, sistemas viáveis de controle civil sobre os militares; extensa atividade e controle do governo sobre a economia; procedimentos eficazes para regular a sucessão e controlar o conflito político. E, antes de mais nada, o consenso da população e o respeito da legitimidade do sistema. São precisamente essas notas que faltam aos países em modernização, da Ásia, África e América Latina, que terminam por se tornar o objeto principal do estudo de Huntington. Por trás de suas carências de alimentos, educação, riqueza, renda, há outra, ainda maior em sua opinião: a inexistência de comunidade política e de governos que consigam reunir, a um só tempo, eficiência, autoridade e legitimidade.

O enorme volume de dados reunidos pelo professor de Harvard permite-lhe mostrar, com exemplos, o crescente afastamento entre os países em que impera a ordem política e os demais. Após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a evolução dos países asiáticos, africanos e latino-americanos caracterizou-se por conflitos étni-

cos e de classes, golpes de estado militares, domínio de instáveis líderes personalistas, corrupção generalizada, violação arbitrária dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Para Huntington, esses fatos têm uma explicação, que constitui a tese central do trabalho. Em sua opinião, constituiriam o produto da defasagem entre a rápida mudança social e a rápida mobilização de novos grupos, de um lado, e o lento desenvolvimento das instituições políticas, de outro. Urbanização, educação, implantação de meios de comunicação de massa ampliam a consciência política, incorporando à *nova vida* nacional segmentos da população que terão reivindicações a fazer. Mas essas modificações não implicam a criação de instituições políticas que permitam a absorção dos novos participantes e que substituam as antigas instituições colocadas em xeque.

A partir daí, Huntington analisa demoradamente a vida política das nações em modernização, abordando aspectos como a evolução dos sistemas tradicionais de governo, a ação revolucionária, o papel do campesinato, e firmando posições a respeito de uma série de temas atualmente em debate. Como a intervenção militar, por exemplo. Criticando uma série de cientistas sociais, afirma que as explicações de ordem militar não explicam as interferências das Forças Armadas no processo de governo: em sua opinião, essas intervenções constituem apenas uma manifestação específica de um fenômeno muito mais amplo, que é a politização geral das forças e instituições sociais. "Os países que possuem um exército político", diz ele, "têm também um clero político, universidades políticas, burocracias políticas, sindicatos políticos, corporações políticas". Ou seja, não se faz política dentro de padrões institucionalizados, mas sim em um jogo de forças em que, comumente, vence a batalha quem tem mais canhões. É o que Huntington chama de *sociedade pretoriana*, um tipo, entre vários outros, de sociedades em modernização.

De alguma forma, porém, as nações *modernizadas* chegaram a esse estágio. Huntington distingue três elementos nessa evolução: a racionalização da autoridade, a diferenciação das estruturas e a expansão da participação política. E é nesse ponto que o professor mostra justamente com sua preocupação de não se prender a exposições teóricas, descendo sempre a exemplos, que cada caso é um caso. Nos Estados Unidos, a expansão da participação popular se deu muito antes que na Europa, onde a racionalização da autoridade ocorreu em primeiro lugar. E nem por isso se pode afirmar que a modernização foi mais rápida em um dos continentes do que no outro.

Por isso mesmo torna-se impossível a Huntington prescrever uma receita infalível para a modernização das nações. Para ser bem suce-

dido na modernização, um sistema político deve ser, em primeiro lugar, capaz de inovar a própria política, promovendo reformas sociais e econômicas pela ação do estado. Mas os detentores do poder precisam ser orientados para isso. É assim que Huntington chega a seu *imperativo organizacional*: o fortalecimento das organizações voltadas para o poder, das quais o partido político constitui o melhor exemplo. O atual vácuo de poder e de autoridade existente em muitos países só temporariamente pode ser preenchido por uma liderança carismática ou pela força militar. Nessas condições a conclusão de Huntington não pode ser dissociada de um certo tom de advertência. Ou as elites estabelecidas entram em competição entre si para organizar as massas por intermédio do sistema político existente, diz ele, ou as elites dissidentes a organizam para derrubar esse sistema. Resta tornar o sistema político existente capaz de adaptar-se a esse imperativo pois, finaliza o professor, no mundo em modernização controla o futuro quem organiza sua política.

2. STEVENSON, William — *90 minutos em Entebbe, Operação Raio*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1976. 233 p.

O livro trata dos acontecimentos que envolveram o seqüestro do *Airbus*, da Air France, em 27 de junho do corrente ano, e que culminaram com o resgate de mais de 100 judeus e da tripulação do avião por comandos israelenses.

Começa narrando o dia 27, domingo, com a reunião dos seqüestradores no aeroporto de Atenas, cuidadosamente reconstituída pelo Autor, que já principia a esboçar as ligações internacionais destes. Valendo-se do diário de um passageiro, relata minuciosamente o seqüestro. Trata ainda, neste capítulo, das primeiras providências do governo israelense, desde que o rádio do *Airbus* silenciou. Para este, que desconhecia, ainda, as causas do silêncio do rádio do avião, uma das hipóteses era o seqüestro, caso em que a linha de ação referente ao retorno do avião a Tel Aviv ganha ênfase e requer providências imediatas.

No capítulo que se segue, são relatadas as ocorrências da noite de 27 para 28 de junho. As primeiras informações sobre o número, nacionalidade, armamento e possível destino dos terroristas são obtidas de passageira libertada em Bengazi. Nesta mesma noite o avião aterriza no seu destino, *Entebbe*, e os primeiros indícios do apelo do Presidente de Uganda aos terroristas começam a ser revelados. Israel inicia seus estudos para o caso de um possível resgate, selecionando uma região de apoio na África.

O livro segue esta linha geral, na sequência em que se verificaram os fatos, descrevendo de um lado, a atuação dos seqüestradores e de outro, as providências do governo israelense.

Como o leitor perceberá com facilidade, Israel tinha interesse na divulgação do episódio e fica claro que o Autor teve livre acesso às fontes de informações israelenses. Ora, como o tema central do livro são as ações do governo israelense nos acontecimentos, isso valoriza a obra, que trata com riqueza de detalhes todos os fatos ocorridos. Só isso tornaria o livro extremamente interessante, porém, o Autor entremeia sua narrativa com oportunos resumos biográficos dos principais líderes israelenses, bem como dos seqüestradores e terroristas, cuja liberdade aqueles exigem e inúmeras outras informações interessantes.

Enquanto dois planos vão tendo desenvolvimento em Israel, o *plano A — opção diplomática* e o *plano B — opção militar*, a narrativa segue seu curso normal e a tônica especial, até o Cap. 8, é dada ao envolvimento do governo de Uganda no episódio.

As ligações do Presidente Idi Amin com os terroristas são caracterizadas e as tentativas diplomáticas e todas as formas de pressão exercidas para persuadir o Presidente de Uganda a deixar de apoiar os seqüestradores são descritas. Neste particular, o Autor comenta uma série de ligações telefônicas entre o Cel Baruch Bar Lev, ex-chefe da missão militar israelense em Uganda e o Presidente Idi Amin. Três transcrições dessas conversas são apresentadas no final do livro e, particularmente, pela maneira com que o Cel Bar Lev, que bem conhece Idi Amin, o trata, permitem ao leitor concluir sobre a controvertida personalidade do Presidente de Uganda. É um dos pontos altos do livro. As razões do rompimento das relações entre Uganda e Israel são apresentadas e o Autor sugere, claramente, que Idi Amin é preso às decisões do Departamento de Pesquisa Estatal que, segundo Stevenson, foi organizado por assessores russos e composto de protegidos dos guerrilheiros palestinos.

A esta altura da narrativa, todos os seqüestrados haviam sido postos em liberdade, à exceção dos judeus e da tripulação do avião. Com a dilatação do prazo fatal pelos terroristas e as implicações políticas que o caso ia apresentando, Israel opta pelo *plano B — opção militar*, desencadeando a *Operação Raio*.

Do Cap. 9 ao Cap. 13, as implicações políticas do caso são complementadas, justificando a opção feita pelo governo israelense. A atuação da Somália em apoio aos membros da FPLP, organização dada como responsável pelo seqüestro, é demonstrada. As ligações de Uganda com a OLP são aventadas e Idi Amin é retratado como fan-

toche dessa organização. Os perigos que terroristas podem representar hoje, graças ao avanço tecnológico, é evidenciado, bem como o recelo de Israel que outros países criem coragem de apolar ostensivamente os terroristas, se nada for feito ou se a *Operação Raio* falhar. Nestes capítulos, aspectos interessantes são apresentados em relação à mecânica de trabalho do estado-maior israelense e o desdobramento da busca de informações que vão instruir o plano em andamento.

Do Cap. 14 aos Cap. 17 os detalhes do preparo da operação, material a ser utilizado, ensaios, planos de dissimulação, etc., são apresentados em minúcia. Finalmente nos Cap. 18 a 22, uma cuidadosa descrição da operação é feita, desde a saída de Israel até a recepção aos reféns e resgatadores, com todos os detalhes das ações em *Entebe*, uma patética ligação telefônica entre o Presidente Idi Amin e o Cel Bar Lev e o sepultamento do único militar israelense morto na operação concluem esses capítulos.

O livro apresenta ainda, na sua parte final, a transcrição dos debates ocorridos no Conselho de Segurança da ONU, de leitura obrigatória para a compreensão de todas implicações políticas do acontecimento.

O Autor vale-se em sua narrativa de linguagem jornalística e, em certos trechos, a leitura é até de difícil compreensão. Apesar disso, seja pela dinâmica do próprio episódio, seja pela riqueza das informações que contém, o livro prende a atenção do leitor do início ao fim.

O texto deixa bem claro os antagonismos e o jogo de interesses que estão por trás do episódio. Mostra como os terroristas, hoje, podem pôr em risco a própria paz mundial e como governantes de baixo nível cultural podem ser presa fácil de interesses internacionais, aumentando as incertezas e a insegurança do mundo contemporâneo. Destaca a importância das informações, sejam para as operações militares, sejam para a condução da segurança das nações.

No campo militar, o livro é particularmente interessante, não só pela minuciosa descrição da mais audaciosa operação de comandos dos tempos modernos, do planejamento à ação, como pela apresentação de uma mecânica particular de trabalho de estado-maior e de busca de informações, perceptíveis em todo transcorrer da narrativa.

Assine

"A Defesa Nacional"